

# **SUDECO**

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020**

**Brasília – DF**

**2021**

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Unidade Prestadora de Contas e Unidade Apresentadora de Contas

Relatório de Gestão do exercício de 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, da DN TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e do documento Relatório de Gestão – Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado – 3ª edição – 2020.

Relatório de Gestão elaborado sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco.

Brasília – DF

2021

## LISTA DE SIGLAS

|               |  |
|---------------|--|
| Adasa         | Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal                 |
| ANA           | Agência Nacional de Águas  |
| Anatel        | Agência Nacional de Telecomunicações   |
| CEF           | Caixa Econômica Federal  |
| CGRCI         | Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade  |
| COARIDE       | Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno |
| Condel/Sudeco | Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste                                     |
| CFC           | Conselho Federal de Contabilidade  |
| CMN           | Conselho Monetário Nacional  |
| CGU           | Controladoria-Geral da União   |
| DA            | Diretoria de Administração   |
| DIPGF         | Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos                                |
| DPA           | Diretoria de Planejamento e Avaliação  |
| Embrapa       | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  |
| Enap          | Escola Nacional de Administração Pública   |
| FCO           | Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste  |
| FDCO          | Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste   |
| LOA           | Lei Orçamentária Anual   |
| MCTC          | Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  |
| MDR           | Ministério do Desenvolvimento Regional   |
| NAD           | Núcleo para Assuntos Disciplinares   |
| OFSS          | Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  |
| PGFN          | Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional   |
| PJ            | Pessoa Jurídica  |
| PRDCO         | Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste  |
| PNDR          | Política Nacional de Desenvolvimento Regional  |
| RIDE          | Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno                            |
| STN           | Secretaria do Tesouro Nacional   |
| SEI           | Sistema Eletrônico de Informações  |
| SIAPE         | Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal                    |
| SIADS         | Sistema Integrado de Administração de Serviços   |
| SIAFI         | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal                             |
| SIOP          | Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal                             |
| Sudeco        | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  |
| TCE           | Tomada de Contas Especial  |
| TCU           | Tribunal de Contas da União  |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Força de trabalho por situação funcional .....   | 44 |
| Quadro 2 – Força de trabalho por faixa salarial .....   | 45 |
| Quadro 3 – Licitações e contratações de 2020 .....  | 53 |
| Quadro 4 – Contratações diretas de 2020.....  | 53 |
| Quadro 5 – Intenções de Registro de Preços de interesse da Sudeco .....   | 53 |
| Quadro 6 – Passivo Total .....  | 59 |
| Quadro 7 – Patrimônio Líquido .....   | 59 |
| Quadro 8 – Limites máximos de participação do FDCO conforme o setor da economia e a localização do empreendimento ..... | 61 |
| Quadro 9 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2020.....                                 | 62 |
| Quadro 10 – Desembolsos realizados no exercício de 2020 .....   | 63 |
| Quadro 11 – Resumo das Consultas Prévias Apresentadas em 2020 .....   | 63 |
| Quadro 12 – Empenhos realizados no exercício de 2020 .....  | 67 |
| Quadro 13 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....   | 81 |
| Quadro 14 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....  | 81 |
| Quadro 15 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....  | 81 |
| Quadro 16 – Transferências e Delegações Recebidas.....  | 82 |
| Quadro 17 – Transferências e Delegações Concedidas .....  | 82 |
| Quadro 18 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos .....   | 82 |
| Quadro 19 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....   | 96 |
| Quadro 20 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.....   | 97 |
| Quadro 21 – Bens Móveis – Composição.....   | 97 |
| Quadro 22 – Depreciação de Bens Móveis .....  | 97 |
| Quadro 23 – Intangível – Composição.....  | 98 |
| Quadro 24 – Composição do Passivo Circulante .....  | 98 |
| Quadro 25 – Resultado Patrimonial .....   | 98 |
| Quadro 26 – Variações Patrimoniais Quantitativas .....  | 99 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Orçamento da Sudeco em 2020 .....  | 38 |
| Gráfico 2 – Empenhos e pagamentos .....  | 39 |
| Gráfico 3 – Restos a pagar .....   | 39 |
| Gráfico 4 – Pagamentos .....   | 40 |
| Gráfico 5 – Empenhos por Grupo de Natureza da Despesa .....                                    | 41 |
| Gráfico 6 – Empenhos por Programa .....  | 41 |
| Gráfico 7 – Composição do orçamento da Sudeco .....  | 42 |
| Gráfico 8 – Força de trabalho por plano de carreira .....                                      | 44 |
| Gráfico 9 – Força de trabalho por perfil etário .....  | 46 |
| Gráfico 10 – Força de trabalho por perfil étnico .....   | 46 |
| Gráfico 11 – Força de trabalho por unidade de lotação .....                                    | 47 |
| Gráfico 12 – Gasto com pessoal .....   | 48 |
| Gráfico 13 – Gasto com pessoal por elemento de despesa .....                                   | 48 |
| Gráfico 14 – Evolução do gasto com pessoal .....   | 49 |
| Gráfico 15 – Estágios da despesa .....   | 57 |
| Gráfico 16 – Despesas pagas por Grupo de Natureza da Despesa (em R\$) .....                    | 58 |
| Gráfico 17 – Ativo Total (em R\$) .....  | 58 |
| Gráfico 18 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2020 .....                        | 65 |
| Gráfico 19 – Percentual de valores por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR .....      | 65 |
| Gráfico 20 – Percentual de contratações por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR ..... | 66 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 – Mensagem do Dirigente Máximo.....  | 7  |
| 2 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo .....  | 10 |
| 2.1 – Visão Geral sobre a Sudeco .....   | 10 |
| 2.2 – Eventos de Destaque em 2020 .....  | 13 |
| 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas .....   | 17 |
| 3.1 – Gestão de Riscos .....   | 17 |
| 3.2 – Oportunidades .....  | 20 |
| 4 – Governança, Estratégia e Desempenho .....  | 23 |
| 4.1 – Governança, Estratégia e Resultados da Gestão .....                                      | 23 |
| 4.2 – Gestão Orçamentária e Financeira .....   | 38 |
| 4.3 – Gestão de Custos .....   | 42 |
| 4.4 – Gestão de Pessoas.....   | 43 |
| 4.5 – Gestão de Licitações e Contratos .....   | 52 |
| 4.6 – Gestão de Patrimônio e Infraestrutura.....   | 54 |
| 4.7 – Gestão da Tecnologia da Informação.....  | 54 |
| 4.8 – Sustentabilidade .....   | 56 |
| 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis .....                                   | 57 |
| 5.1 – Resumo da Situação Orçamentária, Financeira e Contábil .....                             | 57 |
| 5.2 – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) .....                                    | 59 |
| 5.3 – Normas Legais e Técnicas Adotadas .....  | 83 |
| 5.4 – Localização dos Balanços, Demonstrações e Notas Explicativas.....                        | 83 |
| 6 – Anexos, Apêndices e Links .....  | 84 |
| 6.1 – Anexo referente ao Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis ..... | 84 |

## **1 – Mensagem do Dirigente Máximo**

Em 2020, a emergência provocada pela pandemia de covid-19 trouxe desafios até então desconhecidos. Na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), tomamos medidas objetivas para proteção da saúde dos servidores e colaboradores, como a determinação de que todos os pertencentes aos grupos de risco – segundo critérios definidos pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020 – permanecessem, excepcionalmente, em trabalho remoto; a execução de campanhas internas de prevenção; além da introdução de rígidos protocolos de higiene.

Também avançamos na implementação do teletrabalho, com a definição das atividades tele trabalháveis e a elaboração de normativo interno, em estado avançado de produção. Entretanto, muito embora já tenhamos autorização do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para implementar o teletrabalho, ainda estamos aguardando sistema informatizado de monitoramento que será disponibilizado para melhor acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas remotamente pelos servidores. Em 2021, com a definição do sistema informatizado adequado, esperamos dar início à implementação do trabalho remoto, que certamente resultará em redução de gastos.

A despeito das dificuldades de 2020 – ainda não superadas – a Sudeco não só manteve índices satisfatórios no 8º Ciclo de Avaliação Institucional, com resultado final de 89,08%, como também obteve importantes avanços em várias áreas.

### **Convênios**

A liberação de recursos de mais de R\$ 99 milhões, em 2020, representou um aumento, em termos de repasses efetivamente realizados, de mais de 95% em relação a 2019, quando entregamos cerca de R\$ 50 milhões. Da mesma forma, houve aumento considerável no número de projetos atendidos: de 132, em 2019; para 176, em 2020, um crescimento de 33,3%.

### **Projetos Especiais**

Assinamos convênio com o governo de Goiás para implementação de novos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos municípios de Posse, Cavalcante, Flores de Goiás e Porangatu para qualificar a produção de mandioca no estado. A parceria também conta com o apoio da Ambev, que se propôs a adquirir a produção local para garantir que a cadeia esteja completa, permitindo ao pequeno produtor fornecer diretamente para a indústria, garantindo mercado para o seu produto e renda para sua família.

Também destacamos o Projeto de Fortalecimento da cadeia Produtiva de Erva-Mate, na fronteira de Mato Grosso do Sul. Iniciado com o governo do estado em 2013, já beneficiou cerca de 210 produtores rurais em situação de vulnerabilidade social. Em 2020, após a superação de entraves burocráticos, iniciaram-se as atividades do projeto, que já recebeu R\$ 2,5 milhões desta Superintendência, inclusive com entrega de veículos que levarão assistência técnica aos integrantes do projeto.

Outra iniciativa que merece destaque nessa área é o projeto do Canal do Rodeador. Ele consiste na melhoria das condições de operação desse canal, em Brazlândia (DF), por meio da sua revitalização. Esse projeto terá, como consequências, a diminuição da vazão derivada do Ribeirão Rodeador e uma maior garantia aos produtores usuários do canal quanto ao fornecimento de água para a produção agrícola.

Cabe ainda uma menção especial ao projeto Produtor de Água no Pípiripau, iniciativa coordenada pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), em parceria com vinculadas do MDR – entre elas, a Sudeco. O projeto ficou em segundo lugar no *Water Changemaker Awards*, em que concorreu com 340 projetos de mais de 80 países. O prêmio, oferecido pela *Global Water Partnership*, reconhece iniciativas que promovam políticas públicas para melhoria do uso e do acesso a recursos hídricos.

## **Gestão de Fundos**

Disponibilizamos 100% dos recursos do **Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)**, atraindo para a Região mais de R\$ 1 bilhão em investimento, dos quais cerca de R\$ 471 milhões são aportados pelo Fundo, e o restante (cerca de R\$ 602 milhões) são recursos próprios e de terceiros das empresas atendidas. Em 2020, empenhamos recursos para 8 empreendimentos nas quatro unidades federativas que compõem a Região, um salto de 300% em relação a 2019, quando 2 projetos foram beneficiados.

## **Governança e Transparência**

Iniciamos o mapeamento de processos, tendo a Diretoria de Administração (DA) identificado 170 fluxos, 227 fases processuais e estabelecido a metodologia a ser seguida pelas demais áreas em 2021. O mapeamento de processos é uma necessidade cada vez mais premente no serviço público, especialmente na Sudeco, tendo em vista que nosso quadro de servidores é bastante reduzido. O único concurso público ocorreu em 2013, já tendo se esgotado, em 2016, o cadastro reserva. Assim, precisamos do máximo de racionalidade nos processos para alcançar resultados cada vez melhores.

Como parte de uma estratégia de fortalecimento da Instituição, temos priorizado a escolha de servidores do quadro efetivo da Sudeco para ocupar posições de liderança, privilegiando o caráter técnico das nomeações.

Ressaltamos ainda a adesão da Sudeco à Estratégia de Governo Digital. Migramos o site para o portal GOV.BR. O novo site tem informações mais claras, organizadas e padronizadas e representa importante ferramenta para o fortalecimento da transparência ativa. Também digitalizamos a emissão de Atestado de Capacidade Técnica e, em 2021, concluiremos a digitalização das cartas-consulta para solicitações de financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Nas **Ouvidorias da Sudeco e do FCO**, diminuimos o tempo médio de resposta, que passou de 14,26 dias, em 2019, para 8,9 dias, em 2020. Prazo menor do que a meta de atendimento em até 15 dias. Também introduzimos a pesquisa de satisfação dos usuários para avaliação da qualidade do atendimento.

## **Riscos, Controle e Integridade**

Um dos grandes avanços na área foi a aprovação, pela Diretoria Colegiada, do Estatuto da Auditoria-Geral da Sudeco. O documento, elaborado em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 13, de 2020, estabelece regras e diretrizes para o seu funcionamento, tais como missão, propósito, autorizações para atuação objetiva, além de princípios éticos e de vedações de condutas aos seus auditores. Outro ganho a destacar foi a definição do fluxo auditorial alinhado com as diretrizes emanadas pela Controladoria-Geral da União – CGU e com as melhores práticas internacionais aplicadas ao setor público, principal processo de trabalho da Auditoria-Geral. Tal fato constitui importante marco para a Instituição, pois estabelece um roteiro que contempla todas as suas etapas, desde o planejamento das ações de auditoria até o acompanhamento de eventuais



recomendações feitas pela Auditoria-Geral, visando sempre à mitigação dos riscos que possam impactar negativamente o atingimento dos objetivos da Superintendência, já tendo sido iniciada a internalização desse fluxo pelo corpo de servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna Governamental – UAIG. Outra ação bastante significativa foi a instituição do Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) e a aprovação do Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos e da Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos da Autarquia, num processo liderado pelo Gabinete, com o assessoramento técnico da Auditoria-Geral da Sudeco.

Como vimos, a gestão da Superintendência tem avançado, buscando melhorar processos e suprir suas carências, além de conferir eficiência e transparência na aplicação e no controle dos recursos sob sua responsabilidade. Os resultados mostram o comprometimento da Sudeco e do seu quadro funcional com a legalidade e a qualidade do gasto público.

O presente Relatório de Gestão, fruto do esforço coordenado de toda a Instituição, é relevante instrumento de *accountability*, e a sua aprovação pela Diretoria Colegiada da Sudeco confirma o compromisso e a responsabilidade do corpo dirigente para com a sua integridade.

## 2 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

### 2.1 – Visão Geral sobre a Sudeco

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, criada pela [Lei Complementar nº 129](#), de 8 de janeiro de 2009, que foi regulamentada pelo [Decreto nº 8.277](#), de 27 de junho de 2014, e [Decreto nº 8.890](#), de 27 de outubro de 2016, é autarquia de natureza especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. A área de atuação da Entidade abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Os referenciais estratégicos da Superintendência balizam o percurso da Organização a partir da definição de uma finalidade precípua (missão), da elaboração de uma meta de longo prazo (visão de futuro) e de princípios que regerão sua atuação (valores) conforme verifica-se a seguir.

#### Missão

Promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma includente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

#### Propósito

Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais por meio da ação articulada com o setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais, elaborando, coordenando e gerenciando planos, programas e ações e apoiando e estimulando investimentos.

#### Visão

Ser reconhecida na formulação de políticas regionais que promovam o desenvolvimento do Centro-Oeste.

#### Valores

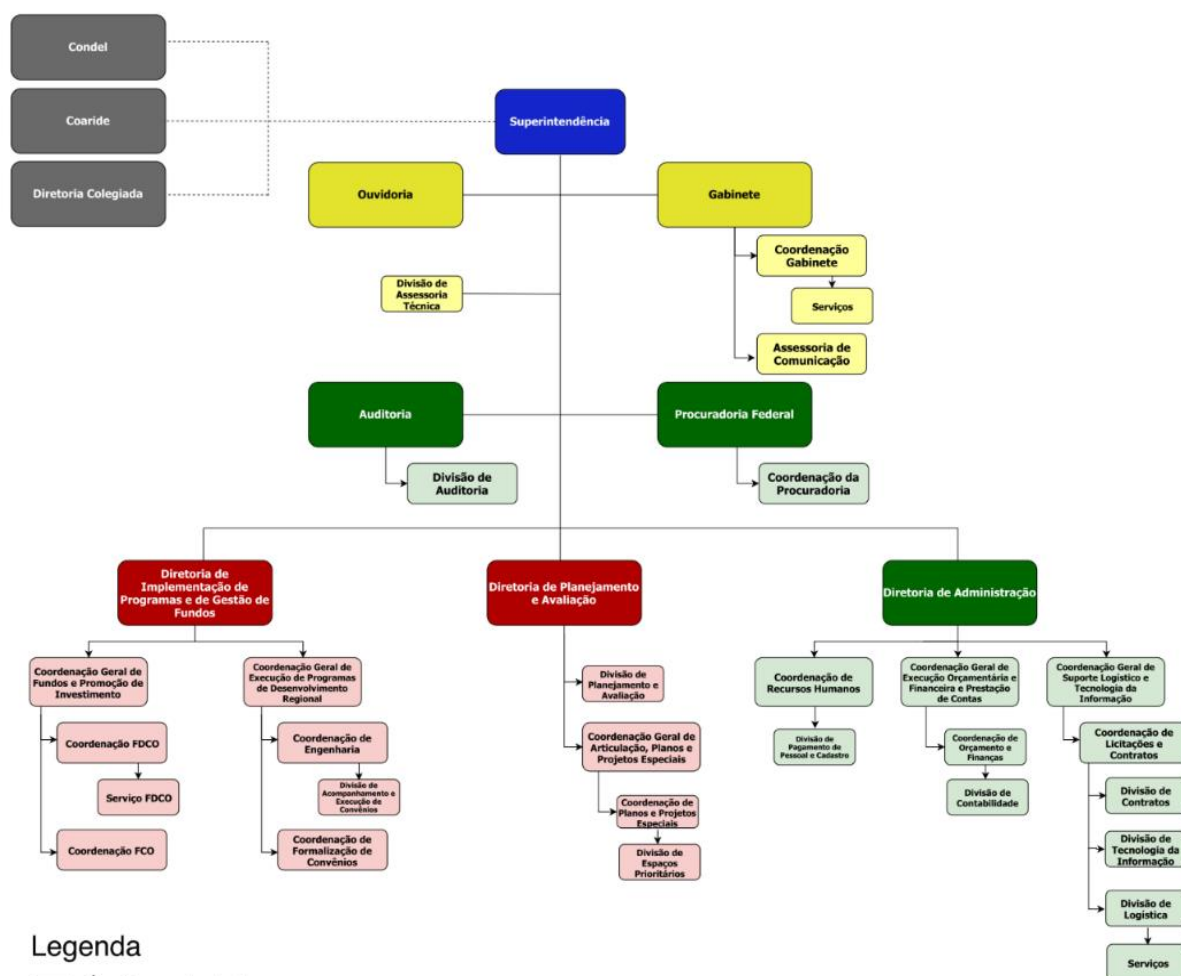
- Ética e Transparência.
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Postura inovativa.
- Eficiência, Eficácia e Efetividade.
- Valorização dos seus Profissionais.

A estrutura organizacional da Sudeco está definida no art. 3º do Anexo I do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014. O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente, cujas atribuições serão tratadas no Capítulo 4 – Governança, estratégia e desempenho, e mais informações podem ser consultadas na [Resolução Condel/Sudeco nº 001/2012](#), de 13 de novembro de 2012.

Além disso, a Sudeco também possui, vinculado a sua estrutura, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), que tem por finalidade coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. Entre suas principais atribuições estão a de coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE, harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento, coordenar

a execução de programas e projetos de interesse da RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Essas e mais informações sobre o referido Conselho estão elencadas na [Resolução COARIDE nº 01/2011](#), de 20 de dezembro de 2011. As competências dos demais órgãos que compõem a Autarquia estão descritas no Decreto nº 8.277/2014.

## Organograma da Sudeco



### Legenda

- Órgãos colegiados
- Órgãos de assistência direta e imediata ao superintendente
- Órgãos seccionais
- Órgãos específicos singulares

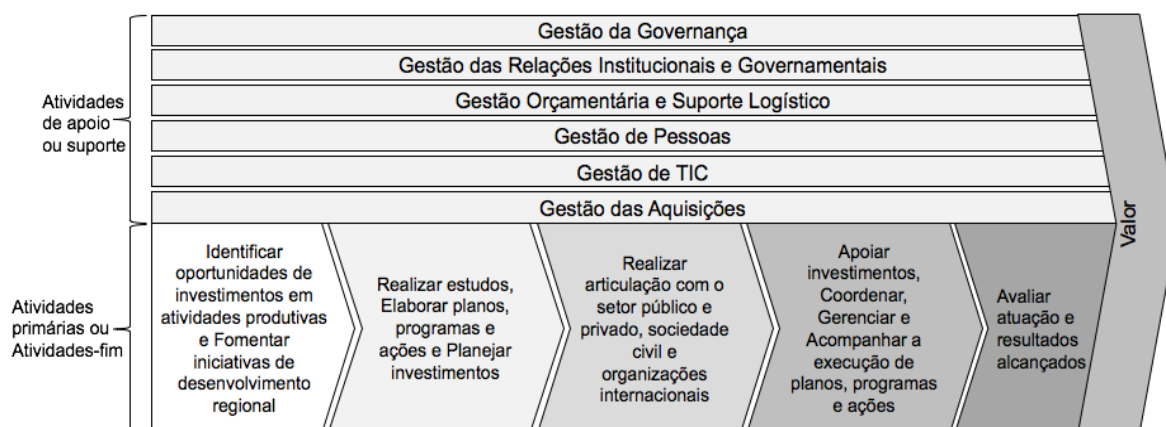
Fonte: Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014.

Além da Lei de criação da Sudeco e dos decretos que já foram citados, abaixo estão outras normas que direcionam a atuação da Autarquia:

- [Resolução nº 4](#), de 21 de maio de 2012, que aprova o Regimento Interno da Sudeco;
- [Resolução nº 12](#), de 12 de novembro de 2013, que altera disposição do Regimento Interno da Autarquia;
- [Resolução nº 70](#), de 08 de agosto de 2016, que aprova o Código de Ética da Sudeco;
- [Resolução nº 12](#), de 13 de setembro de 2017, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos e Controles da Superintendência;

- [Resolução nº 15](#), de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Riscos da Entidade;
- [Resolução nº 6](#), de 06 de março de 2018, que dispõe sobre os procedimentos correccionais no âmbito da Superintendência e dá outras providências;
- [Resolução nº 9](#), de 14 de novembro de 2019, que estabelece a relação nominal dos municípios da Região Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da Sudeco no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste ([PRDCO](#)) 2020-2023;
- [Ato Sudeco nº 8](#), de 02 de novembro de 2020, que aprovou o Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos da Autarquia;
- [Ato Sudeco nº 9](#), de 18 de novembro de 2020, que aprovou a Metodologia da Gestão de Riscos e Controles Internos da Instituição.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, reduzindo as desigualdades regionais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, o diagrama abaixo mostra o modelo de negócio (cadeia de valor) da Sudeco.



Para atingir a sua missão institucional, a Entidade utiliza o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e outros instrumentos, como as transferências voluntárias.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. O Plano foi aprovado pela [Resolução Condel/Sudeco nº 86/2019](#), de 20 de maio de 2019, e foi concebido com o intuito de ser um instrumento fundamental na orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos em atuação no Centro-Oeste, bem como para a articulação com agentes privados interessados no desenvolvimento regional. Em 2020, a Superintendência concentrou seus esforços na aprovação do [Projeto de Lei nº 6161/2019](#), que pretende instituir o PRDCO 2020-2023 como uma lei. Entretanto, esse documento ainda está tramitando na Câmara dos Deputados.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela [Lei nº 7.827](#), de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição

Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), por sua vez, foi criado pelo art. 16 da Lei Complementar nº 129. De acordo com os incisos I e II desse artigo, o Fundo possui a finalidade de assegurar recursos para:

I - a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

II - o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na região Centro-Oeste.

A Autarquia também desenvolve projetos de interesse para o Centro-Oeste por meio de transferências voluntárias que geralmente utilizam recursos oriundos da própria Entidade ou de emendas parlamentares. Em 2020, foram empenhados mais de 227,6 milhões de reais para atender os instrumentos firmados pela Sudeco (convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada – TEDs, entre outros) e foram pagos mais de 101,2 milhões de reais. Esses valores representaram um aumento de mais de 45,4 milhões de reais em relação aos pagamentos realizados em 2019 nas execuções financeiras de caráter finalístico.

## 2.2 – Eventos de Destaque em 2020

Em 2020, alguns eventos se destacaram por sua relevância e pelo impacto que geraram na atuação da Autarquia que visa promover o desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de mudança que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Esses eventos estão elencados a seguir.

**Lançamento do Programa Acreditar Microcrédito BRB.** Realizado no dia 22/01/2020, em Brasília (DF), pelo Banco de Brasília (BRB), com o objetivo de apoiar microempreendedores e reduzir barreiras para o acesso a crédito.

**Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.** Evento ocorreu em 12/02/2020, no Senado Federal, para debater o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, apresentar os programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações.

**Parceria em benefício da agricultura familiar do DF.** No dia 12/03/2020, a Sudeco e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) estabeleceram parceria em benefício da agricultura familiar do Distrito Federal para a implementação do projeto Sistema Agroflorestal Biodiverso para Inclusão de Agricultores (Sabia). O objetivo é criar um projeto piloto na região que dê condições aos agricultores familiares menos favorecidos de iniciar a produção de alimentos e comercialização com base em sistemas agroecológicos.

**Plataforma digital para prefeituras.** Reunião aconteceu, em 19/02/2020, com representantes da Sudeco e do Instituto Brasil de Tecnologia e Inovação (IBRTEC) com o intuito de debater sobre plataforma digital para prefeituras e projeto de reciclagem de pneus com impacto social. Foram apresentadas as seguintes iniciativas: uma plataforma virtual, que está em fase de desenvolvimento, que agiliza o licenciamento de antenas de celulares pelas prefeituras e uma fábrica que recicla pneus para utilização em caldeiras de grandes indústrias ou na composição do asfalto.

**Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.** Realizada em 19/02/2020, o tema debatido foi a necessidade de melhorar o acesso à internet tanto para a população quanto para a produção agropecuária. Audiência presidida pelo senador Izalci Lucas, que contou ainda com a participação do MCTI, da Anatel e da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT).

**Lançamento do Pré-Custeio da Safra 2020/2021.** Evento ocorreu em 20/02/2020, em Brasília (DF), no qual o Banco do Brasil anunciou a disponibilização de uma linha de crédito destinada para produtores de soja, milho, algodão, café, arroz e cana-de-açúcar que desejavam se preparar para a formação das lavouras. O formato de pré-custeio visa atender uma base mais ampla na carteira rural do Banco do Brasil em um período mais longo do ano.

**Dia do Voto Feminino.** Solenidade realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, em 05/03/2020. Sessão conduzida pela deputada federal Soraya Santos.

**Lançamento do Governo Presente.** Uma iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul, em 06/03/2020, que previu um conjunto de investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e segurança pública, entre outras ações para os 79 municípios do estado.

**Dia Internacional da Mulher.** A ação, em 10/03/20, teve como objetivo comemorar a data e destacar a força do trabalho feminino dentro da Sudeco.

**"O Agro é de Todos".** Evento realizado, em 30/07/2020, em Goiânia (GO), pelo governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e suas jurisdicionadas – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) e Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa-GO) – com uma série de entregas de equipamentos voltados para o fortalecimento do setor agropecuário em Goiás.

**Lançamento do Programa Fontes Para o Futuro.** Programa lançado pelo Instituto Espinhaço, em 11/09/2020, em Buritis (MG), que visa contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, um dos pilares do agronegócio e da economia brasileira. O evento marcou as comemorações do dia nacional do Cerrado, tendo como objetivo fortalecer a revitalização de bacias hidrográficas e a segurança hídrica, a revitalização das microbacias do Córrego Pasmado e do Ribeirão São Vicente e da sub-bacia do Rio Urucuia, um dos principais contribuintes para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, favorecendo a produção agrícola e o desenvolvimento sustentável, além de implementar a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios.** O evento que foi promovido pela Fundação João Pinheiro (FJP), governo de Minas Gerais e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), realizado no período de 14 e 24 de setembro de 2020, é parte do projeto de revisão do cálculo do déficit habitacional no país e promoveu o debate sobre os princípios e conceitos de déficit habitacional para subsidiar o aperfeiçoamento metodológico dos indicadores dessa pesquisa. Transmitido pelo canal da FJP no YouTube.

**Lançamento do Sistema do Artesanato de Goiás (SAG).** Evento ocorreu em Pirenópolis (GO), em 29/09/2020, na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Iniciativa da Secretaria Estadual da Retomada que visou posicionar estrategicamente o artesanato goiano, assim como conectar a cadeia produtiva ao mercado.

**Audiência Pública no Senado Federal.** Realizada pela Comissão Temporária Externa Pantanal (CTE Pantanal), em 09/10/2020, na qual foram discutidas as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma pantaneiro e seus desdobramentos, bem como a proteção das populações diretamente afetadas e a retomada da economia local.

**Visita ao Projeto Horta e Pomar Comunitários Irrigados.** O Projeto do Instituto Federal Goiano de Campos Belos (GO) recebeu a visita de técnicos da Sudeco, em 08/10/2020, para acompanhar o andamento do convênio firmado pela Autarquia com o Instituto Federal. A iniciativa capacita agricultores familiares, principalmente os que vivem em situação de risco social no município. Eles participam de capacitações sobre o cultivo agrícola e gestão da propriedade. A ação tem o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva local e gerar renda para a comunidade.

**Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia.** Solenidade, realizada em 14/10/2020, na qual foi anunciado que esse projeto receberá recursos federais para retomar as suas obras. Ele faz parte das ações do governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), para desenvolvimento de uma política robusta de irrigação no estado. Participaram do evento o superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Nelson Fraga, o diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Marcelo Moreira, e o governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado.

**Lançamento do Centro de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional do Centro-Norte Brasileiro (CDR).** Evento realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 04/11/2020, no canal UFG Oficial do YouTube. O palestrante convidado foi o professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Jandir Ferrera de Lima, doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec (Canadá), que falou como as alianças institucionais e em particular as universidades podem contribuir para o aprimoramento do desenvolvimento regional.

**Renegociação de débitos rurais.** A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveu uma “live”, em 03/11/2020, para esclarecer dúvidas sobre a renegociação de débitos rurais inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) por meio da [Portaria nº 21.561](#), de 30 de setembro de 2020, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**Videoconferência entre a Sudeco e técnicos do Banco Brasil.** Essa reunião ocorreu, em 05/11/2020, para avaliar estratégias de apoio ao setor produtivo da região pantaneira, especialmente aos produtores rurais e empreendimentos de turismo por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Os proprietários rurais e empresários do turismo atingidos pelas queimadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul reivindicaram auxílio federal para mitigar as perdas decorrentes das queimadas no Pantanal.

**Centro-Oeste Export: Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária.** Realizado em Rondonópolis (MT) no período de 9 e 10 de novembro de 2020. No dia 10, com o tema “O papel estratégico da Sudeco e dos fundos de investimento na retomada do crescimento pós-pandemia de Covid-19”, o superintendente, Nelson Fraga, apresentou o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) ao público do evento, formado por empresários, investidores e instituições públicas e privadas.

**Programa federal de recuperação do Rio Taquari.** Estudo elaborado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) foi apresentado, em 24/11/2020, ao superintendente da Sudeco e ao secretário Jaime Verruck, da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro). Também participaram da apresentação a

diretora de Desenvolvimento do Imasul, Thaís Caramori, o superintendente de Meio Ambiente e Turismo da Semagro, Pedro Mendes, e o coordenador-geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais da Sudeco, Carlos Henrique de Araújo Filho. A intenção desse estudo é subsidiar um modelo de referência para o estabelecimento de um programa federal de recuperação do Rio Taquari.

**14ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).** Realizada em 07/12/2020, em Brasília (DF), por meio de videoconferência utilizando a plataforma Microsoft Teams.

**Lançamento da cerveja regional Esmera de Goiás, produzida a partir da fécula da mandioca e fabricada pela Ambev.** Esse evento aconteceu, no dia 08/12/2020, em Anápolis (GO). O trabalho conjunto do governo de Goiás e da unidade da empresa sediada em Anápolis vai impactar positivamente a vida de aproximadamente 2,5 mil pessoas do Nordeste goiano, primeira região responsável por fornecer a matéria-prima para produção da bebida. Mais de 220 toneladas de mandioca foram adquiridas pela Ambev de agricultores familiares para a produção dessa cerveja.

**Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL).** Ela ocorreu em Belém (PA) nos dias 10 e 11 de dezembro/2020. No Centro-Oeste, a região norte do Mato Grosso faz parte do bioma amazônico. Dessa forma, a Sudeco sugeriu a participação da Instituição como representante do território no Conselho, com o objetivo de fortalecer uma agenda propositiva entre as regiões. O evento contou com a participação do vice-presidente da República e presidente do Conselho, Hamilton Mourão.

**Balço de ações de 2020 e perspectivas para 2021.** Em 22/12/2020, foi apresentado o balanço de ações e entregas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no ano de 2020, nas áreas de segurança hídrica, saneamento, mobilidade urbana, defesa civil, habitação e desenvolvimento regional. Também foram abordadas as perspectivas para 2021.

**9ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI) da Sudeco.** Reunião realizada em 23/12/2020, na qual houve a aprovação do Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos da Superintendência.

Cabe ressaltar que a participação nesses eventos foi substancialmente afetada pelas ações de prevenção à covid-19, posto que, em função das medidas de distanciamento social, vários eventos foram cancelados.



## 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

### 3.1 – Gestão de Riscos

Visando uma gestão integrada, que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão junto à Controladoria Geral da União determinaram, através da [Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1](#), de 10 de maio de 2016, que órgãos e entidades públicas do governo federal instituíssem, entre outras medidas, Comitês de Governança, Riscos e Controles.

Com a finalidade de atender essa Instrução Normativa, a Sudeco instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), por meio da [Portaria nº 157](#), de 27 de junho de 2017, e aprovou a sua Política de Gestão de Riscos, por meio da [Resolução nº 15](#), de 16 de outubro de 2017, que tem o intuito de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos a serem observados e seguidos pela Autarquia. A Portaria nº 157/2017 foi revogada pela [Portaria nº 150](#), de 17 de maio de 2018, que instituiu o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade da Sudeco.

Em 2020, foi dado prosseguimento à implantação da gestão de riscos na Autarquia a partir da elaboração e aprovação do Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos e da Metodologia da Gestão de Riscos e Controles Internos da Sudeco. Isso foi feito em cumprimento às diretrizes da Política de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução nº 15, de 16 de outubro de 2017.

No Plano são apresentados os aspectos conceituais, assim como cronograma de ações prioritárias relativas à gestão de riscos da Autarquia, visando à eficiência e eficácia no alcance dos objetivos institucionais e na prestação de serviços à sociedade. Já a Metodologia estabelece o fluxo das ações internas que irão auxiliar na identificação e tratamento das ameaças e vulnerabilidades da Instituição, permitindo uma melhor tomada de decisão. O Plano e a Metodologia foram aprovados pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI) da Sudeco em 23 de dezembro de 2020. As informações sobre gestão de riscos estão no [site da Instituição](#).

Depois dessas aprovações, e com o intuito de dar continuidade aos trabalhos relacionados à gestão de riscos, o Núcleo de Gestão de Riscos e Controles (NGRC) da Sudeco atua de forma a implantar o Projeto Piloto de Gestão de Riscos. A intenção é que esse Projeto conte com um cronograma próprio de realização e seu objetivo será auxiliar na avaliação e aplicabilidade do Plano de Gestão de Riscos nos processos escolhidos para tratamento dos riscos na Sudeco. Seus resultados permitirão identificar lacunas e oportunidades de melhorias ao Plano e à Metodologia.

Adicionado a isso, as áreas da Superintendência têm mitigado seus riscos e observado as principais dificuldades de enfrentamento dessas ameaças de acordo com suas especificidades de trabalho.

No ano de 2020, devido à pandemia de covid-19, os servidores e colaboradores da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF) trabalharam remotamente para continuar desempenhando as suas funções. Essa situação também atingiu as administrações dos convenientes, contribuindo sobremaneira, em alguns casos, para o não atendimento pleno de diligências da DIPGF, o que também ocorreu, muitas vezes, pela falta de infraestrutura local.

Para tentar mitigar os prejuízos ocasionados pela pandemia, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão (SEGES), emitiu comunicados de alteração de cronograma para as emendas individuais. Além disso, o governo federal prorrogou, até o dia 31 de dezembro de 2020, o

prazo de vigência dos instrumentos relacionados às transferências da União que venceriam ao longo do ano, através do [Decreto nº 10.315](#), de 6 de abril de 2020. A Sudeco fez uso desses dispositivos para dar continuidade a diversos instrumentos celebrados.

Na Coordenação de Formalização da Autarquia, constata-se que muitos convenentes têm dificuldade no processo licitatório. Isso ficou evidente com a [Instrução Normativa nº 206](#), de 18 de outubro de 2019, que estabeleceu calendário com os prazos para realização obrigatória da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, observadas as regras previstas no [Decreto nº 10.024](#), de 20 de setembro de 2019. Acontece que a grande maioria dos municípios realizava o pregão presencial para a aquisição de equipamentos. E com a mudança, muitos processos licitatórios encaminhados foram rejeitados, ensejando na realização de novos certames, pois o prazo para seguir a obrigatoriedade já havia expirado e muitos convenentes continuaram mantendo as licitações na modalidade de pregão em sua forma presencial.

Para tais situações, os riscos são grandes no tocante às frequentes necessidades de aumento de contrapartida, pois, devido ao tempo transcorrido, muitos itens pleiteados ficam com seus preços defasados. Isso tem levado a uma necessidade de realinhamento do plano de trabalho, principalmente para elevações dos valores dos convênios, recaindo esses aumentos sobre os convenentes, uma vez que a Sudeco não dispõe de orçamento para aditivar a sua parcela.

Deve-se levar em conta que, apesar da obrigatoriedade estabelecida nos normativos, muitos municípios têm reais dificuldades com a questão de realizar pregões eletrônicos. Isso vai desde a falta de infraestrutura, como equipamentos e internet, até a falta de capacitação dos técnicos responsáveis.

Em relação à Coordenação de Engenharia (COENG) da Sudeco, um fator que afetou o seu desempenho em 2020 e que pode refletir negativamente em 2021 é a ocorrência da frequente celebração de instrumentos com cláusula suspensiva, por inexistência de projeto básico no momento da assinatura do convênio, dada as dificuldades dos convenentes superarem a mencionada cláusula suspensiva em curto prazo de tempo.

Além disso, historicamente, a documentação incompleta tem sido motivo de demora nas aprovações dos projetos básicos, o que tem ensejado em sucessivos pedidos de complementação da documentação. Essas intercorrências podem retardar a aprovação do projeto básico, o início do processo licitatório, bem como a liberação de recursos.

Outro fator recorrente está relacionado às frequentes solicitações de realinhamento de projetos, muitas vezes, em decorrência de estudos preliminares deficitários, que podem levar à execução física de muitos instrumentos em desacordo com os projetos básicos aprovados.

Esses fatores foram intensificados em 2020 devido à ocorrência da pandemia de covid-19, o que dificultou muito a atuação dos convenentes para o cumprimento dos prazos para entrega de documentações. Por esse motivo, a COENG continuou emitindo notificações aos convenentes com a adequada antecedência, por meio de comunicação oficial (Plataforma +Brasil e e-mail) e também por meio de contato telefônico com o intuito de rastrear e sanar dúvidas em relação às documentações e conscientizá-los acerca da importância da entrega desses documentos dentro do prazo legal.

No acompanhamento da execução dos convênios, observa-se que a pandemia prejudicou sensivelmente os trabalhos da Coordenação de Engenharia em relação às vistorias programadas para 2020. Isso ocorreu em virtude da impossibilidade de deslocamento dos servidores para realização das vistorias *in loco*, tendo em vista a necessidade de observância às recomendações dos Órgãos de Saúde Pública quanto às ações de prevenção ao contágio da covid-19.

Além disso, em 2020, a exemplo de anos anteriores, a COENG perdeu força de trabalho com a saída de servidores para outros órgãos da administração pública.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), com a publicação do [Decreto nº 10.152](#), de 2 de dezembro de 2019, o qual aprova o novo Regulamento do FDCO, houve a revogação do [Decreto nº 8.067](#), de 14 de agosto de 2013, que regulamentava até então os atos do Fundo.

Ocorre que diversos dispositivos que estavam previstos no Decreto nº 8.067/2013, e que estabeleciam procedimentos operacionais básicos acerca da utilização dos recursos do Fundo, não foram reproduzidos no novo Diploma Regulamentador, que optou por deixar essa matéria para futura regulamentação conjunta dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional, nos termos do seu art. 8º:

Art. 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional estabelecerá as normas para estruturação e padronização dos procedimentos básicos relativos aos investimentos a serem realizados, inclusive quanto às informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação dos recursos.  
Parágrafo único. As normas previstas no caput serão observadas na elaboração do ato normativo que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as competências estabelecidas em lei.

Ressalte-se que as competências conferidas à Sudeco pelo art. 10, incisos VII e XVIII, do Anexo do Decreto nº 10.152/2019, que lhe autorizam a, respectivamente, "editar normas complementares à execução do disposto neste Regulamento" e "elaborar proposta de regulamento que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento" não podem ser interpretadas sem o exame do disposto no parágrafo único do seu art. 8º.

Isso ocorre porque o parágrafo único em questão impõe à Autarquia que, quando do exercício das competências que lhe foram conferidas pelo art. 10, incisos VII e XVIII, do Decreto nº 10.152/2019, observe as normas previstas no ato conjunto a ser editado pelos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional. Por conseguinte, não se pode admitir que a Superintendência edite normas complementares à execução do FDCO antes da edição do referido ato.

Ademais, observe-se que não há, nesse Decreto, disposições transitórias que definam os procedimentos a serem adotados até a edição do ato conjunto a que alude o seu art. 8º.

Assim, a Sudeco adotou todas as medidas existentes ao seu alcance a fim de requerer dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional a imediata edição da Norma Regulamentadora, com vistas a conferir a necessária segurança jurídica à atuação da Superintendência na aplicação dos recursos do FDCO. Porém, tal Norma não foi editada pelos referidos Ministros de Estado no decorrer de 2020.

Nesse sentido, diversas atividades, entre elas a análise de consultas prévias, foram suspensas durante todo o ano de 2020. No entanto, a DIPGF envidou esforços para evitar a perda do orçamento previsto para o Fundo em 2020, pois esse não perpassaria para o exercício seguinte. Com orientações da Procuradoria Federal junto à Sudeco e autorização da Diretoria Colegiada da Autarquia, realizou-se o empenho da totalidade dos recursos destinados ao Fundo.

No intuito de minimizar os riscos de perdas de prazos e realizar o controle gerencial do Fundo, foi elaborada pela DIPGF, em formato Excel, planilha de controle gerencial contemplando

todas as etapas do processo, que é monitorada periodicamente pelos colaboradores que atuam diretamente na execução dos serviços.

A Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA), assim como toda a Autarquia, possui um instrumento que contribui para a mitigação de potenciais riscos, que é o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Ele permite um panorama mais completo dos processos e documentos em trâmite pela unidade, dando transparência, visibilidade e agilidade aos processos.

Outros meios utilizados pelo setor são a Plataforma +Brasil, antigo Siconv, e a realização de vistorias in loco. Como forma de acompanhar os projetos ativos, celebrados por meio de termo de execução descentralizada – TED, a Diretoria analisa a prestação de contas de sua execução por meio de registros fotográficos e/ou lista de presença, no caso de cursos, ou por qualquer outra forma que comprove que o projeto foi executado de acordo com o objeto pactuado.

Com o intuito de minimizar os riscos, além de seguir as legislações pertinentes aos convênios, por meio da [Portaria Interministerial nº 424](#), de 30 de dezembro de 2016, e aos termos de execução descentralizada, por intermédio do [Decreto nº 10.426](#), de 16 de junho de 2020, a DPA promove o acompanhamento constante junto aos gestores e responsáveis pelos projetos, atuando de forma conjunta durante toda a execução para que ao menor sinal de problema, ele seja imediatamente sanado.

Assim como outros setores, a Diretoria possui um reduzido quadro de pessoal, já que conta com a colaboração de apenas 12 integrantes, entre servidores, terceirizados e estagiários, o que impacta diretamente na sua capacidade de produção de resultados.

Nesse sentido, cabe destacar que, por meio da Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019, a Sudeco institucionalizou a análise informatizada de prestação de contas de convênios, nos parâmetros da [Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5](#), de 6 de novembro de 2018, fixando os limites de tolerância ao risco dos convênios elegíveis na análise preditiva, compreendidos nas faixas de valores definidas, conforme metodologia de avaliação de riscos disciplinada na referida Instrução Normativa, ao considerar o custo médio de uma análise conclusiva de prestação de contas. Tendo em vista que a existência do passivo de convênios vinha sendo alvo de constantes diligências por parte dos órgãos de controle, a Autarquia buscou os meios efetivos para saná-la.

### **3.2 – Oportunidades**

Em seu Planejamento Estratégico, a Sudeco analisou, por meio da matriz SWOT, o cenário externo, oportunidades e ameaças, e interno, forças e fraquezas, de toda Organização.

## Matriz SWOT

|  |  |
|--|--|
| <p><b>F</b><br/>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SUDECO é gestora de fundos de relevância (FCO e FDCO)</li> <li>• Localização geográfica no centro do poder político</li> <li>• Bom relacionamento com entes federados</li> <li>• Área de atuação específica (Centro-Oeste)</li> <li>• Servidores Jovens e com potencial</li> <li>• Boa estrutura física</li> </ul>                                     | <p><b>F</b><br/>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta evasão da autarquia</li> <li>• Ausência de gestão por competência</li> <li>• Alta rotatividade dos gestores</li> <li>• Ausência de Plano de Carreira específico</li> <li>• Baixo investimento em TIC</li> <li>• Descontinuidade do mapeamento de processos</li> <li>• Ações de divulgação institucional de baixo resultado</li> <li>• Insuficiência de plano de capacitação</li> <li>• Carência de servidores</li> <li>• Impossibilidade de conceder incentivos fiscais</li> <li>• Ausência de assessoria parlamentar</li> </ul> |
| <p><b>O</b><br/>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Região CO ser promissora e dinâmica</li> <li>• Emendas parlamentares</li> <li>• Demanda crescente por práticas sustentáveis</li> <li>• Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste</li> <li>• Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais</li> <li>• Parcerias com setor público e privado</li> </ul> | <p><b>A</b><br/>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Restrição orçamentária e financeira</li> <li>• Ingerência política</li> <li>• Extinção da SUDECO</li> <li>• Instabilidade política</li> <li>• Ingerência nos Fundos</li> <li>• Fragilidade das políticas de desenvolvimento regional</li> <li>• Extinção dos fundos (FCO e FDCO)</li> </ul>   |

**Enap** Escola Nacional de Administração Pública

A análise SWOT é uma ferramenta clássica e tradicional para a análise do ambiente. É amplamente utilizada nos processos de planejamento estratégico, em razão de sua simplicidade e das opções de análise e customização. Por meio do confronto entre os elementos do ambiente interno (forças/strengths e fraquezas/weaknesses) e do ambiente externo (oportunidades/opportunities e ameaças/threats), a matriz identifica fatores-chave da gestão que permitem estabelecer prioridades de atuação.

Em se tratando das oportunidades identificadas, elas estão elencadas a seguir:

- ✓ Região Centro-Oeste ser promissora e dinâmica;
- ✓ Emendas parlamentares;
- ✓ Demanda crescente por práticas sustentáveis;
- ✓ Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste;
- ✓ Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais;
- ✓ Parcerias com setor público e privado.

Com o intuito de aproveitar as oportunidades elencadas, em 2020, a Sudeco buscou fechar parcerias com algumas instituições. Houve a celebração de um termo de execução descentralizada com o Instituto Federal Goiano de Campos Belos (GO) para o projeto Horta e Pomar Comunitários Irrigados que visa apoiar agricultores familiares em risco social no nordeste goiano.

A Superintendência firmou parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) para a implementação do projeto Sistema Agroflorestal Biodiverso para Inclusão de Agricultores (Sabia) no Distrito Federal. O objetivo é criar um projeto piloto na região que dê condições aos agricultores familiares menos favorecidos de iniciar a produção de alimentos e comercialização com base em sistemas agroecológicos.

Visando à continuidade do “Projeto Produtor de Água no Pípiripau”, a Autarquia firmou parceria com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), a Agência Nacional de Águas (ANA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de outras instituições públicas e organizações não-governamentais. O objetivo principal é a integração de esforços entre as partes envolvidas para o desenvolvimento e aplicação de

instrumentos e metodologia com o intuito de dar prosseguimento a esse Projeto, na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, incluindo um modelo de incentivo financeiro aos proprietários rurais que aderirem ao Projeto, a fim de proteger os mananciais e promover a adequação ambiental das propriedades rurais.

A Sudeco também celebrou um protocolo de intenções com a Escola Superior do Agronegócio Internacional (ESAI). O propósito é conjugar esforços, com vistas ao intercâmbio de conhecimento e experiências, além da realização de ações conjuntas de cooperação institucional, com foco na promoção do desenvolvimento regional, maior articulação política e fortalecimento da região.

Além disso, houve a celebração de um protocolo de intenções entre o estado de Goiás, a Superintendência e a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV S.A.) cujo objetivo é viabilizar a fabricação de uma nova cerveja a ser comercializada exclusivamente naquele estado e produzida com a fécula de mandioca oriunda de pequenas propriedades rurais integrantes da agricultura familiar.

## 4 – Governança, Estratégia e Desempenho

### 4.1 – Governança, Estratégia e Resultados da Gestão

Os objetivos estratégicos da Sudeco estão delineados em seu Planejamento Estratégico. A Autarquia orienta suas ações em prol de alcançar resultados almejados nesse Plano, que foi desenvolvido em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e teve atualizações aprovadas pela Diretoria Colegiada da Superintendência em 2019. Ele retrata a concepção estratégica e as principais diretrizes que nortearão a atuação da Entidade, conforme o Mapa Estratégico abaixo.

**Mapa estratégico da Sudeco**



Dessa forma, a Autarquia planejou o cumprimento da sua missão e os objetivos estratégicos para o exercício de 2020 e para os seguintes por meio de seu Planejamento Estratégico. Além disso, os trabalhos desenvolvidos pela Sudeco observam diversos instrumentos na orientação de suas políticas e ações. Em uma escala mais ampla, leva-se em conta os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Outro importante balizador é o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023, que consiste em um plano voltado à orientação de políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável para os diversos entes federativos da Região, à cooperação entre agentes públicos e privados e à aproximação com a sociedade civil.

No que diz respeito aos dirigentes e colegiados da unidade, o Decreto nº 8.277/2014 estabelece que a Diretoria Colegiada da Sudeco é presidida pelo seu superintendente e composta por mais três diretores. Ela compreende a estrutura responsável pela governança da Autarquia. É por meio dela que ocorrem as tomadas de decisão estratégica e a supervisão da gestão. Seus integrantes fazem

parte do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade da Superintendência. Dessa forma, também são responsáveis pelas deliberações sobre gestão de riscos e controles internos.

As decisões da Diretoria Colegiada são tomadas com o intuito de cumprir os objetivos estratégicos da Entidade. Entre outros assuntos, ela é responsável por exercer a administração da Autarquia, editar normas sobre matérias atribuídas à Sudeco e autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais. As competências da Diretoria Colegiada e de seus gestores estão elencadas no dispositivo legal supracitado e no [Regimento Interno](#) da Autarquia, instituído pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012.

O processo de tomada de decisão realizado pela alta administração da Sudeco leva em consideração os marcos orientadores já citados: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 e o Planejamento Estratégico da Autarquia. Dessa forma, as decisões tomadas seguem a mesma linha de pensamento e visam atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Por meio dessas deliberações da alta cúpula e das legislações vigentes, a Entidade garante a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da Organização, além da transparência na aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, antes de qualquer celebração de ajuste entre a Sudeco e parceiros, a equipe técnica analisa o objeto da parceria enquadrando-o nas legislações pertinentes àquele assunto e instrumento.

Essa análise leva em consideração alguns documentos, como, por exemplo, o PRDCO 2020-2023; a Lei Complementar nº 129/2009; a Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019, com alguns dispositivos alterados pela Resolução Sudeco nº 1, de 27 de março de 2020, que dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela Autarquia, com recursos alocados no Orçamento Geral da União; e a Resolução Sudeco nº 9, de 14 de novembro de 2019, que estabelece a relação nominal dos municípios do Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da Entidade no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a PNDR e o PRDCO. Outro protocolo seguido é a atuação da Procuradoria Federal junto à Sudeco para assessorá-la juridicamente no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

No que diz respeito ao processo de escolha dos dirigentes, em 2020, tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, o superintendente e os três diretores da Sudeco são de livre escolha e nomeação pelo presidente da República. As nomeações para os demais cargos da Autarquia, conforme prevê o anexo I, art. 17, inciso VI, do Decreto nº 8.277/2014 são de responsabilidade do superintendente. Entretanto, cabe ressaltar que as nomeações para cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, níveis 3 e 4, e equivalentes, foram prescindidas de apreciação prévia pela Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 1º da [Portaria nº 1.056](#), de 11 de junho de 2003.

Outro colegiado de relevância para a Região Centro-Oeste é o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Ele é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente. Possui vários componentes, como os governadores das unidades federativas da Região Centro-Oeste, ministros de estado, representante dos prefeitos da área de atuação da Superintendência, representantes da classe empresarial, dos trabalhadores, de organização não governamental, o superintendente da Sudeco e o presidente da instituição financeira administradora do FCO. Esse colegiado, entre outras atribuições, possui a incumbência de aprovar os planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a



promoção dos setores relevantes da economia regional. Mais informações sobre o Condel/Sudeco podem ser encontradas na sua [Resolução nº 001/2012](#), de 13 de novembro de 2012.

Quanto ao relacionamento com a sociedade, os serviços de atendimento ao cidadão da Autarquia englobam a Ouvidoria da Sudeco (OUV), a Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (OFCO) e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). As Ouvidorias são um mecanismo de exercício da democracia participativa, com duas grandes finalidades: a primeira é realizar o controle social da qualidade do serviço público, auxiliando a busca de soluções para os problemas existentes nos órgãos do Estado; a segunda é promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações recebidas, encaminhando-as para os órgãos competentes e acompanhando sua tramitação, para, posteriormente, fornecer a resposta adequada ao usuário.

As Ouvidorias devem atuar no processo de interlocução entre o usuário e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem a melhoria dos serviços públicos prestados.

A Ouvidoria da Sudeco foi instituída pela Lei Complementar nº 129/2009, com atribuições definidas pelo Decreto nº 8.277/2014 e pela Resolução Sudeco nº 4, de 21 de maio de 2012. A Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criada pelo art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e regulamentada pela [Resolução Condel/Sudeco nº 049/2016](#), de 06 de julho de 2016. É um canal de comunicação para facilitar o contato direto entre os cidadãos, tomadores de crédito ou interessados em informações sobre o FCO e a sua administração.

Em atendimento ao art. 9º da [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informações ao Cidadão foi instituído e tem como funções atender e orientar os cidadãos sobre pedidos de informação, sobre a tramitação de documentos, entre outras.

Em 2020, foram acolhidas 148 manifestações, sendo 75 na Ouvidoria da Sudeco, 40 na Ouvidoria do FCO e 33 no SIC. As manifestações são classificadas de acordo com as necessidades do cidadão, conforme descrito abaixo:

- Denúncia – ato que indica a prática de irregularidades ou ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;
- Elogio – demonstração de reconhecimento ou de satisfação pelo serviço público oferecido ou atendimento recebido;
- Reclamação – demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público ou à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;
- Solicitação de providências – pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal;
- Solicitação de simplificação – manifestação efetivada por meio de formulário denominado “Simplifique!”, com a finalidade de promover a participação do usuário de serviço público no processo de simplificação e desburocratização de serviços, nos termos do art. 13 do [Decreto nº 9.094](#), de 17 de julho de 2017;
- Sugestão – apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da Administração Pública federal.

Com o intuito de facilitar o acesso de todas as pessoas, existem os seguintes canais para manifestações:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) – <https://falabr.cgu.gov.br>;
- Correio Eletrônico – [ouvidoria@sudeco.gov.br](mailto:ouvidoria@sudeco.gov.br), [ouvidoria.fco@sudeco.gov.br](mailto:ouvidoria.fco@sudeco.gov.br) e [sic@sudeco.gov.br](mailto:sic@sudeco.gov.br);
- Telefones – (61) 3251-8506 / 8511;
- Atendimento Presencial – de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis;
- Carta – Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 20º andar – Brasília/DF – CEP: 70.040-908.

Para as Ouvidorias, as respostas aos usuários são dadas no prazo de 30 dias, prorrogável, de forma justificada uma única vez, por igual período conforme a [Lei nº 13.460](#), de 26 de junho de 2017. Para denúncia, as Ouvidorias devem oferecer resposta conclusiva, ao denunciante, no prazo de 15 dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 dias.

O Serviço de Informações ao Cidadão possui um prazo diverso. A resposta deve ser concedida imediatamente se a informação estiver disponível. Caso isso não seja possível, a Administração Pública deverá fornecer resposta ao cidadão em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com o objetivo de dar maior visibilidade e transparência às suas ações, e atendendo a determinação do art. 7º da Lei nº 13.460/2017, a Superintendência atualizou a sua Carta de Serviços ao Usuário, com informações claras e precisas em relação aos principais serviços prestados pela Autarquia. O documento pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudeco ou no link a seguir: [Carta de Serviços ao Usuário](#).

Em relação à atuação da Sudeco, a Autarquia orienta suas ações observando diversos objetivos e indicadores delimitados no seu Planejamento Estratégico. Os objetivos estratégicos constituem conquistas que precisam ser alcançadas para o cumprimento da missão institucional. Já os indicadores vinculam-se diretamente a esses objetivos e têm a finalidade de medir o desempenho e auxiliar na aplicação de correções na atuação da Organização para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Dessa forma, os resultados serão demonstrados por meio de alguns indicadores do documento supracitado. Ressalta-se que alguns objetivos estratégicos e indicadores que não possuam relação direta com a missão institucional não serão tratados nessa parte do Relatório. Cabe lembrar que a missão da Sudeco é promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Tendo isso em mente, os objetivos da Autarquia foram criados com o intuito de ajudar direta ou indiretamente a tratar os problemas relacionados ao desenvolvimento do Centro-Oeste, como deficiências de infraestrutura, baixo aproveitamento de potencialidades locais em atividades produtivas, ocorrência de níveis inadequados de capacitação para atender as necessidades do mercado de trabalho, entre outras questões.

## Objetivo Estratégico – Fortalecer a Gestão Estratégica

| Indicador  | Fórmula   | Interpretação / Sentido   | Fonte / Responsável   | Meta  | Resultado em 2020 |
|--|---|---|---|-------|-------------------|
| Quantidade de Projetos Alinhados ao Mapa Estratégico (QPAME) | QPAME = quantidade de projetos alinhados ao Mapa Estratégico. | Apresenta a quantidade de projetos alinhados ao Mapa Estratégico. | Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais. | 100%. | 100%.             |

Todos os instrumentos celebrados pela Diretoria de Planejamento e Avaliação seguem a já mencionada Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019, que teve alguns dispositivos alterados pela Resolução Sudeco nº 1, de 27 de março de 2020, e, portanto, estão de acordo com o Mapa Estratégico.

## Objetivo Estratégico – Mapear e Organizar Processos de Trabalho

| Indicador   | Fórmula  | Interpretação / Sentido   | Fonte / Responsável   | Meta | Realizado em 2020 |
|---|--|---|---|------|-------------------|
| Índice de Tomadas de Contas Especiais Enviadas à CGU dentro do Prazo Legal (ITCEPL) | $ITCEPL = QTCEPL / QTCEI \times 100$ QTCEPL: quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias.<br>QTCEI: quantidade de TCE's instauradas. | Quanto maior o percentual, maior a quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias. | Gabinete e Auditoria-Geral / Chefe de Gabinete e Auditor-Geral. | 70%. | 0%.               |

Em relação ao indicador ITCEPL, no exercício de 2020, foi editada a Portaria nº 61, de 16 de junho de 2020, que instituiu, no âmbito da Sudeco, o Núcleo de Tomada de Contas Especial (NTCE) para atuar nas tomadas de contas especiais (TCE's) que se fizerem necessárias. Esse normativo teve o intuito de ajudar a melhorar os processos e a atingir a meta proposta no Planejamento Estratégico para esse indicador.

Porém, devido ao reduzido corpo técnico com capacitação adequada para a elaboração desse tipo de processo e dado o impacto provocado pelas medidas e ações de prevenção à disseminação do novo coronavírus (covid-19) no âmbito da Sudeco, foi necessário que a maior parte dos servidores indicados para compor o referido Núcleo se capacitasse para exercer tal atividade. Diante disso, foi oferecido o curso “A Nova Tomada de Contas Especial (TCE) – Visão do TCU, IN nº 85/2020”, realizado em setembro de 2020, para suprir essa necessidade.

Como consequência dos fatos acima citados, combinados com o excesso de TCE's devolvidas pela CGU para ajustes, ocorreu o atraso no envio das duas novas TCE's que foram instauradas no exercício de 2020, das quais nenhuma foi enviada dentro do prazo legal de 45 dias, previsto no Anexo I (Norma de Execução nº 2), item 3.3, da Portaria nº 807/CGU, de 25.04.2013.

Nesse sentido, o NTCE vem trabalhando para sanar tais questões a fim de cumprir a meta do indicador ITCEPL.

### Objetivo Estratégico – Ampliar Parcerias para Fomentar Investimentos

| Indicador  | Fórmula  | Interpretação / Sentido  | Fonte / Responsável   | Meta          | Resultado em 2020 |
|--|--|--|---|---------------|-------------------|
| Quantidade de Projetos de Investimento Estrangeiro apoiados pela Sudeco (QPIE) | QPIE = quantidade de projetos de investimento estrangeiro implementados. | Apresenta a quantidade de projetos de investimento estrangeiro implementados.  | Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais. | 1 por biênio. | 0.                |
| Quantidade de Parcerias Celebradas (QPC)                                       | QPC = quantidade de parcerias celebradas.                                | Apresenta a quantidade de instrumentos de parceria para fomento de investimentos no Centro-Oeste com organizações do setor público e privado celebrados. | Sudeco / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.                                      | 3 por ano.    | 1.                |

Em se tratando do indicador QPIE, no biênio 2019/2020, não houve nenhum projeto com investimento estrangeiro apoiado pela Sudeco.

Quanto ao QPC, em 2020, a DPA não atingiu sua meta anual. Houve a celebração de uma parceria com organizações do setor público e privado:

- Protocolo de Intenções firmado entre o estado de Goiás, a Superintendência e a AMBEV sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) da mandioca para a criação de cerveja a base desse alimento.

## Objetivo Estratégico – Viabilizar Estudos e Projetos para Promover o Desenvolvimento Regional

| Indicador   | Fórmula   | Interpretação / Sentido  | Fonte / Responsável  | Meta              | Resultado em 2020 |
|---|---|--|--|-------------------|-------------------|
| Quantidade de Projetos Especiais Implantados (QPEI) | QPEI = quantidade de projetos especiais implantados em municípios classificados como de economia "estagnada" ou "dinâmica" na PNDR ou espaços prioritários. | Apresenta a quantidade de projetos especiais implantados em municípios classificados como de economia "estagnada" ou "dinâmica" na PNDR ou espaços prioritários. | Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.                    | 3 por ano.        | 2.                |
| Quantidade de Estudos Realizados (QER)              | QER = quantidade de estudos realizados ou contratados.  | Apresenta a quantidade de estudos realizados ou contratados.   | Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais. | 1 estudo por ano. | 0.                |

Pode-se concluir que a meta anual de três projetos especiais implantados em municípios classificados como de economia “estagnada” ou “dinâmica” na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) ou em espaços prioritários não foi alcançada. Os dois projetos especiais implantados nessas localidades foram:

- O convênio nº 907499/2020 firmado entre a Superintendência e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF) para a melhoria das condições de operação do canal do Rodeador, em Brazlândia (DF), por meio da revitalização do trecho final do canal principal do Rodeador, melhorando o fornecimento de água para a produção agrícola. Valor: R\$ 7.022.407,03, sendo R\$ 7.015.384,03 o valor de repasse da União e R\$ 7.023,00 o valor da contrapartida, de responsabilidade da SEAGRI-DF;
- Convênio entre a Sudeco e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) visando estimular o Arranjo Produtivo Local (APL) da mandioca nos municípios de Posse, Cavalcante, Flores de Goiás e Porangatu, com expectativa de atendimento de 280 produtores da agricultura familiar convencional. Para esses produtores, a mandioca será uma alternativa de fonte de renda, além de estimular os circuitos curtos de comercialização, agregando, assim, valor à produção, gerando emprego e renda para outros elos da cadeia, bem como a industrialização do produto. Objetiva-se realizar a aquisição de insumos, de equipamentos para a pesquisa e para os cultivos comerciais da mandioca. O valor total do projeto está estimado em R\$

864.271,72, sendo R\$ 855.629,00 o valor de repasse da União e R\$ 8.642,72 a contrapartida.

Quanto ao indicador QER, a DPA não realizou nenhum estudo no ano de 2020.

| Indicador  | Fórmula   | Interpretação / Sentido  | Fonte / Responsável  | Meta                                  | Resultado em 2020                 |
|--|---|--|--|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR) | $ICALR = \frac{QCALR}{QCC} \times 100$ QCALR: quantidade de convênios aptos para liberação de recursos.<br>QCC: quantidade de convênios celebrados. | Quanto maior o percentual, maior a quantidade de convênios aptos para liberação de recursos em relação à quantidade de convênios celebrados. | Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional. | 80% para a CFOR.<br>20% para a COENG. | 91,10% (CFOR).<br>28,39% (COENG). |

Em 2020, na CFOR, foram 102 convênios aptos para a liberação de recursos, de um universo de 112 convênios celebrados, com um resultado alcançado de 91,1%, um pouco menor que o obtido no ano anterior que foi de 96,2%, mas ainda acima da meta estabelecida. Isso pode estar relacionado, entre outros fatores, ao fato de 2020 ter sido um ano eleitoral para os municípios, que são, em grande maioria, os entes celebradores de convênios com a Sudeco. Vale ressaltar que os convênios só ficam aptos à liberação dos recursos financeiros após o aceite do processo licitatório.

| Indicador                        | Fórmula   | Interpretação / Sentido  | Fonte / Responsável  | Meta                                  | Resultado em 2020                |
|----------------------------------|---|--|--|---------------------------------------|----------------------------------|
| Índice de Vistorias Finais (IVF) | $IVF = \frac{QVFR}{QVFP} \times 100$ QVFR: quantidade de vistorias finais realizadas.<br>QVFP: quantidade de vistorias finais planejadas. | Quanto maior o percentual, maior a quantidade de vistorias finais realizadas em relação à quantidade de vistorias finais planejadas. | Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional. | 80% para a CFOR.<br>80% para a COENG. | 26,32% (CFOR).<br>7,59% (COENG). |

Foram 5 vistorias finais realizadas pela CFOR frente a 19 planejadas, ou seja, o resultado alcançado foi de 26,32%. Vale ressaltar que, nessa Coordenação, são realizadas vistorias referentes à aquisição de equipamentos. Esse resultado bem menor à meta estabelecida está relacionado ao fato de que, por conta das alterações na Portaria nº 424/2016 e da tecnologia utilizada no Aplicativo de Fiscalização, o processo de vistorias tem sido mais rápido, principalmente no tocante aos instrumentos que tenham como objeto equipamentos. Fica, muitas vezes, dispensada a necessidade

de vitorias *in loco*. Entretanto, pode-se afirmar também que a pandemia de covid-19 prejudicou a realização de vitorias *in loco* no decorrer de 2020, face à necessidade de se promover o isolamento social, inclusive com muitas prefeituras que permaneceram fechadas e sem servidores para atendimento e acompanhamento presencial.

| Indicador  | Fórmula   | Interpretação / Sentido   | Fonte / Responsável  | Meta                                | Resultado em 2020               |
|--|---|---|--|-------------------------------------|---------------------------------|
| Quantidade de Contratos de Repasse (QCR)               | QCR: quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária.   | Representa a quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária. | Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.                                     | Todos.                              | 74 (Todos).                     |
| Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC) | $IDEC = \frac{Q_{proj}}{Q_{pax}}$ QProj: quantidade de projetos na área.<br>Qpax: quantidade de pessoas alocadas na área. | Quanto maior o valor, maior a quantidade de projetos por pessoa na área.  | Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional. | 12 para a CFOR.<br>25 para a COENG. | 11,20 (CFOR).<br>22,54 (COENG). |

O resultado alcançado para a Coordenação de Formalização foi de 11,2 projetos por pessoa, valor bem próximo da meta estabelecida. Nesse caso, o número de colaboradores na Coordenação se manteve, o que diminuiu foi a quantidade de projetos na área em relação ao ano anterior.

| Indicador                        | Fórmula   | Interpretação / Sentido   | Fonte / Responsável  | Meta                            | Resultado em 2020                 |
|----------------------------------|---|---|--|---------------------------------|-----------------------------------|
| Tempo Médio para Aprovação (TMA) | $TMA = \frac{TPA}{QPA}$ TPA: tempo para aprovação.<br>QPA: quantidade de projetos analisados. | Representa o tempo médio (em dias) empreendido para a aprovação dos projetos. | Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional. | 200 dias por projeto analisado. | 94,62 dias por projeto analisado. |

O Tempo Médio para Aprovação (TMA), considerando o tempo entre a celebração do convênio e a aprovação do projeto básico ou termo de referência, foi de 94,62 dias por projeto

analisado, valor inferior à meta prevista e ao resultado de 2019 (165,8). Esse indicador foi calculado para a Coordenação de Formalização (CFOR) e para a Coordenação de Engenharia (COENG), área que trata das transferências voluntárias cujos objetos referem-se à realização de obras. No caso de obras, o tempo para aprovação do projeto básico costuma ser bem alto porque os convenientes demoram para encaminhar os documentos, bem como, para solucionar as pendências levantadas em análises do corpo técnico da Autarquia.

No caso das propostas cujos objetos dizem respeito à aquisição de equipamentos, as quais são analisadas apenas pela CFOR, esse tempo para aprovação do termo de referência costuma ser baixo. Isso ocorre porque existe uma previsão na Portaria nº 424/2016 segundo a qual para convênios relacionados a equipamento e custeio, cujo valor de repasse seja superior a R\$ 100.000,00 e inferior a R\$ 1.000.000,00, faixa de valores mais comum para as propostas analisadas pela Coordenação, é obrigatória a apresentação do termo de referência e o convênio somente pode ser celebrado com a sua aprovação.

De um modo geral, os resultados alcançados pela área de formalização de convênios foram bem satisfatórios, principalmente em relação à quantidade de instrumentos celebrados e aos valores firmados, e há boas perspectivas para os próximos exercícios.

#### Objetivo Estratégico – Fortalecer Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional

| Indicador                             | Fórmula   | Interpretação / Sentido   | Fonte / Responsável  | Meta       | Resultado em 2020 |
|---------------------------------------|---|---|--|------------|-------------------|
| Quantidade de Projetos Apoiados (QPA) | QPA = quantidade de projetos com foco na geração de emprego e renda apoiados por convênio, termo de execução descentralizada (TED) ou acordo de cooperação técnica (ACT). | Apresenta a quantidade de projetos com foco na geração de emprego e renda apoiados por convênio, termo de execução descentralizada (TED) ou acordo de cooperação técnica (ACT). | Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais. | 1 por ano. | 2.                |

Quanto ao indicador QPA, os projetos apoiados dizem respeito ao canal do Rodeador e ao APL da cadeia produtiva da mandioca em Goiás, já citados anteriormente. Além disso, cabe enfatizar que outros 11 projetos, também voltados ao apoio de geração de emprego, renda e capacitação, continuaram sua execução durante o ano de 2020:

- Termo de Compromisso nº 0251/2011 com o estado de Goiás para a continuação do desenvolvimento da obra referente ao sistema de irrigação em Luiz Alves do Araguaia que permita o aproveitamento hidroagrícola, com área útil de 6.579,91 ha para irrigação de lavouras, predominantemente com arroz. Valor: R\$ 131.864.834,91, sendo R\$ 125.873.534,05 o valor de repasse da União e R\$ 5.991.300,86 a contrapartida do estado;
- Acordo de Cooperação Técnica entre a Sudeco e o Centro Universitário Euroamericano de Ensino Superior (Unieuro) a fim de viabilizar condições que possibilitem a execução, pelo Unieuro, do projeto de integração Ensino – Serviço – Comunidade – Gestão, nos



municípios que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), tendo como objetivo treinar em serviço os alunos de graduação do curso de Medicina do Unieuro e promover a melhoria dos níveis de saúde da população do Distrito Federal e dos municípios da RIDE, área de interesse comum dos partícipes. Não implica transferência de recursos financeiros entre os participantes, como todo acordo de cooperação técnica;

- Acordo de Cooperação com a Geoterra Empreendimentos e Transportes S.A. relativo ao projeto Brasil Agrícola a fim de viabilizar, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das superintendências de desenvolvimento, investimentos financeiros, gerar empregos diretos e beneficiar vários municípios e estados brasileiros. Não há implicação de transferência de recursos entre as instituições envolvidas;
- Convênio celebrado com o município de Ponta Porã (MS) para o estudo de viabilidade da implantação de um Parque Tecnológico Internacional na Região da Fronteira Brasil – Paraguai, em Ponta Porã. Valor: R\$ 313.697,68, sendo R\$ 298.047,68 da União e R\$ 15.650,00 a contrapartida;
- Termo de Execução Descentralizada nº 36/2013 e Convênio nº 799486/2013 firmado entre a Sudeco e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS para estímulo à cadeia produtiva da erva-mate e capacitação técnica dos agricultores familiares envolvidos. Valor: R\$ 2.750.000,00, sendo R\$ 2.500.000,00 o valor de repasse e R\$ 250.000,00 a contrapartida;
- Convênio com o município de São Gabriel do Oeste (MS) para a realização de cursos profissionalizantes para a população desse município. Valor: R\$ 206.940,00, sendo R\$ 200.000,00 o valor de repasse da União e R\$ 6.940,00 a contrapartida;
- Convênio celebrado entre a Sudeco e o município de Alvorada do Norte (GO) para a promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Paranã (GO) por meio da inovação tecnológica no aproveitamento das fruteiras nativas do cerrado e unidades demonstrativas, conjugado com ações de assistência técnica focada nos agricultores familiares. Valor: R\$ 1.100.000,00, sendo R\$ 1.000.000,00 da União e R\$ 100.000,00 do município;
- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018 firmado entre a Autarquia e o Instituto Federal de Goiás para dar continuidade ao projeto de processamento de polpa de frutos do Cerrado, realizado durante o ano de 2017 e com nova etapa de desenvolvimento para o período de 2018 a 2020, junto à comunidade agrícola do Indaiá, voltado à formação, pesquisa e capacitação para o setor econômico. Valor: R\$ 96.600,00;
- Termo de Execução Descentralizada nº 01/2019, que tem como propósito realizar uma feira popular com produtos exclusivamente provenientes da agricultura familiar com bases agroecológicas e para empreendedores agrícolas e artesãos locais, celebrado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Campos Belos (GO), em agosto de 2019, com um valor de R\$ 132.151,20;
- Convênio nº 886538/2019, que visa a promoção e desenvolvimento do artesanato por meio da realização de oficinas profissionalizantes no município de Cidade Ocidental – GO, com recurso previsto para sua execução de R\$ 200.401,00 e contrapartida de R\$ 401,00.

- Termo de Execução Descentraliza nº 02/2019, cujo propósito é o desenvolvimento de horta e pomar comunitários irrigados para agricultores familiares em risco social no Nordeste Goiano, firmado entre a Superintendência e o Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos (GO), com um valor de R\$ 117.000,00.

Dessa forma, verifica-se que a meta de um projeto por ano foi alcançada e havia outros onze que já estavam vigentes em 2020.

A viabilização de boa parte desses projetos e dos convênios firmados pela Sudeco ocorreu por meio da utilização de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2029 (Desenvolvimento Regional e Territorial) e ao Programa 2077 (Agropecuária Sustentável), que são Programas Temáticos do Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2016 a 2019, instituído pela [Lei nº 13.249](#), de 13 de janeiro de 2016. Para os instrumentos firmados pela Autarquia em 2020, houve a utilização de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2217 (Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano), Programa Temático do PPA 2020-2023, instituído pela [Lei nº 13.971](#), de 27 de dezembro de 2019.

Cabe ressaltar que em relação aos indicadores QPC e QPEI, a DPA constantemente busca parcerias e articulação com outras instituições, procurando sempre ações que contribuam para o atingimento das metas e objetivos da Sudeco. Além disso, a restrição orçamentária que assola o Governo Federal compromete muito as ações da Autarquia, refletindo negativamente nos resultados dos indicadores.

O quadro abaixo apresenta um comparativo entre os resultados alcançados pela COENG nos exercícios de 2019 e 2020:

| <b>Indicador</b>   | <b>Valor em 2019</b> | <b>Valor em 2020</b> | <b>Evolução</b> |
|--|----------------------|----------------------|-----------------|
| Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR)                       | 28,70%               | 28,39%               | -1,08%          |
| Índice de Vitorias Finais (IVF)  | 220%                 | 7,59%                | -96,55%         |
| Quantidade de Contratos de Repasse (QCR – em unidades)                             | 47                   | 74                   | +57,45%         |
| Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC – em projetos por pessoa)    | 30                   | 22,54                | -24,87%         |
| Tempo Médio para Aprovação (TMA – exclusive a CFOR, em dias por projeto analisado) | 806,07               | 1152                 | +42,92%         |

A Coordenação de Engenharia alcançou um Índice de Convênios Aptos para Liberação de Recursos (ICALR) de 28,39%, percentual que se demonstrou estável em relação ao do ano anterior, quando apresentou um valor de 28,70%.

Em relação às vitorias, a meta fixada, para o ano de 2020, foi realizar 80% da programação estabelecida para o período. No entanto, devido à pandemia de covid-19, foi possível a

realização de apenas 6 das 79 vistorias programadas, o que resultou em um Índice de Vistorias Finais de 7,59%, valor 96,55% inferior em relação ao do período anterior.

Essa situação aumentou a quantidade de convênios finalizados que aguardam realização de vistorias, conhecidos como “Passivo”. Por outro lado, ela demonstra que medidas de segurança foram adotadas pela Superintendência a fim de zelar pela saúde dos seus servidores e de toda sociedade envolvida nos seus trabalhos, além de contribuir para o cumprimento das recomendações dos órgãos de saúde pública.

O Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC) na COENG foi de 22,54 projetos por servidor. Dessa forma, ele não excedeu o limite estabelecido de 25 projetos por servidor. Por isso, o quadro de servidores, após longo período, não se demonstrou inadequado em relação ao número de convênios.

Em 2020, o tempo médio para aprovação de projeto básico analisado exclusivamente pela COENG foi considerado alto, de aproximadamente 1.152 dias. Esta situação se deve às dificuldades dos convenentes apresentarem o projeto básico completo e ao agravamento da pandemia de covid-19.

Dessa forma, considerando as dificuldades encontradas no cenário de pandemia e calamidade pública, a Unidade demonstrou resultados satisfatórios, com grande avanço na celebração de convênios, contratos de repasse e com recursos empenhados. Com isso, ratifica-se o compromisso da Superintendência como provedora de benefícios à sociedade e parte importante no desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Destaca-se que com o intuito de promover o alcance dos objetivos estratégicos e a melhoria nos resultados dos indicadores, duas iniciativas estão em andamento na Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos: a “Implementação da Análise Paramétrica” e o “Mapeamento e Melhoria de Processos”.

A primeira iniciativa objetiva implementar as definições trazidas pela [Portaria Interministerial nº 13.395](#), de 5 de junho de 2020, que permite a análise parametrizada de projetos básicos de obras e serviços de engenharia de até R\$ 1.500.000,00. O objetivo principal dessa Portaria é o acesso dos convenentes aos recursos federais, mediante a desburocratização, a simplificação da análise dos orçamentos e a aprovação do projeto básico, beneficiando, dessa forma, os municípios.

Já em relação à iniciativa de mapeamento de processos, embora o começo das tratativas tenha se dado ainda em novembro de 2020, com a indicação dos servidores encarregados pela coordenação dos trabalhos, o levantamento propriamente dito somente ocorreu em janeiro de 2021. Isso aconteceu porque a força de trabalho da Coordenação estava voltada para a instrução das propostas que ingressaram na Sudeco no decorrer do mês de dezembro e por exigência legal precisavam ser celebradas até o dia 31/12/2020.

No que diz respeito à transparência na aplicação dos recursos públicos, a COENG mantém atualizados os seus instrumentos, mediante a inserção na Plataforma +Brasil de todos os documentos produzidos, bem como a comunicação com os convenentes. Além disso, a Unidade tem prestado todas as informações requeridas por diversos cidadãos, recebidas por intermédio da Ouvidoria da Sudeco, relacionadas a pedidos de esclarecimentos, denúncias e sugestões a respeito dos instrumentos celebrados.

Para contribuir com a garantia da economicidade nas suas ações, a Coordenação de Engenharia iniciou o trabalho de implementação da já mencionada análise paramétrica de orçamentos

de obras e serviços de engenharia no âmbito da Sudeco com o objetivo de garantir maior fluidez e agilidade nas análises de projetos básicos realizadas pelo setor.

Outra medida adotada pela COENG foi a elaboração, em conjunto com a Coordenação de Formalização, e a disponibilização para os convenientes de “Roteiros de Providências”. Eles contemplam as instruções relacionadas aos instrumentos de acordo com a sua fase, iniciando com a inserção da proposta na Plataforma +Brasil, passando pelas etapas de projeto básico ou termo de referência, licitação, liberação dos recursos, até a execução propriamente dita, conforme as exigências legais de cada etapa do convênio.

No que diz respeito a mecanismos de controle das atividades executadas pela Superintendência, o Gabinete da Autarquia possui algumas ações nesse sentido, como:

- Planilha contendo publicações de portarias, atos e resoluções divulgadas no Diário Oficial da União e no Boletim Interno da Sudeco;
- Planilha contendo os projetos apresentados à Superintendência em 2020, os quais são ordenados conforme análise da área técnica com base nas prioridades da Autarquia e são executados quando há disponibilidade orçamentária;
- Dados do Painel de Monitoramento de Dados Abertos, base de dados referente às informações sobre o cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal pela Autarquia;
- Dados como os resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico da Instituição, que retratam as principais diretrizes que norteiam a sua atuação;
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – sistema de gestão de documentos e processos eletrônicos no qual todos os processos são tramitados visando maior controle e eficiência administrativa.

Além disso, cabe ressaltar que, no exercício de 2020, foi celebrado com o Ministério da Economia (ME) o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), cujo objetivo é avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Além disso, ele pode subsidiar os andamentos da implementação das propostas de transformação institucional da Sudeco.

Dessa forma, os setores da Autarquia fizeram um levantamento sobre as mudanças que deveriam ser feitas no Planejamento Estratégico da Instituição, bem como definiram os responsáveis e os prazos para cumprir as ações propostas pelo ME para o exercício de 2021.

Em relação às atividades correccionais, cumpre destacar que a Sudeco não possui uma unidade específica de correição em sua estrutura regimental, nos moldes do art. 2º, inciso III, do [Decreto nº 5.480](#), de 30 de junho de 2005.

O Núcleo para Assuntos Disciplinares – NAD da Sudeco foi criado pela Portaria nº 168, de 12 de setembro de 2016, entre outras finalidades, em atendimento à [Lei nº 8.112](#), de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas; ao Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que trata sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; à [Portaria CGU nº 335](#), de 30 de maio de 2006, que regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; à [Portaria CGU nº 1043](#), de 24 de julho de 2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos

Disciplinares (CGU-PAD); e à Resolução Sudeco nº 74, de 29 de agosto de 2016, que aprova o Regimento Interno do Núcleo para Assuntos Disciplinares no âmbito da Sudeco.

Conforme disposto no inciso VI do art. 10 do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, o NAD vincula-se ao Gabinete da Superintendência, tendo a competência, enquanto Corregedor, o Superintendente, dirigente maior da Autarquia, incumbido de instaurar e julgar as infrações disciplinares dos servidores do quadro institucional ou cedidos para a Sudeco.

Nesse mesmo entendimento, a [Resolução nº 6](#), de 06 de março de 2018, destaca que cabe ao Superintendente "a instauração dos procedimentos e processos disciplinares para apuração de responsabilidade relativos a atos de servidores públicos efetivos e comissionados, em exercício na Superintendência, bem como o respectivo julgamento".

O Núcleo para assuntos Disciplinares – NAD atua mediante a incitação de particulares ou agentes públicos sobre possíveis irregularidades disciplinares no âmbito da Sudeco. A denúncia, em regra, é apresentada por meio eletrônico. Denúncias anônimas são analisadas com prudência e razoabilidade pelo Núcleo, atentando-se ao conteúdo, isto é, a materialidade e a relevância dos elementos para que se avalie se os fatos justificam a investigação apurada.

A Autarquia possui canais de denúncia pelos quais são remetidos os casos a serem tratados. A partir do recebimento deles, o Núcleo formula diretrizes para averiguação, andamento e conclusão do fato.

No exercício de 2020, o Núcleo atuou em sede de juízo de admissibilidade em duas notícias de fato que culminaram posteriormente, já em 2021, na abertura de dois processos administrativos disciplinares, considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (artigos 117, IX e 143) e a [Lei nº 8.429](#), de 2 de junho de 1992.

O NAD já encerrou seus trabalhos referentes a esses processos e, a partir desse ponto, eles seguirão para a fase de análise e julgamento a ser realizado pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar.

Outros sete processos estiveram em fase de juízo de admissibilidade no exercício de 2020, em decorrência de denúncias recebidas pelo canal da Ouvidoria da Sudeco.

Além disso, em fevereiro de 2020, foi celebrado um Termo de Ajuste de Conduta, nos termos da [Instrução Normativa nº 2](#), de 30 de maio de 2017, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. A demanda foi cadastrada no CGU-PAD em março de 2020. Ressalta-se que as demais denúncias que foram interpostas, no ano de 2020, seguem em fase de apuração pelo NAD no exercício de 2021.

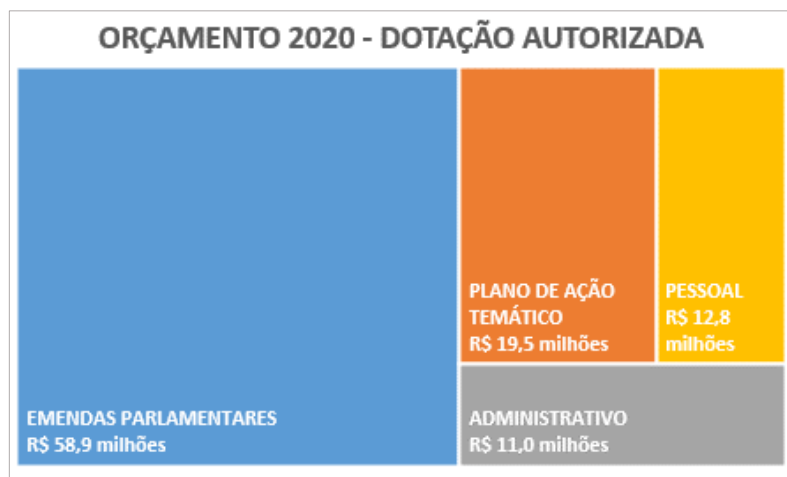
Cumprido reiterar que o Núcleo para Assuntos Disciplinares da Sudeco se encontra no nível 1 Inicial do Modelo de Maturidade Correcional, disponível no sítio eletrônico <https://corregedorias.gov.br/acoes-e-programas/siscor/maturidade>, devido à não estruturação em unidade de corregedoria, dependendo de esforços individuais dos membros que compõem o Núcleo, os quais acumulam esses encargos com as atribuições dos setores aos quais pertencem.

A Resolução nº 6, de 06 de março de 2018, que dispõe sobre os procedimentos correcionais no âmbito da Sudeco, não possui aprofundamento em relação ao fluxograma de atividades do Núcleo e carece de disposições relacionadas a ações de prevenção para combate à prática de atos ilícitos pelos servidores. Essa carência reforça a dependência de esforços individuais dos membros do Núcleo.

A falta de uma estruturação em unidade correcional, juntamente com a reduzida quantidade de servidores na Autarquia, ocasiona impedimentos na análise de denúncias, muitas vezes, devido à proximidade entre os membros do Núcleo e os envolvidos nas notícias, denúncias ou representações.

## 4.2 – Gestão Orçamentária e Financeira

**Gráfico 1 – Orçamento da Sudeco em 2020**

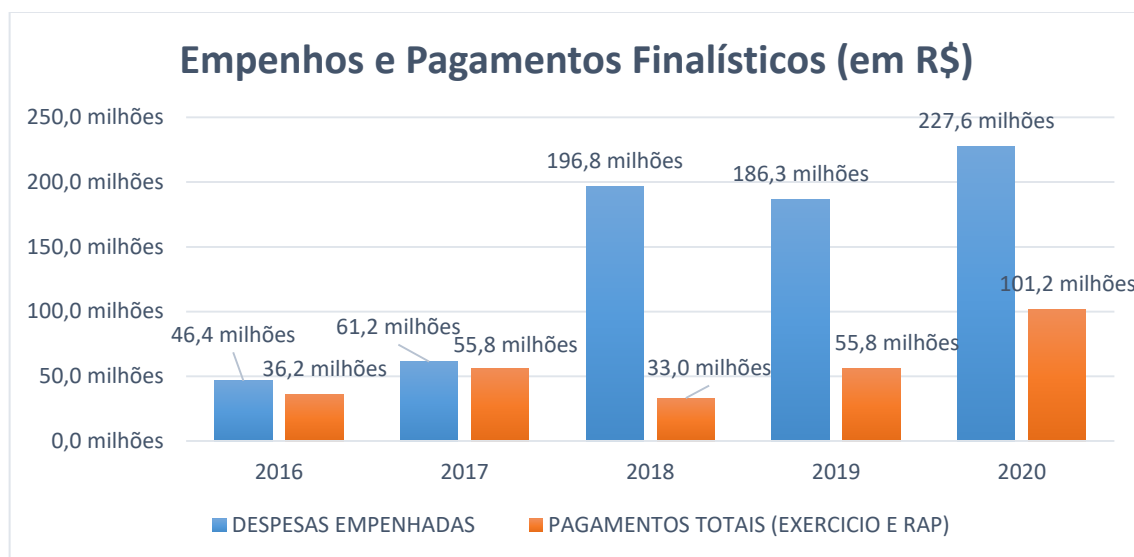


O orçamento total para a Sudeco em 2020 foi de R\$ 102,3 milhões, redução de 26,6% em relação a 2019. Além desses valores, a Autarquia recebeu e empenhou cerca de R\$ 153,9 milhões em dotações descentralizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, o que correspondeu a 61,5% dos valores empenhados pela Entidade no ano.

| (Em R\$)               | 2020               |                     |                   |                      | 2019               |                     |                   |                      |
|------------------------|--------------------|---------------------|-------------------|----------------------|--------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
|                        | DOTACAO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS    | RESTOS A PAGAR PAGOS | DOTACAO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS PAGAS    | RESTOS A PAGAR PAGOS |
| DESCENTRALIZAÇÕES MDR  | -                  | 153.934.562         | 552.100           | 18.792.288           | -                  | 75.000.000          | -                 | 1.837.437            |
| PLANO DE AÇÃO TEMÁTICO | 19.499.839         | 14.752.113          | 133.216           | 45.413.297           | 29.826.500         | 29.236.541          | 43.468            | 29.070.795           |
| EMENDAS PARLAMENTARES  | 58.938.385         | 58.935.770          | 3.857.300         | 32.479.692           | 83.916.588         | 82.068.500          | 609.658           | 24.199.966           |
| PESSOAL                | 12.838.731         | 11.746.799          | 10.424.740        | 646.109              | 12.888.841         | 12.693.290          | 10.156.743        | 850.210              |
| ADMINISTRATIVO         | 11.013.046         | 10.997.184          | 9.265.806         | 1.361.061            | 12.790.000         | 12.428.536          | 10.081.206        | 3.034.666            |
| <b>TOTAL</b>           | <b>102.290.001</b> | <b>250.366.427</b>  | <b>24.233.162</b> | <b>98.692.447</b>    | <b>139.421.929</b> | <b>211.426.866</b>  | <b>20.891.075</b> | <b>58.993.074</b>    |

Dessa forma, houve, em relação a 2019, um aumento de R\$ 41,3 milhões em valores finalísticos empenhados. Além disso, os pagamentos finalísticos tiveram um aumento expressivo, subindo de R\$ 55,8 milhões para R\$ 101,2 milhões em 2020, conforme gráfico a seguir.

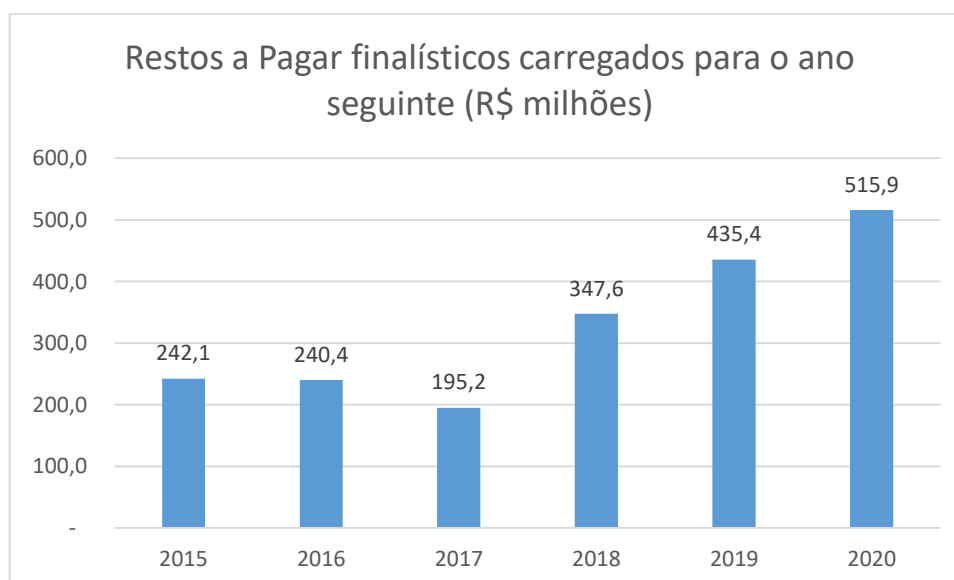
**Gráfico 2 – Empenhos e pagamentos**



Nota-se que a maior parte dos pagamentos do orçamento finalístico são realizados em anos subsequentes ao empenho. Isso ocorre devido a diversos fatores, nos quais se incluem a demora no recebimento de dotações e limites orçamentários e financeiros e a aplicação desses recursos por meio de transferências voluntárias, as quais demandam procedimentos burocráticos que atrasam o início da execução.

Em decorrência desse cenário, acumulam-se saldos relevantes de restos a pagar, os quais têm se elevado nos últimos anos.

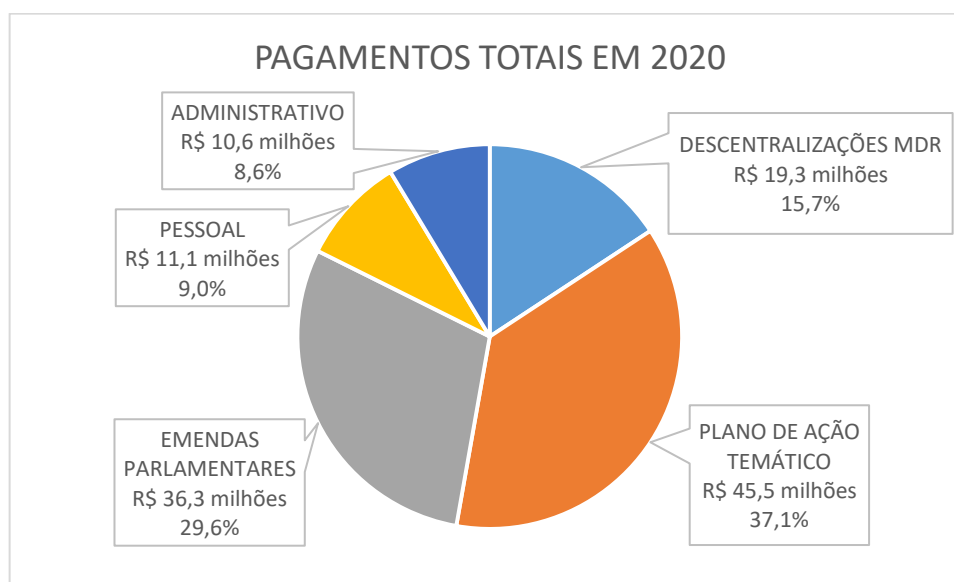
**Gráfico 3 – Restos a pagar**



Recentemente foram editados o [Comunicado nº 33/2020](#), o [Decreto nº 10.579](#), de 18 de dezembro de 2020, e a [Portaria Interministerial ME/CGU nº 414](#), de 14 de dezembro de 2020, tornando mais rígidas as regras para manutenção dos restos a pagar. Pode-se justificar essas medidas tendo em vista ser bastante indesejável para a gestão pública a existência de elevados saldos inscritos, pois concorrem com a execução orçamentária de exercícios seguintes e imobilizam recursos públicos.

Por outro lado, as novas regras podem resultar no cancelamento de um número significativo de transferências voluntárias da Sudeco. Essa falta de compatibilidade entre os prazos e requisitos que as normas estabelecem para o empenho, celebração de convênios, superação de cláusulas suspensivas e manutenção de restos a pagar traz para o futuro a expectativa de perda de muitas horas de trabalho dispendidas na estruturação de propostas de transferências voluntárias. Dessa forma, entende-se que está colocado para os órgãos centrais, de controle e legislativos, o desafio de repensar o arcabouço de normas que regem esses processos.

**Gráfico 4 – Pagamentos**



Na figura acima, verifica-se que, em 2020, foram pagos 4,7 reais na área fim para cada 1 real na área meio (Administrativo e Pessoal), enquanto, de 2017 a 2019, esse valor ficou entre 1,5 e 2,3. Isso reflete uma melhora no perfil de gastos da Sudeco, que está conseguindo fazer mais com menos recursos, apesar dos custos fixos altos para a manutenção de uma Autarquia e da sempre presente carência de pessoal.

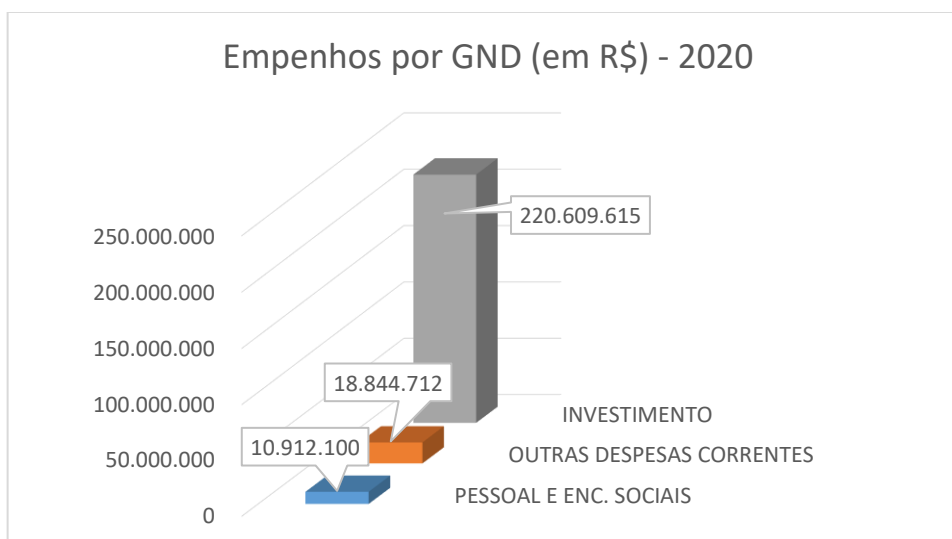
| Empenhos e Pagamentos Finalísticos por UG Executora | 2020                |                   | 2019                |                   | 2018                |                   |
|---|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|   | DESPESAS EMPENHADAS | PAGAMENTOS TOTAIS | DESPESAS EMPENHADAS | PAGAMENTOS TOTAIS | DESPESAS EMPENHADAS | PAGAMENTOS TOTAIS |
| SUDECO  | 101.007.613         | 51.974.267        | 93.018.314          | 49.406.869        | 162.030.074         | 33.013.373        |
| CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SUDECO                    | 126.614.831         | 48.951.840        | 92.577.509          | 6.200.893         | 34.599.476          | -                 |

Um fator que contribuiu para esse movimento é a terceirização de atribuições para a Caixa Econômica Federal por meio da celebração de contratos de repasse, que tem aumentado conforme acima. Vale notar, contudo, que o banco recebe uma porcentagem do valor da transferência voluntária para realizar esses serviços.

A seguir, apresenta-se a execução de 2020 detalhada por Grupo de Natureza da Despesa (GND), Elemento de Despesa (apenas os dez maiores), Programa de Governo e Ação Orçamentária.



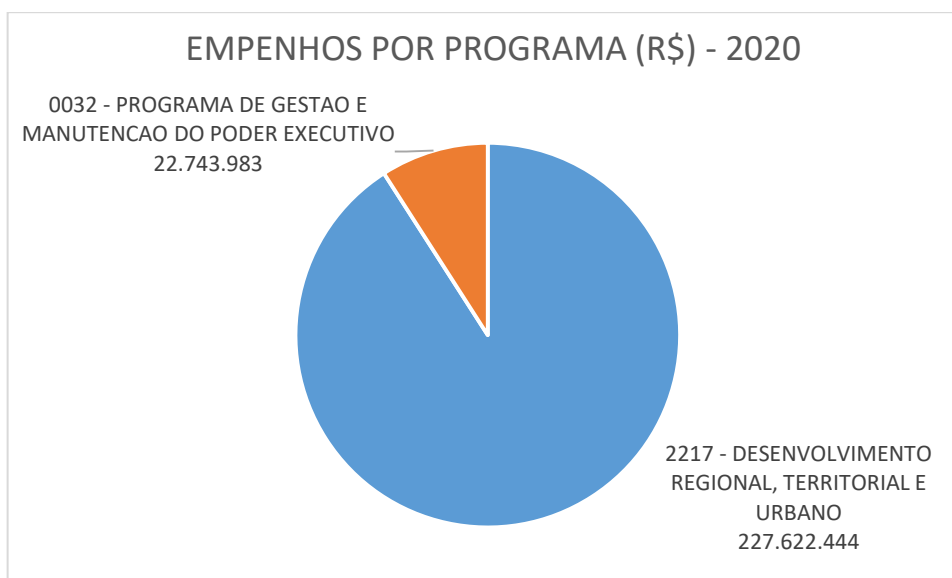
**Gráfico 5 – Empenhos por Grupo de Natureza da Despesa**



Valores em reais.

| ELEMENTO DE DESPESA |   | DESPESAS EMPENHADAS |
|---------------------|---|---------------------|
| 42                  | AUXÍLIOS  | 214.136.781,72      |
| 11                  | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL           | 9.089.282,17        |
| 39                  | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.          | 8.425.227,66        |
| 41                  | CONTRIBUIÇÕES   | 7.015.384,03        |
| 37                  | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA                                  | 6.170.546,65        |
| 40                  | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ | 1.632.481,63        |
| 13                  | OBRIGAÇÕES PATRONAIS                                    | 1.423.642,45        |
| 70                  | RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO           | 1.000.000,00        |
| 46                  | AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO                                     | 502.654,00          |
| 93                  | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                             | 247.493,03          |

**Gráfico 6 – Empenhos por Programa**



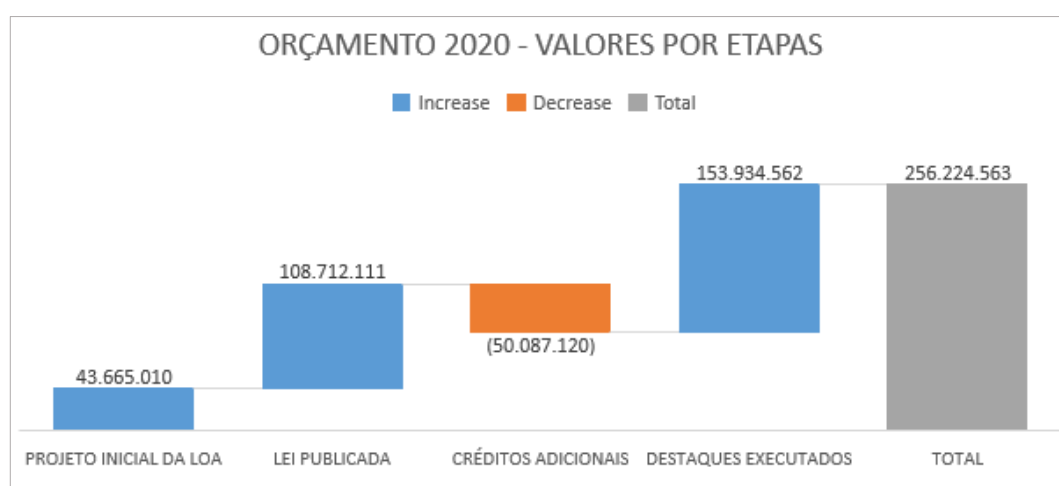
Valores em reais.

| AÇÃO DE GOVERNO |  | DESPESAS EMPENHADAS |
|-----------------|--|---------------------|
| 7K66            | APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO  | 219.751.431,34      |
| 2000            | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE   | 10.997.183,53       |
| 20TP            | ATIVOS CIVIS DA UNIÃO  | 9.379.349,77        |
| 120B            | GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO   | 7.015.384,03        |
| 09HB            | CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS | 1.423.642,45        |
| 20NK            | ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS  | 855.629,00          |
| 212B            | BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES   | 589.668,81          |
| 2004            | ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES                               | 138.591,00          |
| 0181            | APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO  | 109.107,48          |
| 216H            | AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS  | 106.439,57          |

Dessas classificações, destaca-se a predominância da execução por meio de Investimentos e do elemento “42 – AUXÍLIOS”, usado para a celebração de transferências voluntárias.

O gráfico a seguir mostra a formação do orçamento a cada etapa de tramitação e execução. Fica bem demonstrado que a maior parte das dotações é fixada na tramitação da Lei no Congresso e por meio de destaques de créditos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

**Gráfico 7 – Composição do orçamento da Sudeco**



Dessa maneira, a escolha da destinação do orçamento e dos projetos que serão realizados fica em grande parte no controle de agentes externos à Autarquia (parlamentares e MDR). Assim, embora existam valores relevantes de dotações disponíveis, não é possível dizer que, no seu conjunto, os recursos sejam partilhados com base em critérios técnicos de desenvolvimento regional.

### 4.3 – Gestão de Custos

Foi publicada, em 03 de dezembro de 2020, a Portaria nº 200, criando o “Grupo de Trabalho Multidisciplinar que visa a implementação do Sistema de Custos no âmbito da

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco”. Os trabalhos ainda estão em andamento.

## 4.4 – Gestão de Pessoas

### Conformidade legal

#### Legislação Aplicada

As atividades relacionadas à gestão de pessoas da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste são exercidas na forma prevista para o funcionamento do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, estando subordinadas às orientações normativas emanadas pelo órgão central do sistema: a Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP do Ministério da Economia – ME.

Portanto, a Sudeco observa as orientações do órgão central do SIPEC, assim como também observa as diretrizes e regras provenientes dos órgãos de controle.

São realizadas buscas, diariamente, nas normas publicadas no Diário Oficial da União, no Sistema de Pesquisa de Legislação do Governo Federal (Conlegis), nas resenhas enviadas pelo ME e em outros canais disponíveis. Elas são aplicadas nos procedimentos executados na unidade e, se pertinente, orientam as demais unidades da Sudeco e o corpo funcional da Autarquia a respeito do assunto.

#### Indicadores de conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada pelos indicadores abaixo:

|   |   |
|---|---|
| 1 | Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;       |
| 2 | Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal; |
| 3 | Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle;       |
| 4 | Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao Erário;    |
| 5 | Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.                        |

Até dezembro de 2020, conforme dispõe a [Lei nº 8.730](#), de 10 de novembro de 1993, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou, ainda, autorizaram seu acesso de acordo com o previsto na [Instrução Normativa TCU nº 67](#), de 6 de julho de 2011. Os atos de admissão e vacância foram registrados no e-Pessoal, conforme a [Instrução Normativa TCU nº 78](#), de 21 de março de 2018. Além disso, até dezembro de 2020, a Sudeco teve, em seu quadro, apenas um registro de beneficiário de pensão civil.

#### Avaliação da força de trabalho



Fonte: Extrator DW, base dezembro/20, posição: 31/12/2020.

## Força de trabalho por situação funcional

A força de trabalho da Instituição é composta por 100 profissionais ativos, classificados em diversas situações, discriminadas no quadro abaixo. Essa configuração demonstra a grande complexidade de perfis profissionais que executam as atividades sob responsabilidade da Autarquia.

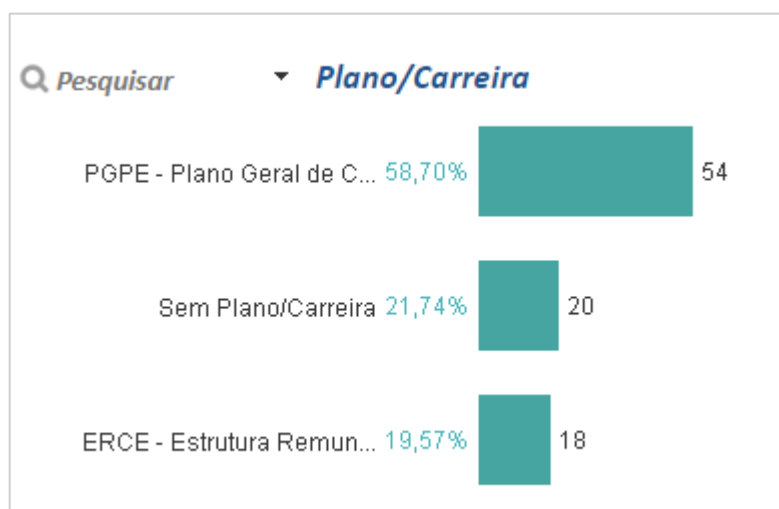
### Quadro 1 – Força de trabalho por situação funcional

| SITUAÇÃO FUNCIONAL | SITUAÇÃO DO VÍNCULO                    | QUANTIDADE DE VÍNCULOS (SERVIDORES) | %           |
|--------------------|--|-------------------------------------|-------------|
| EST-01             | ATIVO PERMANENTE                       | 59                                  | 59%         |
| EST-03             | REQUISITADO                            | 8                                   | 8%          |
| EST-04             | NOMEADO PARA CARGO EM COMISSÃO         | 11                                  | 11%         |
| EST-08             | CEDIDO                                 | 12                                  | 12%         |
| EST-14             | REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS           | 1                                   | 1%          |
| EST-18             | EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRAS | 5                                   | 5%          |
| ETG-70             | ESTAGIÁRIO                             | 4                                   | 4%          |
| <b>TOTAL</b>       |  | <b>100</b>                          | <b>100%</b> |

Fonte: Extrator DW, base: dezembro de 2020.

Dos 100 profissionais que compõem a força de trabalho da Sudeco, 71% é composta por servidores efetivos do quadro próprio da Instituição (EST-01 e EST-08), sendo que esses servidores pertencem tanto ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) quanto à ERCE – Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos (Anexo XII da [Lei nº 12.277](#), de 30 de junho de 2010).

### Gráfico 8 – Força de trabalho por plano de carreira



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP

Devido ao seu pequeno quadro permanente de pessoal, a Sudeco utiliza-se de um percentual de servidores efetivos de outros órgãos – requisitados ou em exercício descentralizado de

carreiras – cuja soma perfaz 14% da força total. Há, ainda, 11% de servidores sem vínculo ocupantes de cargos comissionados.

## Faixa Salarial

Constata-se que 16,67% da força de trabalho é composta por servidores que ganharam anualmente até R\$ 30.000,00, 20,18% teve rendimentos anuais entre R\$ 30.000,01 e R\$ 54.000,00, 33,33% receberam entre R\$ 54.000,01 e R\$ 78.000,00, 12,28% receberam entre R\$ 78.000,01 e R\$ 102.000,00 e 17,54% teve rendimentos anuais acima de R\$ 102.000,01.

## Quadro 2 – Força de trabalho por faixa salarial

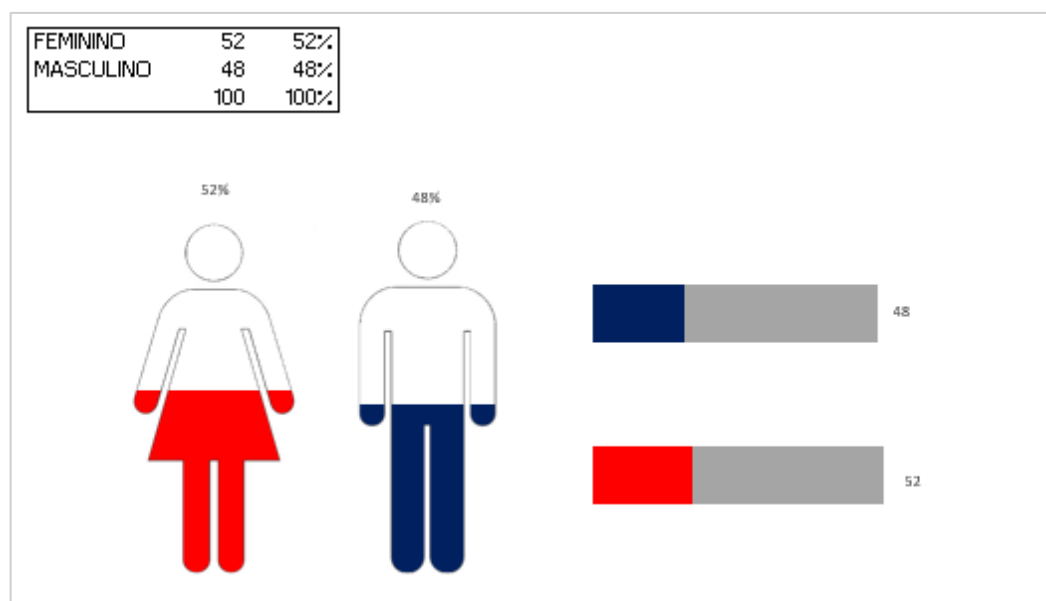
| Faixa Salarial                    | Força de Trabalho | (%)    |
|-----------------------------------|-------------------|--------|
| Abaixo de R\$ 30.000,00           | 19                | 16,67% |
| De R\$ 30.000,01 a R\$ 54.000,00  | 23                | 20,18% |
| De R\$ 54.000,01 a R\$ 78.000,00  | 38                | 33,33% |
| De R\$ 78.000,01 a R\$ 102.000,00 | 14                | 12,28% |
| Acima de R\$ 102.000,01           | 20                | 17,54% |
| Total                             | 114               | 100%   |

Cabe ressaltar que o total de 114 servidores representa os que receberam algum tipo de valor da Superintendência no ano de 2020. Dessa forma, esse valor total para a força de trabalho representa servidores ativos, vacâncias, pensionistas, exonerados e que receberam de mais de uma fonte pagadora, como os servidores de carreiras descentralizadas.

Ademais, a Sudeco possuía 6 estagiários em 2020 que não estão representados no quadro 2, tendo em vista que o sistema não gera o comprovante de rendimentos. Além disso, os servidores de carreiras descentralizadas e cedidos que recebem sua remuneração pelo seu órgão de origem e que não receberam nenhum valor pela Sudeco também não estão representados nesse quadro.

## Gênero

A força de trabalho, quanto ao sexo dos servidores, é equilibrada, sendo 52% composta por servidoras do sexo feminino e 48% por servidores do sexo masculino.

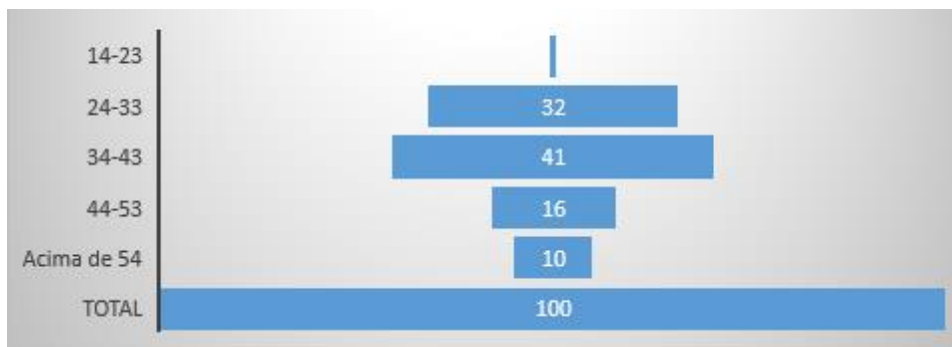


Fonte: Extrator DW – outubro de 2020.

## Perfil etário

Outro aspecto relevante a ser considerado é o perfil etário dos servidores. A maioria dos servidores do quadro da Sudeco (41%) encontram-se na faixa de 34 a 43 anos. Cabe ressaltar que um quantitativo relativamente baixo dos ativos permanentes apresentam mais de 54 anos.

**Gráfico 9 – Força de trabalho por perfil etário**

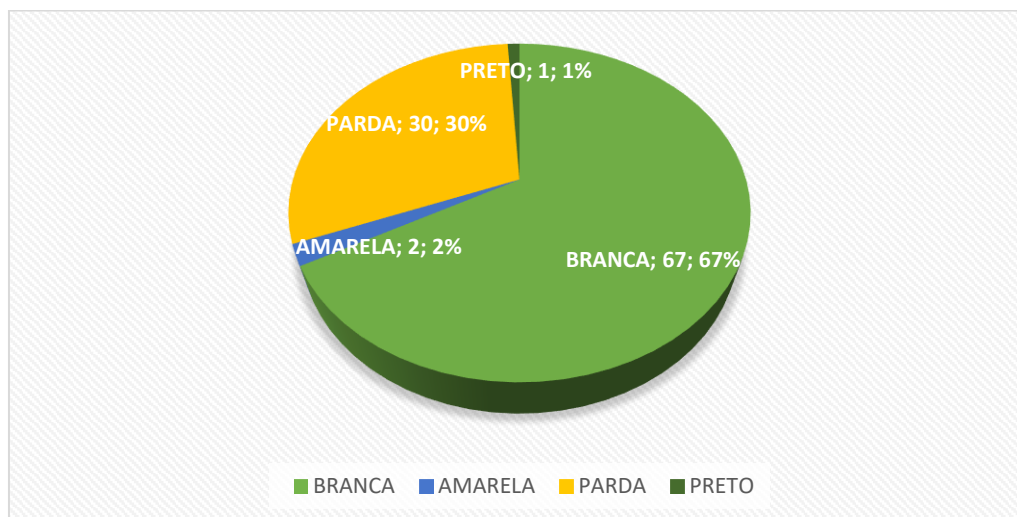


Fonte: SiapeDw – dezembro de 2020.

## Perfil étnico

A distribuição da força de trabalho por etnia é apresentada no gráfico abaixo. Os dois maiores percentuais são de servidores que se declaram brancos (67%) e pardos (30%). Em seguida, tem-se os seguintes percentuais: cor amarela (2%) e preta (1%).

**Gráfico 10 – Força de trabalho por perfil étnico**

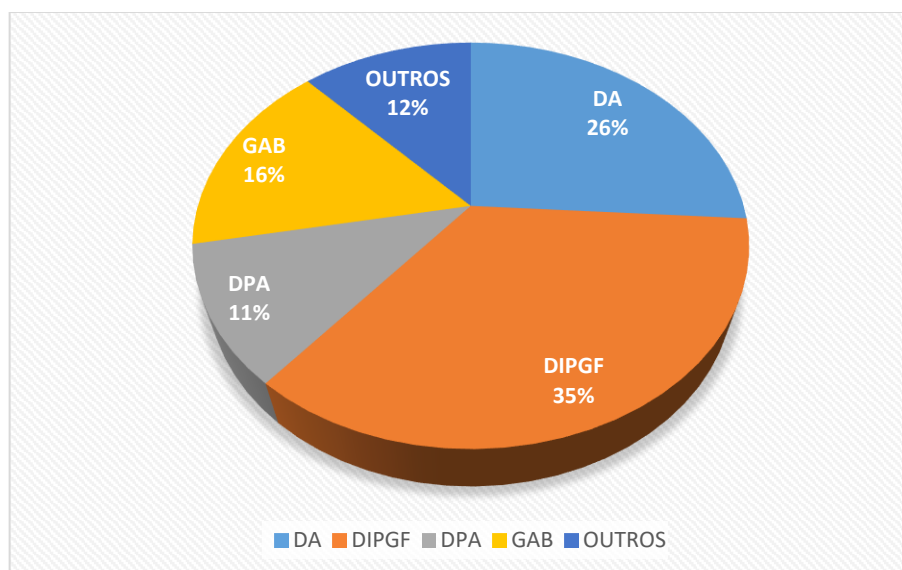


Fonte: SiapeDw – dezembro de 2020.

## Unidade de lotação

A distribuição da força de trabalho por unidade de lotação é apresentada no gráfico a seguir. Nota-se que a Diretoria de Implantação de Programas e de Gestão de Fundos – DIPGF é a que possui a maior quantidade de colaboradores, seguida da Diretoria de Administração – DA.

**Gráfico 11 – Força de trabalho por unidade de lotação**



## **Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas**

### **Necessidade de gestão de pessoas**

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A matéria do edital visa selecionar os servidores mais adequados ao perfil almejado pela Sudeco. A realização de tais concursos depende de autorização do Ministério da Economia – ME.

São considerados, dentre outros fatores, a evasão de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da Instituição, disponibilidade orçamentária/financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.

Em 2020, cumpre mencionar que, nos termos da [Instrução Normativa ME nº 2](#), de 27 de agosto de 2019, a Autarquia formalizou, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, pedido de autorização para realização de concurso, abrangendo as áreas nas quais a Superintendência possui maior déficit de pessoal, de modo a possibilitar o concurso público para 25 vagas. Por oportuno, a solicitação não foi aprovada e encaminhada ao Ministério da Economia, conforme as orientações do Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo como motivo o cenário de crise sanitária e econômica global causada pela pandemia de covid-19.

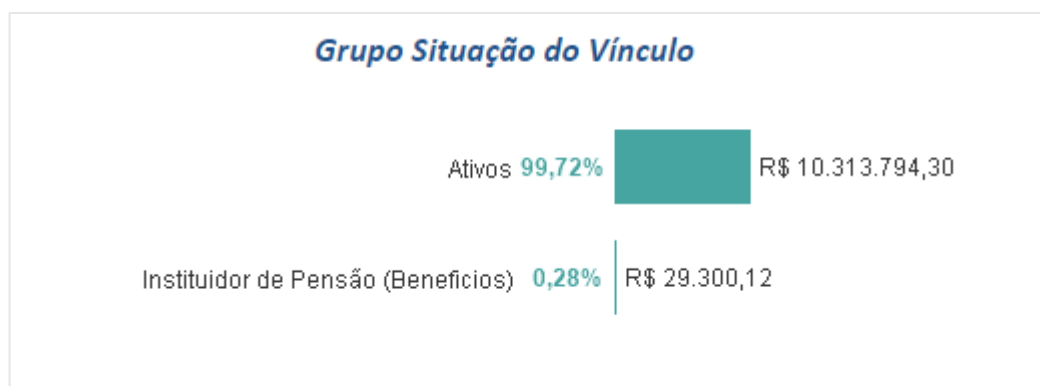
### **Recrutamento e alocação de pessoas**

Para o recrutamento e alocação de servidores, no ano de 2020, foram realizadas ações como: cessão, requisição e movimentação de servidores para compor a força de trabalho, conforme dispõe o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990. Além disso, ocorreram processos seletivos com ampla divulgação interna e externa, por meio do Portal do Servidor, e a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agente de integração para o programa de estágio.

### **Despesa de pessoal**

A despesa com pessoal, no exercício de 2020, foi de R\$ 10.343.094,42 (dez milhões, trezentos e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos).

## Gráfico 12 – Gasto com pessoal



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

O principal elemento da despesa é o pagamento de vencimentos e vantagens fixas, que corresponde a 83,98% daquele montante, seguido das obrigações patronais, 13,76%.

## Gráfico 13 – Gasto com pessoal por elemento de despesa

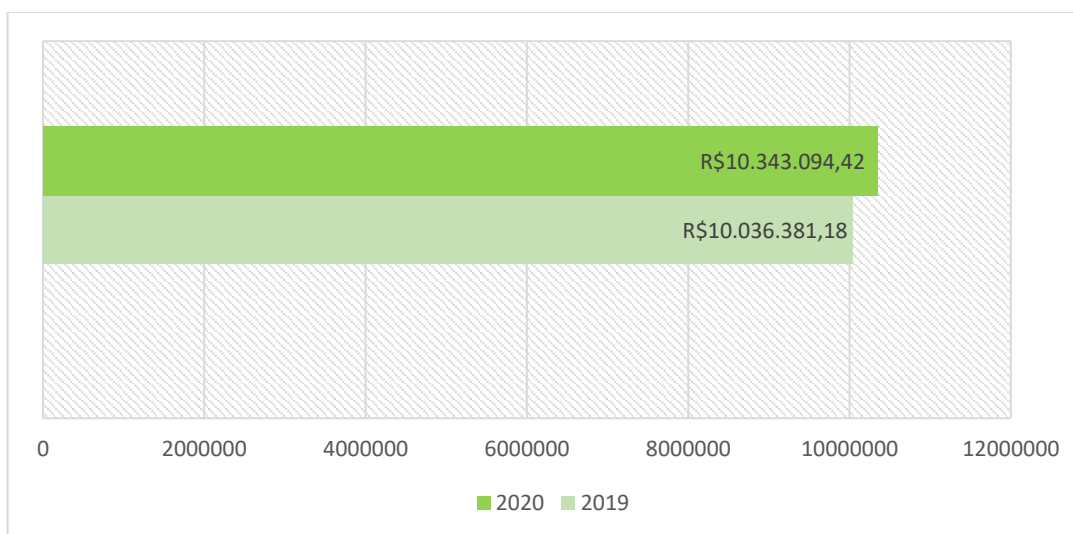


Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

A variação de gasto com pessoal, entre os anos de 2019 e 2020, foi de R\$ 306.713,24 (trezentos e seis mil, setecentos e treze reais e vinte e quatro centavos), tendo em vista o aumento dos valores remuneratórios dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.



**Gráfico 14 – Evolução do gasto com pessoal**



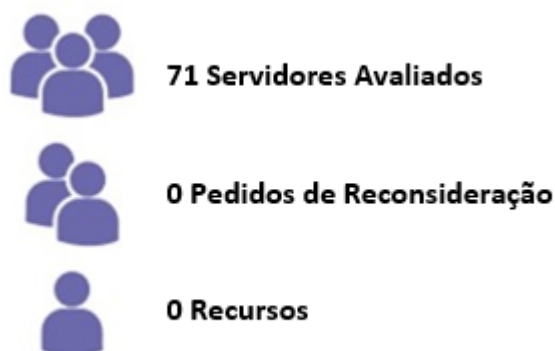
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

## **Avaliação de desempenho e remuneração**

### **Avaliação de desempenho**

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. A referida avaliação impacta diretamente na gratificação de desempenho do servidor e, conseqüentemente, em sua remuneração. O período avaliativo, referente ao 7º ciclo, iniciou-se em 1º de novembro de 2019 e terminou em 31 de outubro de 2020.

O resultado das metas globais e intermediárias de desempenho institucional foi divulgado por meio da Portaria Sudeco nº 181, de 28 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 210, de 4 de novembro de 2020, seção 1, páginas 14 e 15. A Portaria COGEP/Sudeco nº 185, de 28 de outubro de 2020, com os resultados individuais e institucionais, por servidor, foi publicada no Boletim Interno de 3 de novembro de 2020 – Ano VII – nº 218.



### **Progressão funcional**

Em julho de cada ano, inicia-se o processo de progressão e promoção funcional com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais são submetidos à avaliação de desempenho com o intuito de promover o desenvolvimento funcional

dentro da carreira a que pertencem. Esse processo é constituído por duas fases: a primeira, no mês de setembro do exercício que se inicia o processo; e a segunda, em março do ano seguinte. Dessa forma, o número total de 71 servidores foi avaliado nesse processo.

### **Estágio probatório**

Em 2020, cumpre informar que todos os servidores da Superintendência já adquiriram a estabilidade conforme estabelecido pela Lei nº 8.112/1990.

### **Cargos gerenciais ocupados por servidores**

30% dos cargos de Direção, Chefia e Assessoramento Superiores são ocupados por servidores efetivos.

## **Principais conquistas, desafios e ações futuras**

### **Conquistas realizadas**

Como principais conquistas referentes à área de pessoal, ocorridas em 2020, pode-se citar:

- ✓ Processamento dos requerimentos, análise, concessão e pagamento do auxílio-moradia dos servidores da Sudeco, por meio do Módulo Moradia, disponibilizado pelo Ministério da Economia – ME, permitindo agilidade no pagamento, com parâmetros automáticos de cálculo;
- ✓ Utilização do Assentamento Funcional Digital (AFD) como acervo digital dos documentos de guarda obrigatória produzidos ou recebidos pela Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP). O AFD agora é utilizado pelos servidores da COGEP como meio de consulta ao histórico funcional e possibilita agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres da Autarquia e de seus agentes;
- ✓ Implantação do Sistema de Requerimento On-line para os servidores em exercício na Sudeco;
- ✓ Implantação e continuidade do Programa de Estágio. Inicialmente, o número de vagas era de até 36. Com as mudanças na legislação, as vagas foram reduzidas para 6. Apesar das dificuldades, o exercício de 2020, foi concluído com duas formações, quatro renovações e dois novos processos seletivos;
- ✓ Utilização do Módulo Web Férias;
- ✓ Implantação da nova política de capacitação da Administração Pública federal;
- ✓ Atualização administrativa da estrutura e designações das subunidades da Sudeco.

### **Desafios e ações futuras**

A gestão de pessoas requer um eficiente processo de utilização de ferramentas de mapeamento de competências e dimensionamento de força de trabalho, além do incremento do número de servidores na proporção necessária para a assunção de novos desafios impostos pela legislação e pela conjuntura de mercado.

Manter um corpo de trabalho em quantidade e qualidade necessárias, vencendo as barreiras das requisições obrigatórias impostas pela legislação e a redução do número de servidores ocorrida naturalmente com o tempo, é fundamental para o alcance dos resultados esperados. Dessa forma, os principais desafios da área de gestão de pessoas estão elencados a seguir.

- ✓ Recomposição da força de trabalho (concurso público). Faz-se necessária a recomposição do quadro de servidores da Sudeco, tanto das áreas finalísticas quanto da área meio, tendo em vista as exonerações e vacâncias. Todavia, os últimos pedidos de concurso encaminhados ao Órgão Central não foram atendidos;
- ✓ Implantação do Sistema de Registro de Frequência – SISREF do Ministério da Economia – ME para os servidores em exercício na Sudeco, haja vista que o Sistema de Controle de Frequência da Sudeco é um sistema arcaico e sem condições de manutenção;
- ✓ Utilização do Módulo de Composição da Força de Trabalho – Sigepe do Ministério da Economia;
- ✓ Utilização do Módulo de Assistência à Saúde Suplementar – Sigepe, que gerencia o processo de solicitação, análise e concessão do benefício de assistência à saúde suplementar e gerência também a comprovação para ressarcimento anual dos pagamentos;
- ✓ Melhorias no Clima Organizacional mediante ações a serem desenvolvidas com a participação dos servidores da Sudeco;
- ✓ Mapeamento de Competências;
- ✓ Implementação do Plano Piloto do Teletrabalho – em andamento;
- ✓ Solicitação para recomposição da força de trabalho.

## **Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

No exercício de 2020, foi possível a identificação de riscos relacionados à gestão de pessoas, entre os quais, destaca-se a redução do quadro de servidores. A saída de colaboradores, que não conta com reposição em curto prazo, prejudica a capacidade de resposta da Sudeco, especialmente nesse momento, marcado por inovações trazidas pelos órgãos normatizadores e de controle.

A evasão de servidores está ligada à aprovação em concursos públicos para órgãos e entidades que oferecem melhores planos de cargos e salários, o que prejudica a retenção de novos talentos e evidencia a baixa remuneração em comparação com outras instituições como principal causa de evasão.

Além disso, devido à crise e à pandemia causada pela covid-19, no exercício de 2020, foi um desafio à parte propor ações voltadas à saúde e à qualidade de vida dos colaboradores. Contudo, a COGEP conseguiu com sucesso promover as já tradicionais campanhas de conscientização acerca das doenças sexualmente transmissíveis, nas quais foram distribuídos preservativos masculinos e femininos, por ocasião dos festejos do carnaval, e também a campanha de vacinação, ocasião em que noventa e quatro colaboradores foram imunizados com a vacina antigripal influenza quadrivalente.

Houve a divulgação de informativos sobre o dia do trabalhador, o setembro amarelo, o outubro rosa e iniciou-se a campanha “Mudando de Assunto”, cuja proposta é trazer sugestões de filmes que tenham uma mensagem positiva, shows de artistas consagrados e museus virtuais a fim de minimizar os efeitos psicológicos trazidos pelo isolamento social.

Com a implementação em caráter emergencial do teletrabalho, a fim de ajudar os colaboradores a se adaptarem ao home office, ocorreu a criação e disponibilização do “Manual do Trabalho Remoto” e a divulgação de vários comunicados e informativos sobre o coronavírus.

Trabalhando em conjunto com a Coordenação-Geral de Suporte Logístico e Tecnologia da Informação – CGSLTI, a COGEP buscou adotar as melhores práticas para o retorno gradual e seguro às atividades presenciais na Instituição.

## **4.5 – Gestão de Licitações e Contratos**

A conformidade na realização das atividades de licitações e contratos tem como base os pressupostos estabelecidos na legislação vigente; tais como a [Lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos); a [Lei nº 10.520](#), de 17 de julho de 2002; o [Decreto nº 5.450](#), de 31 de maio de 2005; o [Decreto nº 9.507](#), de 21 de setembro de 2018; o [Decreto nº 10.024](#), de 20 de setembro de 2019; a [Instrução Normativa nº 5](#), de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; entre outros.

A gestão relacionada à área de licitações e contratos, atuando em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, finalidade e eficiência, consolidou contratações que visaram à manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados, garantindo aos servidores e aos colaboradores boas condições de trabalho e um ambiente organizacional saudável.

Importantes avanços nas diretrizes estratégicas e na gestão de aquisições da Autarquia foram identificados no ano de 2020, na medida em que os processos de liderança, estratégia e controle impulsionaram o direcionamento e monitoramento na gestão de compras.

Em termos concretos, no que tange à capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo, evidenciou-se a busca pela inovação e transparência nos gastos públicos, consubstanciada em um maior potencial na realização das compras compartilhadas para obtenção de ainda mais economicidade processual e ganhos com economia de escala, gerando estímulo na tomada de decisão de forma sistêmica por parte dos gestores.

Como instrumento relevante para a consolidação estratégica da unidade de licitações e contratos, destaca-se a publicação, em 2020, do Plano Anual de Contratações (PAC), por meio da Portaria nº 25, de 20 de fevereiro de 2020, em observância à [Instrução Normativa nº 1](#), de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, o qual permite otimizar o gerenciamento das contratações públicas.

A referida portaria dispõe sobre a elaboração e atualização do Plano Anual de Contratações (PAC), de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação da Sudeco, elaborado por uma equipe de planejamento da contratação, formalmente designada por representantes da cada setor da Autarquia, os quais identificam as necessidades de bens e serviços e as registram no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Antes de ser enviado, o PAC é aprovado pela autoridade máxima da Instituição.

De forma a alcançar eficiência na alocação dos recursos públicos, considerando ainda a restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública como um todo, destaca-se a economia orçamentária identificada nas novas licitações, prorrogações e contratações diretas firmadas pela Sudeco, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros, como se verifica nos quadros a seguir.

### Quadro 3 – Licitações e contratações de 2020

| Setor | Objeto                               | Valor do contrato no ano anterior | Valor do contrato em 2020 | Economia       | Proporção |
|-------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|----------------|-----------|
| DTI   | Telefonia móvel – Pregão 01/2020     | R\$ 97.618,34                     | R\$ 61.680,00             | R\$ 35.938,34  | 36,82%    |
| DILOG | Locação de Veículos – Pregão 02/2020 | R\$ 541.789,56                    | R\$ 342.547,08            | R\$ 199.242,48 | 36,77%    |
| DTI   | Licenças Microsoft – Pregão 03/2020  | R\$ 618.534,91                    | R\$ 399.049,40            | R\$ 219.485,51 | 35,48%    |
| TOTAL |                                      | R\$ 1.257.942,81                  | R\$ 803.276,48            | R\$ 454.666,33 | 36,14%    |

Observação: DTI – Divisão de Tecnologia da Informação; DILOG – Divisão de Logística.

### Quadro 4 – Contratações diretas de 2020

| Modalidade            | Quantidade | Valor         |
|-----------------------|------------|---------------|
| Dispensa de licitação | 6          | R\$ 33.284,00 |
| Inexigibilidade       | 5          | R\$ 41.849,00 |
| TOTAL                 |            | R\$ 75.133,00 |

Os quadros demonstram que as contratações de bens e serviços alcançaram uma economia de 36,14% em relação ao ano anterior, gerando uma economia de R\$ 454.666,33. Foram realizadas onze contratações diretas, caracterizadas pelas dispensas e inexigibilidades de licitação. As aquisições de bens de pequeno valor foram realizadas por meio do sistema de Cotação Eletrônica.

Além disso, o Ministério da Economia, por meio da Central de Compras, lançou Intenções de Registro de Preços (IRP's) para que órgãos e entidades da Administração Pública pudessem ingressar como partícipes e a Sudeco manifestou interesse em participar de 5 IRP's, conforme especificado no quadro a seguir.

### Quadro 5 – Intenções de Registro de Preços de interesse da Sudeco

| Setor | Objeto  |
|-------|---|
| DILOG | Almoxarifado virtual                                |
| DILOG | Secretariado, apoio administrativo e recepcionista. |
| DTI   | Serviços de telefonia                               |
| DTI   | Aquisição de computador e notebook                  |
| DTI   | Serviço de nuvem.                                   |

## **4.6 – Gestão de Patrimônio e Infraestrutura**

Para assegurar a conformidade com as normas aplicáveis à gestão do patrimônio, a Sudeco editou normativo próprio que dispõe sobre procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais – Resolução nº 1, de 15 de maio de 2017. Sua revisão está ocorrendo para atualizá-la face às novas legislações relacionadas ao patrimônio público.

Todo o controle de patrimônio e de almoxarifado da Autarquia é realizado pela ferramenta SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços), disponibilizada pela Administração Pública federal.

Em relação à infraestrutura, a Sudeco dispõe de apenas um imóvel locado de terceiros, onde funciona sua sede e são exercidas todas as suas atividades. Localizado no endereço SBN, Quadra 01, Bloco F, Lote 30, Edifício Palácio da Agricultura, 19ª andar, Brasília (DF), CEP 70.040-908, ocupando os 3 últimos andares e uma área útil de 2.844,70 m<sup>2</sup>. A locação baseou-se nos termos do Contrato Administrativo nº 10/2014, cujo valor mensal, para o exercício de 2020, era de R\$ 170.385,40. Vale ressaltar que, no final de 2017, ocorreu uma renegociação de valores da locação do imóvel que resultou em uma diminuição de aproximadamente 30% no valor do aluguel.

Tem sido avaliada, junto à alta gestão da Autarquia, a possibilidade de ocupação de imóvel pertencente à União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com vistas a otimizar o recurso gasto com infraestrutura. A Sudeco possui o registro de um antigo e grande terreno em Brasília que poderá ser utilizado como meio de se permutar por um imóvel já construído pela União.

## **4.7 – Gestão da Tecnologia da Informação**

### **Modelo de governança de TI**

Para obtenção de melhores resultados, a área de tecnologia da informação da Sudeco mantém as práticas definidas no Guia de Governança de TIC (tecnologia da informação e comunicação) do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal) – 2017 e está em conformidade com as legislações pertinentes. Além disso, por meio de um trabalho continuado em 2020, permanece dando prosseguimento ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da governança de TIC, reforçando a continuidade de medidas tomadas em anos anteriores, tais como:

- Assuntos relacionados à governança de TIC deliberados pelo Comitê de Governança Digital – CGD, instituído pela Portaria da Sudeco nº 68, de 03 de abril de 2017;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC 2020-2022), publicado no portal institucional visando dar maior transparência às informações e decisões tomadas, com envolvimento de grupo de trabalho designado pela alta gestão da Autarquia, para se definir as soluções de TIC ideais para atendimento às demandas da Instituição;
- Alinhamento à Estratégia de Governança Digital, juntamente com o Gabinete da Superintendência e a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, e ao Planejamento Estratégico Institucional;
- Planos, projetos e serviços de TIC desenvolvidos com base nas necessidades dispostas no PDTIC 2020-2022;

- Contratações de serviços e soluções de TIC em conformidade com a Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações.

## **Contratações mais relevantes de recursos de TI**

- Contratação de empresa credenciada no fornecimento de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais Microsoft (na modalidade Enterprise Agreement Subscription – EAS), com suporte e garantia de atualização, atendendo as necessidades administrativas e técnicas;
- Gestão das contratações de telefonia móvel e telefonia fixa pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Sudeco, que, anteriormente, estavam sob gestão da Divisão de Logística (DILOG) da Autarquia;
- Início da elaboração de processo de contratação de outsourcing de impressão;
- Início da elaboração de processo de contratação de serviços de certificação digital dos tipos e-CPF e e-CNPJ;
- Início da elaboração de processo de contratação de licenças para disponibilizar ferramentas de desenho CAD e desenho vetorial.

## **Principais iniciativas**

- Atuação em diversos projetos e parcerias dos quais destacam-se: RODOPONTES, FCO Carta Consulta, Plano de Dados Abertos, Plano de Transformação Digital e Painéis Negociais;
- Constante revisão dos contratos vigentes com objetivo de trazer para realidade de mercado tanto o modelo de contratação quanto os custos e melhorias para melhor adequação à legislação vigente;
- Fomento à utilização de ferramenta para comunicação e colaboração (Microsoft TEAMS) a fim de possibilitar o trabalho remoto em decorrência da pandemia de covid-19;
- Esforços para disponibilizar acesso remoto aos usuários, via VPN, com o intuito de ajudar o trabalho executado de forma remota por conta da pandemia;
- Configurações da solução de telefonia IP/VOIP/SOFTPHONE para redirecionamento dos ramais da Autarquia com a finalidade de facilitar o home office decorrente da pandemia;
- Configurações de uso dos demais ativos de TIC para utilização em home office com o objetivo de propiciar o trabalho remoto resultante da pandemia de covid-19;
- Criação de scripts e outras atividades referentes à migração do portal da Sudeco para o GOV.BR;
- Início dos estudos para inclusão de senhas na solução de telefonia IP/VOIP/SOFTPHONE, conforme Resolução nº 16, de 23 de dezembro de 2019;
- Revisão e alinhamento dos instrumentos de planejamento vigentes (PAC e PDTIC 2020-2022), visando manter a continuidade das soluções ou explorar oportunidades.

## **Segurança da informação**

A Instituição exerce um trabalho constante de aplicar a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), elaborada com o objetivo de fornecer diretrizes, critérios e suporte administrativo suficientes à implementação da segurança da informação e comunicações.

### **4.8 – Sustentabilidade**

A Sudeco realiza todas as suas licitações e contratações atendendo os critérios de sustentabilidade previstos nas legislações e instruções normativas vigentes.

A Autarquia, desde que ocupou o imóvel no Edifício Palácio da Agricultura, veio adaptando-o para o atendimento às determinações de sustentabilidade, como exemplo, pode-se citar a utilização de torneiras para fechamento automático, implantação de descargas econômicas nos vasos sanitários, lixeiras separadas para cada tipo de resíduo, entre outras ações.



## 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

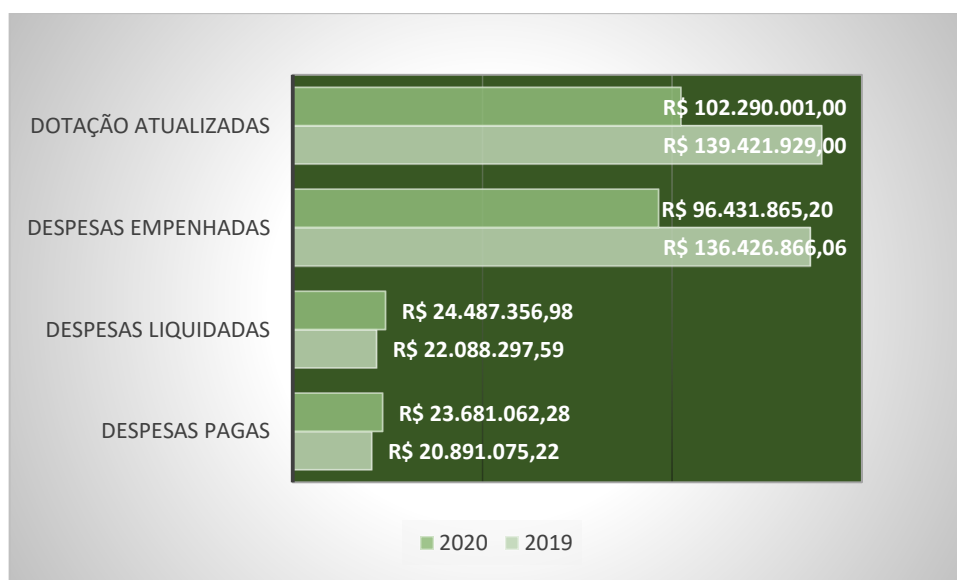
### 5.1 – Resumo da Situação Orçamentária, Financeira e Contábil

A Lei Orçamentária Anual de 2020 consignou à Sudeco a dotação de R\$ 144,3 milhões. Ao longo do exercício, houve cancelamentos na ordem de R\$ 42,0 milhões, resultando na dotação atualizada de R\$ 102,3 milhões.

| DESPESAS FIXADAS NA LOA/2020 | CANCELAMENTO ORÇAMENTÁRIO | DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS |
|------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| 144.309.287,00               | 42.019.286,00             | 102.290.001,00              |

Em 2020, o montante empenhado, considerando apenas os créditos consignados originalmente à Autarquia, alcançou R\$ 96,4 milhões, o que representa 94,27% do total da dotação, já as despesas do exercício pagas somaram R\$ 23,68 milhões, 23,15% da dotação consignada à Sudeco em 2020.

Gráfico 15 – Estágios da despesa

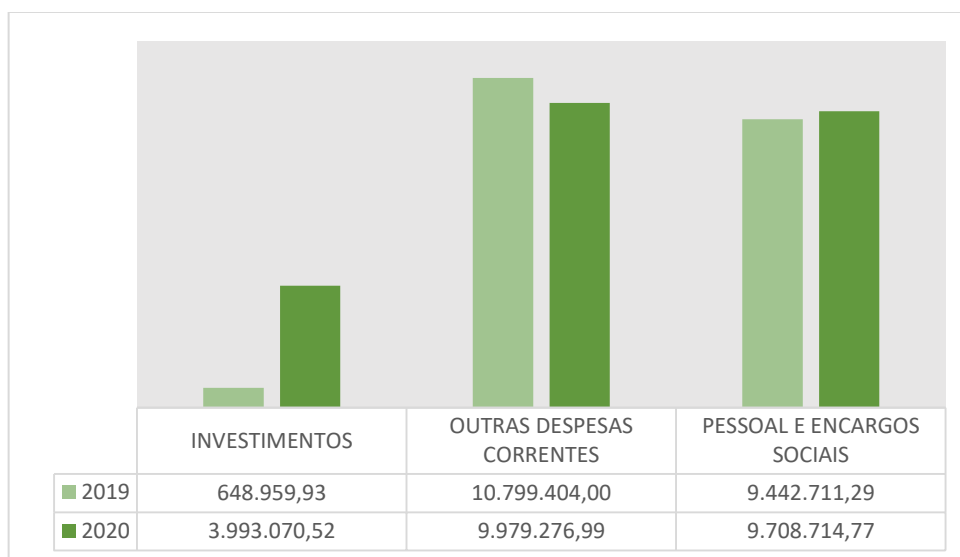


Fonte: Tesouro Gerencial.

Nos gastos da Superintendência, estão compreendidos o pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e investimentos.

O valor pago, referente à dotação de 2020, totalizou R\$ 23,68 milhões, dos quais R\$ 9,71 milhões foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais do Grupo de Natureza da Despesa 1 – GND 1.

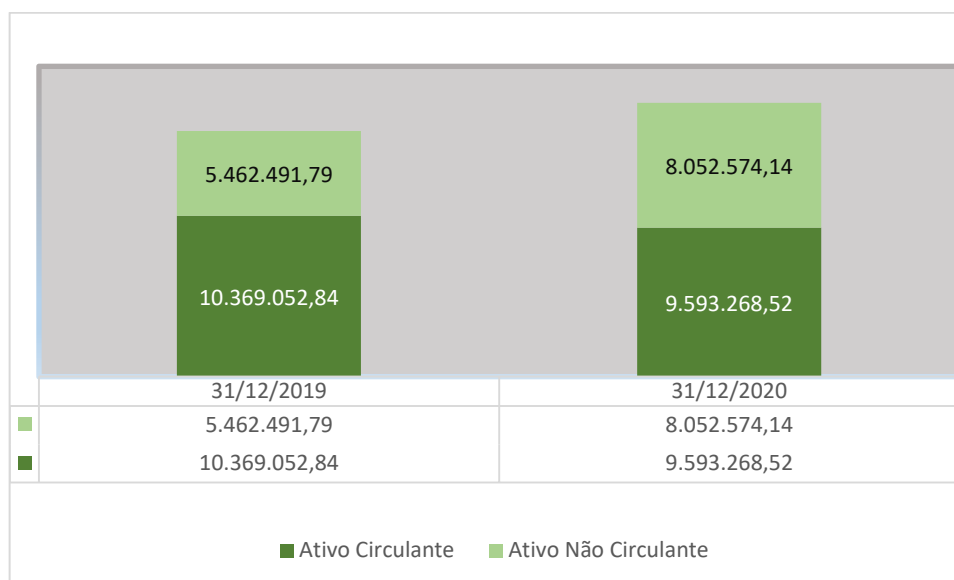
**Gráfico 16 – Despesas pagas por Grupo de Natureza da Despesa (em R\$)**



Fonte: Tesouro Gerencial.

A classe do Ativo compõe-se de 54,37% de Ativo Circulante e por 45,63% de Ativo Não Circulante. Verifica-se um aumento de 11,46% no exercício de 2020, sendo que o grupo não circulante apresentou o percentual de variação de 47,42%, devido à inscrição em conta de crédito por dano ao patrimônio daqueles, pessoas físicas ou jurídicas, cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**Gráfico 17 – Ativo Total (em R\$)**



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A classe Passivo compõe-se de 100% de Passivo Circulante. O crescimento percentual de 187% de Fornecedores e Contas a Pagar corresponde à liquidação de empenhos referentes aos contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal. Em relação ao subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, a variação de 10,48%, em grande parte, deve-se à incorporação de obrigações decorrentes de termo de execução descentralizada – TED.

## Quadro 6 – Passivo Total

| Valores em reais.  |                      |                      |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>PASSIVO</b>   | <b>2020</b>          | <b>2019</b>          |
| <b>Passivo Circulante</b>  | <b>73.042.670,74</b> | <b>66.218.539,98</b> |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo | 632.987,98           | 1.026.492,32         |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                            | 625.425,37           | 217.808,36           |
| Demais Obrigações a Curto Prazo  | 71.784.257,39        | 64.974.239,30        |
| <b>Passivo Não Circulante</b>  | <b>-</b>             | <b>-</b>             |
| <b>Total do Passivo Exigível</b>                                       | <b>73.042.670,74</b> | <b>66.218.539,98</b> |

Fonte: SIAFI.

O Patrimônio Líquido desdobra-se em resultado apurado no exercício somando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores.

O resultado patrimonial de 2020 foi menor que o registrado em 2019. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

## Quadro 7 – Patrimônio Líquido

| Valores em reais.                          |                       |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                  | <b>2020</b>           | <b>2019</b>           |
| <b>Resultados Acumulados</b>               | <b>-55.396.828,08</b> | <b>-50.386.995,35</b> |
| <b>Resultado do Exercício</b>              | -9.843.585,07         | 8.713.758,39          |
| <b>Resultados de Exercícios Anteriores</b> | -50.386.995,35        | -79.422.701,99        |
| <b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>    | 4.833.752,34          | 20.321.948,25         |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>         | <b>-55.396.828,08</b> | <b>-50.386.995,35</b> |

Fonte: SIAFI.

## 5.2 – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) foi criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, até a publicação do novo Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019.

Com a publicação do Decreto nº 10.152/2019, diversos dispositivos que estavam previstos no Decreto nº 8.067/2013, e que estabeleciam procedimentos operacionais básicos acerca da utilização dos recursos do Fundo, não foram reproduzidos no novo Diploma Regulamentador, que optou por deixar essa matéria para futura regulamentação conjunta dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.

Ademais, não existem disposições transitórias que definam os procedimentos a serem adotados até a edição do referido ato conjunto.

Assim, a Sudeco adotou todas as medidas existentes ao seu alcance a fim de requerer dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional a imediata edição da Norma Regulamentadora, com vistas a conferir a necessária segurança jurídica à atuação da Autarquia na aplicação dos recursos do Fundo. Porém, tal Norma não foi editada pelos referidos Ministros de Estado no decorrer de 2020.

O FDCO possui natureza contábil, gerido pela Sudeco, Entidade da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

De acordo com o art. 1º do Decreto nº 10.152/2019, o Fundo tem por finalidade assegurar recursos para:

- A implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO; e
- O financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Outros normativos tratam de aspectos mais específicos do FDCO, como as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

Sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sob nº 537004, atendendo às normas dos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal. As disponibilidades financeiras ficam depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem da Sudeco, conforme dispõe o parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar nº 129/2009.

O FDCO constitui importante mecanismo propulsor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da Região Centro-Oeste, fortalecendo a atividade produtiva regional, bem como a geração de emprego e renda, com condições diferenciadas, tais como prazos e taxas de juros.

De acordo com o § 6º do art. 16 da Lei Complementar nº 129/2009, o FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para a seleção e a aprovação de projetos de investimentos é necessário o enquadramento nas prioridades setoriais e espaciais definidas pelo Condel/Sudeco. As prioridades, para o exercício de 2020, foram aprovadas pelo Conselho, por meio da Resolução nº 96, de 05 de dezembro de 2019.

Para ter acesso ao financiamento, o interessado deverá possuir recursos próprios, como contrapartida dos investimentos, equivalentes a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor total do investimento previsto para o projeto. A participação dos recursos do FDCO poderá ser de até 80% (oitenta por cento) do investimento total do projeto, limitada, no máximo, em 90% (noventa por cento) do investimento fixo, conforme quadro a seguir.

## **Quadro 8 – Limites máximos de participação do FDCO conforme o setor da economia e a localização do empreendimento**

(Anexo II da Resolução CMN nº 4.171, de 20.12.2012, redação dada pela Resolução CMN nº 4.481, de 02.05.2016)

| Localização         | Setores da Economia                                 |                |                 |              |                |
|---------------------|---|----------------|-----------------|--------------|----------------|
|                     | Infraestrutura (Saneamento e Abastecimento de Água) | Infraestrutura | Serviço Público | Estruturador | Outros Setores |
| Áreas Prioritárias* | 80%   | 60%            | 60%             | 55%          | 50%            |
| Demais Áreas        | 70%   | 50%            | 50%             | 45%          | 40%            |

\* Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, Faixa de Fronteira, municípios integrados à tipologia da PNDR (Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019).

De acordo com o art. 1º da Resolução CMN nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, inciso VIII, alínea "h", redação dada pela Resolução CMN nº 4.623, de 2 de janeiro de 2018, os encargos financeiros dizem respeito à taxa efetiva de juros dos Fundos de Desenvolvimento (TFD). Assim sendo, os encargos financeiros, para o exercício de 2020, foram estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.644, de 28 de fevereiro de 2018, que definiu a metodologia para apurar mensalmente a TFD para as operações contratadas a partir de 2 de março de 2018.

A seleção de projetos de investimentos considera a relevância do empreendimento para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em conformidade com o disposto no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

As competências institucionais relacionadas ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste são estabelecidas pelo Regimento Interno da Sudeco, aprovado pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012, e estão distribuídas entre a Diretoria Colegiada, a Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF) e a Ouvidoria da Sudeco.

### **Objetivos e desempenho do Fundo**

O FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados para o exercício, a partir de sua aplicação em projetos de interesse do desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

O Relatório de Gestão do Fundo apresenta previsão orçamentária, em 2020, no montante de R\$ 483.239.824,00 (quatrocentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais), conforme o quadro a seguir.

## Quadro 9 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2020

|   | Valores em R\$ 1,00.    |                         |               |
|---|-------------------------|-------------------------|---------------|
|   | Previsto (A)            | Realizado (B)           | % (B/A)       |
| I - Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (2019)  | <b>608.297.518,69</b>   | <b>608.297.518,69</b>   | <b>100,00</b> |
| II - Receitas Financeiras   | <b>483.239.824,00</b>   | <b>483.239.823,73</b>   | <b>100,00</b> |
| a) Dotações Orçamentárias   | 178.000.582,00          | 178.000.582,00          | 100,00        |
| b) Produto da Alienação de Valores Mobiliários e Dividendos   | -                       | -                       |               |
| c) Resultados de Aplicações Financeiras   | 39.916.237,00           | 39.916.237,00           | 100,00        |
| d) Outros Recursos Previstos em Lei   | 265.323.005,00          | 265.323.005,00          | 100,00        |
| III - Despesas Operacionais   | <b>14.488.612,16</b>    | <b>608.791,12</b>       | <b>4,20</b>   |
| a) Remuneração do Banco Operador  | -                       | -                       |               |
| b) Remuneração da Superintendência de Desenvolvimento   | 11.818.603,43           | 608.791,12              | 5,15          |
| c) Recursos para Custeio de Atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia  | 2.670.008,73            | 0,00                    | 0,00          |
| d) Outras Despesas Operacionais Previstas em Lei  | -                       | -                       |               |
| IV - Resultado das Disponibilidades Financeiras do Fundo: Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (I + II - III) | <b>1.077.048.730,53</b> | <b>1.090.928.551,30</b> | <b>101,29</b> |
| V - Comprometimento Financeiro do Fundo   | <b>441.307.258,86</b>   | <b>30.439.555,83</b>    | <b>6,90</b>   |
| a) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em atraso   | 441.307.258,86          | 30.439.555,83           | 6,90          |
| b) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em dia  | 0,00                    | 0,00                    | 0,00          |
| VI - Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (IV - V)  | <b>635.741.471,67</b>   | <b>1.060.488.995,47</b> | <b>166,81</b> |
| VII - Desembolsos Financeiros com os Projetos em Aprovação  | <b>149.622.912,87</b>   | 0,00                    | 0,00          |
| VIII - Disponibilidade Financeira do Fundo (IV - V - VII)   | <b>486.118.558,80</b>   | <b>1.060.488.995,47</b> | <b>218,15</b> |
| IX - Resultado Financeiro do Fundo (VIII)   | <b>486.118.558,80</b>   | <b>1.060.488.995,47</b> | <b>218,15</b> |

Notas:

- A coluna "Previsto (A)" corresponde à coluna "2020" da Previsão das Despesas, das Disponibilidades e dos Comprometimentos Financeiros (RDC) – Exercício 2020;
- O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I), da coluna "Previsto (A)", corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2019 no montante de R\$ 883.793.891,91 subtraído o empenho cancelado em 2020 no valor de R\$ 275.496.373,00;
- A Receita Financeira (item II), da coluna "Realizado (B)", compreende os empenhos efetuados no exercício de 2020;
- O Resultado Financeiro do Fundo (item IX), registrado na coluna "Realizado (B)", corresponde aos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar em 31.12.2020.

O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I da coluna "Previsto (A)" do quadro acima), no valor de R\$ 608.297.518,69, corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2019, no montante de R\$ 883.793.891,91, subtraído o empenho cancelado em 2020, no valor de R\$ 275.496.373,00, por desistência do financiamento pela empresa CPX Goiana Mineração.

Da dotação orçamentária destinada ao FDCO para o exercício de 2020, no valor de R\$ 483.239.824,00, verificou-se a realização de sua totalidade.

Os desembolsos financeiros previstos para 2020, no valor de R\$ 441.307.258,86, conforme item V, coluna “Previsto (A)”, não foram integralmente efetivados em virtude do descompasso entre a programação e a execução efetiva de investimentos nos projetos, provocando uma reprogramação das previsões para o ano de 2020.

Dessa forma, foram desembolsados R\$ 30.439.555,83, referentes a recursos empenhados nos anos de 2013 (HPE Automotores do Brasil Ltda.) e 2015 (Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO), conforme apresentado a seguir.

#### Quadro 10 – Desembolsos realizados no exercício de 2020

| Parcela         | Empresa | Valor da Empresa (R\$) | Recurso Revertido à Sudeco 2% (R\$) | Total (R\$)          |
|-----------------|---------|------------------------|-------------------------------------|----------------------|
| 10 <sup>a</sup> | HPE     | 25.578.848,54          | 511.576,97                          | <b>26.090.425,51</b> |
| 8 <sup>a</sup>  | MGO     | 4.860.707,29           | 97.214,15                           | <b>4.957.921,44</b>  |
| <b>Total</b>    |         | <b>30.439.555,83</b>   | <b>608.791,12</b>                   | <b>31.048.346,95</b> |

Destaca-se que, nesse exercício, não houve pedido de liberação para a empresa Fibria-MS Celulose Sul Matogrossense Ltda. e para a empresa Companhia Thermas do Rio Quente.

No que se refere aos recursos das transferências do FDCO (2% do valor de cada liberação de recursos) creditados à Sudeco como receitas (art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 129/2009), o valor realizado, no montante de R\$ 608.791,12, conforme quadro acima, também foi inferior ao previsto, tendo em vista que somente é revertido como receita quando ocorre o desembolso de recursos às empresas, proporcionalmente aos valores liberados.

#### Origem dos recursos do FDCO, aplicação no exercício e saldos acumulados

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, constituem recursos do Fundo as dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais; eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados; a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e outros recursos previstos em lei.

A dotação orçamentária para o exercício de 2020 compreendeu a dotação aprovada pela Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no valor de R\$ 217.916.819,00, e duas suplementações orçamentárias nos valores de R\$ 43.583.363,00 e R\$ 221.739.642,00.

O quadro, a seguir, apresenta o resumo das consultas prévias apresentadas no exercício de 2020.

#### Quadro 11 – Resumo das Consultas Prévia Apresentadas em 2020

| Situação                             | Total | Valor Total do Investimento (R\$) | Participação do FDCO (R\$) |
|--------------------------------------|-------|-----------------------------------|----------------------------|
| I – Apresentados                     | 16    | 2.870.839.290,46                  | 1.227.315.006,94           |
| II – Análise Concluída               | 0     | 0,00                              | 0,00                       |
| III – Em Análise / Análise Suspensa  | 16    | 2.870.839.290,46                  | 1.227.315.006,94           |
| IV – Devolvidos e não reapresentados | 0     | 0,00                              | 0,00                       |
| V – Aprovados                        | 0     | 0,00                              | 0,00                       |
| VI – Empenhados                      | 8     | 1.073.496.733,97                  | 471.146.878,65             |

Em 2020, não houve formalização de contrato com recursos do FDCO.

O projeto da empresa Nexa Recursos Minerais S.A. foi aprovado pelo agente operador e encontra-se em análise pela área técnica da Sudeco para decisão de apoio financeiro. Porém, não houve formalização de contrato no exercício de 2020 em consequência da ausência de norma regulamentadora, a ser editada pelos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional.

Pelo mesmo motivo, as análises das consultas prévias foram suspensas. No entanto, com o propósito de dar continuidade e celeridade aos processos existentes e cumprir com um dos objetivos primordiais do Fundo, que é a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), além do comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados para o exercício, foram realizados os empenhos, mediante aprovação da Diretoria Colegiada.

O FDCO encerrou o exercício de 2020 apresentando, como resultado financeiro, o saldo de R\$ 1.060.488.995,47 de recursos empenhados, conforme item IX, coluna “Realizado B” do Quadro 9.

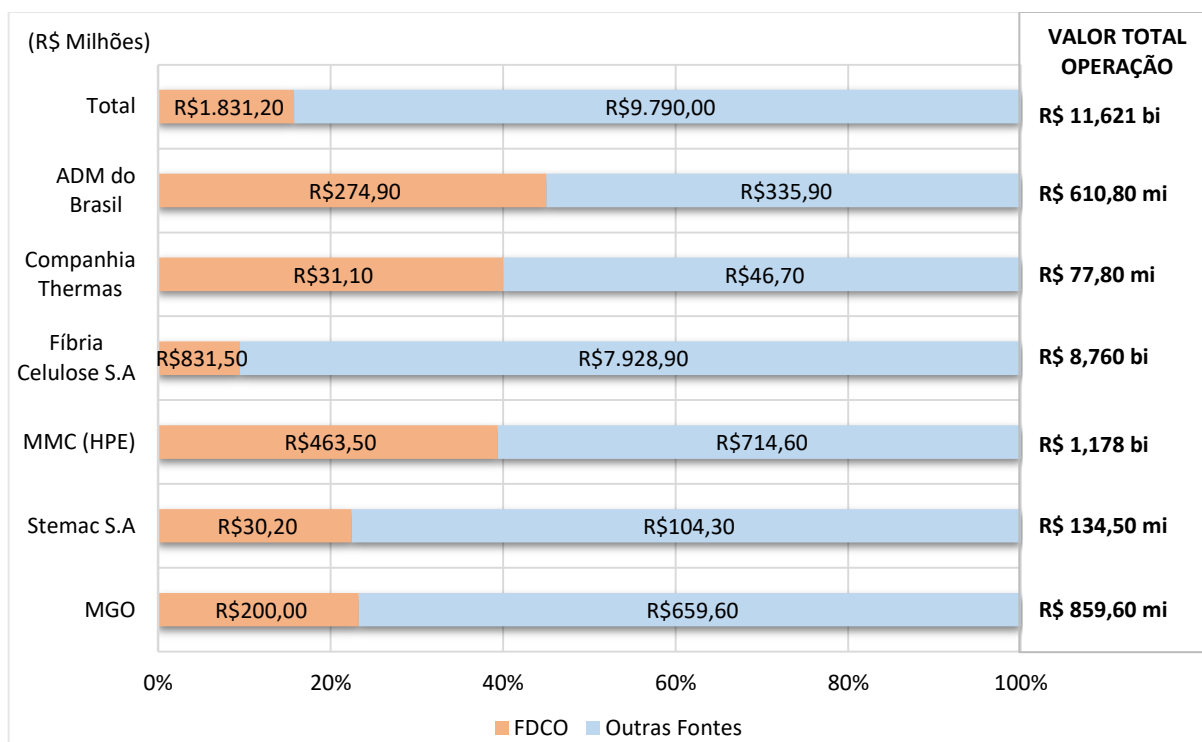
Desse montante, R\$ 419.085.518,74 referem-se a recursos a liberar de operações contratadas; R\$ 117.861.000,00 dizem respeito a projeto aprovado pelo Banco do Brasil S.A. em fase de análise pela Sudeco sobre a participação de recursos do FDCO no financiamento do projeto da empresa Nexa Recursos Minerais; e R\$ 523.542.477,00 referem-se a recursos empenhados com aprovação da Diretoria Colegiada da Superintendência. Esses últimos empenhos foram em favor das empresas Premium Armazenagem e Administração, Agrodinâmica Comércio e Representações LTDA., Arena BSB SPE S.A., Fides Gold Mineradora S.A., UNIR Indústria e Comércio de Produtos de Higiene LTDA., Bello Alimentos LTDA., ERR Empreendimento Imobiliário LTDA., Hidroelétrica Chapadão LTDA. e Adoralle Alimentos LTDA., além dos recursos empenhados para o custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

Desde o início de suas atividades, o FDCO contratou seis operações. Essas contratações trouxeram para o Centro-Oeste um investimento de R\$ 11.621.200.000,00, desses, R\$ 1.831.200.000,00 foram recursos do Fundo (Gráfico 18). Essas operações propiciaram a geração e/ou manutenção de cerca de 50,5 mil postos de trabalho na Região, entre diretos e indiretos.

Quatro projetos beneficiaram o estado de Goiás, no montante de R\$ 724.800.000,00, e dois beneficiaram o estado de Mato Grosso do Sul, no montante de R\$ 1.106.400.000,00. Os setores demandantes foram: indústria com R\$ 1.600.100.000,00, infraestrutura com R\$ 200.000.000,00 e de serviços, 31.100.000,00.

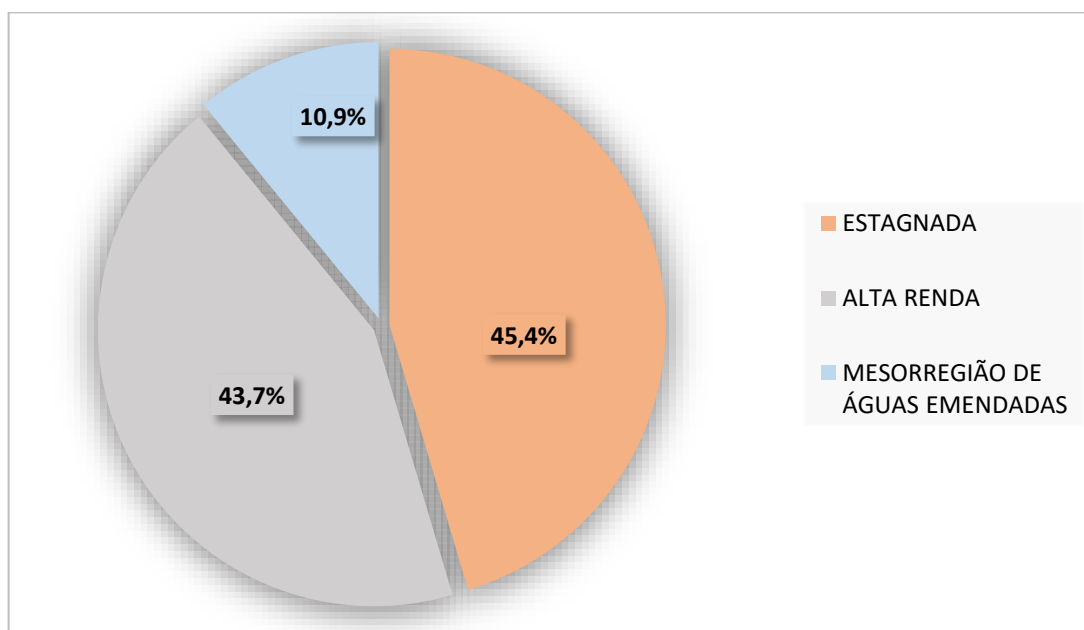


**Gráfico 18 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2020**

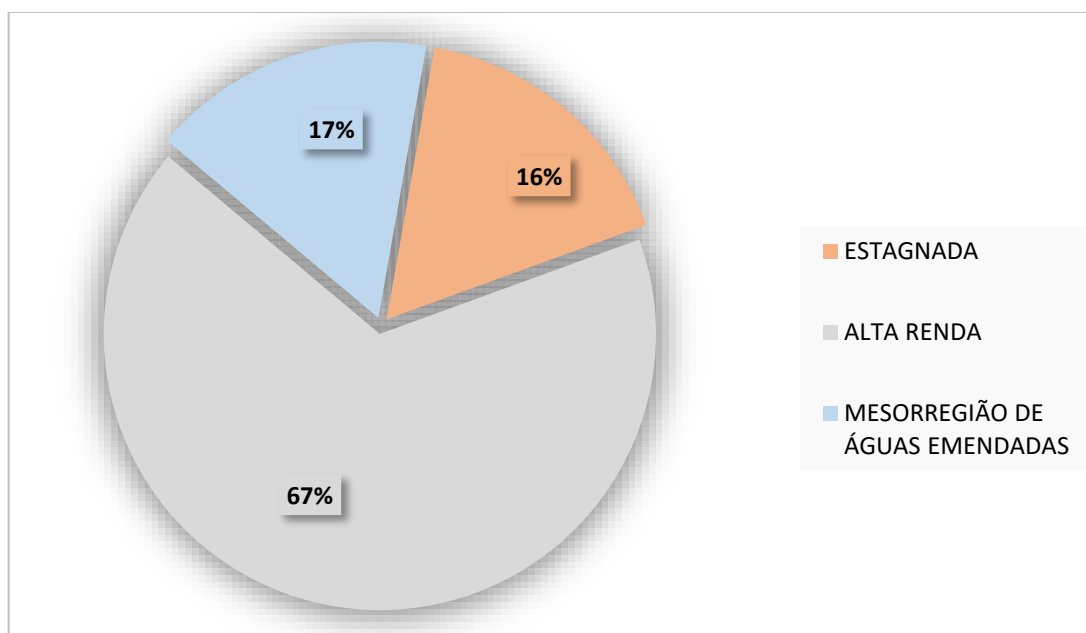


Analisando os valores contratados, demonstrados no gráfico 19, de acordo com a tipologia definida na PNDR à época dessas contratações, verifica-se que do total de recursos contratados (R\$ 1.831.200.000,00 – 6 operações), 45,4% (R\$ 831.500.000,00 – 1 operação) foram para o município classificado como de economia “Estagnada” (Três Lagoas em Mato Grosso do Sul – MS); 43,7% (R\$ 799.700.000,00 – 4 operações) foram para os municípios classificados como “Alta Renda” (Campo Grande – MS, Rio Quente, Catalão e Itumbiara em Goiás – GO); e 10,9% (R\$ 200.000.000,00 – 1 operação) foram para municípios classificados como “Mesorregião de Águas Emendadas” (Campo Alegre de Goiás e Catalão, municípios classificados como “Alta Renda”; e Cristalina, classificado como de economia “Estagnada”; todos localizados no estado de Goiás).

**Gráfico 19 – Percentual de valores por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR**



**Gráfico 20 – Percentual de contratações por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR**



### **Relacionamento dos recursos do Fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções**

Como já foi mencionado, o FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, assegurando recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

Verificou-se a realização integral da dotação orçamentária destinada ao FDCO em 2020. Os empenhos foram feitos para os agentes operadores (Banco do Brasil S.A., Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Banco Itaú Unibanco S.A) para os projetos de oito empresas, sendo quatro do setor de infraestrutura, três do setor tradicional e uma do setor de serviços.

Para o Banco do Brasil S.A., foram realizados quatro empenhos relativos aos projetos das empresas Agrodinâmica Comércio e Representações LTDA., no valor de R\$ 54.308.666,90; Arena BSB SPE S.A., no valor de R\$ 214.245.261,00; Fides Gold Mineradora S.A., no valor de R\$ 41.433.709,70; e UNIR Indústria e Comércio de Produtos de Higiene LTDA., no valor de R\$ 64.267.802,10. Em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, foram realizados três empenhos para os projetos das empresas Bello Alimentos LTDA., no valor de R\$ 22.245.042,00; ERR Empreendimento Imobiliário LTDA., no valor de R\$ 17.114.580,00; e Hidroelétrica Chapadão LTDA., no valor de R\$ 20.400.000,00. Para o Banco Itaú Unibanco S.A., foi realizado um empenho relativo ao projeto da empresa Adoralle Alimentos LTDA., no valor de R\$ 46.554.753,30.

Para melhor visualização, foi elaborado o quadro a seguir com informações sobre os empenhos realizados no exercício de 2020.

## Quadro 12 – Empenhos realizados no exercício de 2020

| Empresa   | Atividade Econômica   | Município / UF                          | Tipo de Tipologia             | Valor Empenhado (R\$) |
|---|---|---|-------------------------------|-----------------------|
| <b>Adoralle Alimentos LTDA.</b>                               | Fabricação de biscoitos e bolachas  | Santa Bárbara de Goiás (GO)             | Média Renda e Baixo Dinamismo | 46.554.753,30         |
| <b>Agrodinâmica Comércio e Representações LTDA.</b>           | Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente   | Maracaju (MS)                           | Alta Renda e Médio Dinamismo  | 54.308.666,90         |
| <b>Arena BSB SPE S.A.</b>                                     | Gestão de instalações de esporte  | Brasília (DF)                           | Alta Renda e Baixo Dinamismo  | 214.245.261,00        |
| <b>Bello Alimentos LTDA.</b>                                  | Abate de aves   | Itaporã (MS)                            | Alta Renda e Médio Dinamismo  | 22.245.042,00         |
| <b>ERR Empreendimento Imobiliário LTDA.</b>                   | Aluguel de Imóveis Próprios; Compra e Venda de Imóveis Próprios; e Incorporação de Empreendimentos Imobiliários | Corumbá (MS)                            | Média Renda e Alto Dinamismo  | 17.114.580,00         |
| <b>Fides Gold Mineradora S.A.</b>                             | Extração de minério de metais preciosos   | Peixoto de Azevedo (MT)                 | Média Renda e Médio Dinamismo | 41.433.709,70         |
| <b>Hidroelétrica Chapadão LTDA.</b>                           | Geração de Energia Elétrica   | Chapadão do Sul (MS) e Cassilândia (MS) | Alta Renda e Baixo Dinamismo  | 20.400.000,00         |
| <b>UNIR Indústria e Comércio de Produtos de Higiene LTDA.</b> | Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico não especificados anteriormente                  | Três Lagoas (MS)                        | Alta Renda e Médio Dinamismo  | 64.267.802,10         |
| <b>Aplicação em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia</b>    | -   | -                                       | -                             | 2.670.009,00          |
| <b>Total empenhado</b>  | -   | -                                       | -                             | <b>483.239.823,73</b> |

### Notas:

- Atividade Econômica conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Tipo de Tipologia de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

Em relação ao objetivo de comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, entende-se que o FDCO o atingiu, tendo em vista que os recursos foram comprometidos em sua totalidade, considerando os empenhos realizados no ano de 2020, incluindo os recursos reservados para o custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, correspondentes a 1,5% dos recursos oriundos de juros e amortizações dos financiamentos do Fundo, conforme estabelecido no § 7º do art. 17 da Lei Complementar nº 129/2009.

Adicionalmente, cabe ressaltar que foi cancelado um empenho em 2020, no valor de R\$ 275.496.373,00, em virtude da desistência do financiamento pela empresa CPX Goiana Mineração.

## **Demonstrações contábeis do Fundo**

Conforme art. 5º do Anexo do Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo será realizada exclusivamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal – SIAFI e atenderá às normas expedidas pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal. A Declaração do Contador, os balanços, demonstrações e notas explicativas do FDCO serão apresentadas a seguir. Além disso, esses documentos podem ser acessados no [site da Sudeco](#).

## **Declaração do Contador**

O propósito desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicados ao setor público, como a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP.

As Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

### **Ressalvas**

| <b>Restrição</b> | <b>Descrição</b>                                     |
|------------------|--|
| 315              | Falta/Restrição Conformidade Registros Gestão        |
| 615              | Falta de Atualização Valores do Ativo Não Circulante |

### **Justificativas da permanência**

#### **Restrição 315**

Embora permaneça a restrição, observa-se uma redução na quantidade de ocorrências em comparação com o exercício anterior e a ausência de conformidade de registro de gestão em dezembro somente não foi registrada no dia 16.

#### **Restrição 615**

Não entrega/demora de envio/não atendimento às solicitações de retificações de relatórios contábeis de responsabilidade do agente operador, Caixa Econômica Federal, junto ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

### **Declaração**

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

**Brasília, 20 de janeiro de 2021.**

Ana Yukie Nakandakari Ishihara

CRC nº 022152/O-DF

Contadora

## Demonstrações Contábeis

### Balço Patrimonial

| ATIVO                                   | NE | 2020                     | 2019                    | PASSIVO                                      | NE | 2020                    | 2019                    |
|---|----|--------------------------|-------------------------|--|----|-------------------------|-------------------------|
| <b>Ativo Circulante</b>                 |    | <b>1.551.082.066,22</b>  | <b>718.537.282,64</b>   | <b>Passivo Circulante</b>                    |    | <b>694.581.891,75</b>   | <b>725.630.238,70</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa           | 1  | 1.495.307.325,54         | 564.786.812,63          | Demais Obrigações a Curto Prazo              |    | 694.581.891,75          | 725.630.238,70          |
| Créditos a Curto Prazo                  |    | 55.774.740,68            | 153.059.522,35          |  |    |                         |                         |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 2  | 54.183.775,82            | 153.059.522,35          | <b>Passivo Não Circulante</b>                |    | -                       | -                       |
| Demais Créditos e Valores               |    | 1.590.964,86             |                         |  |    |                         |                         |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo |    | -                        | 690.947,66              |  |    |                         |                         |
| <b>Ativo Não Circulante</b>             |    | <b>1.047.892.241,581</b> | <b>1.797.772.395,71</b> | <b>Total do Passivo Exigível</b>             |    | <b>694.581.891,75</b>   | <b>725.630.238,70</b>   |
| Ativo Realizável a Longo Prazo          |    | 1.047.892.241,581        | 1.797.772.395,71        | <b>Patrimônio Líquido</b>                    |    |                         |                         |
| Créditos a Longo Prazo                  | 2  | 1.047.892.241,581        | 1.797.772.395,71        | Resultados Acumulados                        |    | 1.904.392.416,05        | 1.790.679.439,65        |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos |    | 1.047.892.241,581        | 1.797.772.395,71        | Resultado do Exercício                       |    | 113.712.976,40          | 188.951.287,11          |
|   |    |                          |                         | Resultados de Exercícios Anteriores          |    | 1.790.679.439,65        | 1.601.728.152,54        |
|   |    |                          |                         | <b>Total do Patrimônio Líquido</b>           |    | <b>1.904.392.416,05</b> | <b>1.790.679.439,65</b> |
| <b>Total do Ativo</b>                   |    | <b>2.598.974.307,80</b>  | <b>2.335.337.214,17</b> | <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b> |    | <b>2.598.974.307,80</b> | <b>2.516.309.678,35</b> |

Fonte: SIAFI (em R\$).

#### Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

| Ativo                   | 2020                    | 2019                    | Passivo                   | 2020                    | 2019                    |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <b>Ativo Financeiro</b> | <b>1.495.307.325,54</b> | <b>564.786.812,63</b>   | <b>Passivo Financeiro</b> | <b>1.060.488.995,75</b> | <b>883.793.891,70</b>   |
| <b>Ativo Permanente</b> | <b>1.103.666.982,26</b> | <b>1.951.522.865,72</b> | <b>Passivo Permanente</b> | <b>275.496.373,00</b>   | <b>-</b>                |
|                         |                         |                         | <b>Saldo Patrimonial</b>  | <b>1.262.988.939,05</b> | <b>1.632.515.786,65</b> |

### **Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial**

| Destinação de Recursos                                  | Superávit/Déficit Financeiro |
|---|------------------------------|
| <b>Recursos Ordinários</b>                              | <b>-274.137.812,13</b>       |
| <b>Recursos Vinculados</b>                              | <b>708.956.141,92</b>        |
| Previdência Social (RPPS)                               | -                            |
| Dívida Pública  | -3.647.553,75                |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 712.603.695,67               |
| <b>Total</b>  | <b>434.818.329,79</b>        |

Fonte: SIAFI (em R\$).



## Demonstração das Variações Patrimoniais

|  | NE       | 2020                    | 2019                  |
|--|----------|-------------------------|-----------------------|
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                         |          | <b>1.017.708.251,90</b> | <b>464.576.793,21</b> |
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>             |          | <b>96.824.217,74</b>    | <b>133.329.014,53</b> |
| Juros e Encargos de Emprést. e Financiam. Concedidos               |          | 55.239.374,84           | 111.097.076,56        |
| Juros e Encargos de Mora   |          | -                       | -                     |
| Remuneração de Depósitos Banc. e Aplic. Financeiras                |          | 41.584.842,90           | 22.231.937,97         |
| <b>Transferências e Delegações Recebidas</b>                       | <b>3</b> | <b>920.884.034,16</b>   | <b>305.969.294,03</b> |
| Transferências Intragovernamentais                                 |          | 920.884.034,16          | 305.969.294,03        |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                  |          | <b>-</b>                | <b>25.278.484,65</b>  |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas                       |          | -                       | 25.278.484,65         |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>                          |          | <b>903.995.275,50</b>   | <b>275.625.506,10</b> |
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b>                      | <b>3</b> | <b>903.386.484,38</b>   | <b>275.018.630,35</b> |
| Transferências Intragovernamentais                                 |          | 903.386.484,38          | 275.018.630,35        |
| <b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b> |          | <b>608.791,12</b>       | <b>606.875,75</b>     |
| Desincorporação de Ativos  | 4        | 608.791,12              | 606.875,75            |
| <b>Resultado Patrimonial do Período</b>                            |          | <b>113.712.976,40</b>   | <b>188.951.287,11</b> |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Balanço Orçamentário

| <b>RECEITAS</b>                                      |                         |                            |                            |                       |
|--|-------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| <b>Receitas Orçamentárias</b>                        | <b>Previsão Inicial</b> | <b>Previsão Atualizada</b> | <b>Receitas Realizadas</b> | <b>Saldo</b>          |
| <b>Receitas Correntes</b>                            | <b>75.845.421,00</b>    | <b>75.845.421,00</b>       | <b>174.364.483,96</b>      | <b>98.519.062,96</b>  |
| Receitas Tributárias                                 | -                       | -                          | -                          | -                     |
| Receitas de Contribuições                            | -                       | -                          | -                          | -                     |
| Receita Patrimonial                                  | 39.916.237,00           | 39.916.237,00              | 40.684.825,70              | 768.588,70            |
| Valores Mobiliários                                  | 39.916.237,00           | 39.916.237,00              | 40.684.825,70              | 768.588,70            |
| Receitas de Serviços                                 | 35.929.184,00           | 35.929.184,00              | 133.679.658,26             | 97.750.474,26         |
| Serviços e Atividades Financeiras                    | 35.929.184,00           | 35.929.184,00              | 133.679.658,26             | 97.750.474,26         |
| <b>Receitas de Capital</b>                           | <b>142.071.398,00</b>   | <b>142.071.398,00</b>      | <b>769.706.826,12</b>      | <b>627.635.428,12</b> |
| Amortização de Empréstimos                           | 142.071.398,00          | 142.071.398,00             | 769.706.826,12             | 627.635.428,12        |
| <b>Subtotal de Receitas</b>                          | <b>217.916.819,00</b>   | <b>217.916.819,00</b>      | <b>944.071.310,08</b>      | <b>726.154.491,08</b> |
| <b>Subtotal com Refinanciamento</b>                  | <b>217.916.819,00</b>   | <b>217.916.819,00</b>      | <b>944.071.310,08</b>      | <b>726.154.491,08</b> |
| <b>Total</b>   | <b>217.916.819,00</b>   | <b>217.916.819,00</b>      | <b>944.071.310,08</b>      | <b>726.154.491,08</b> |
| Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro | -                       | 265.323.005,00             | 265.323.005,00             | -                     |

**DESPESAS**

| <b>Despesas Orçamentárias</b>       | <b>Dotação Inicial</b> | <b>Dotação Atualizada</b> | <b>Despesas Empenhadas</b> | <b>Despesas Liquidadas</b> | <b>Despesas Pagas</b> | <b>Saldo da Dotação</b> |
|-------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Despesas Correntes                  | -                      | -                         | -                          | -                          | -                     | -                       |
| Despesas de Capital                 | 217.916.819,00         | 483.239.824,00            | 483.239.824,00             | -                          | -                     | -                       |
| Inversões Financeiras               | 217.916.819,00         | 483.239.824,00            | 483.239.824,00             | -                          | -                     | -                       |
| <b>Subtotal das Despesas</b>        | <b>217.916.819,00</b>  | <b>483.239.824,00</b>     | <b>483.239.824,00</b>      | -                          | -                     | -                       |
| <b>Subtotal com Refinanciamento</b> | <b>217.916.819,00</b>  | <b>483.239.824,00</b>     | <b>483.239.824,00</b>      | -                          | -                     | -                       |
| <b>Superávit</b>                    |                        |                           | <b>460.831.486,08</b>      |                            |                       | <b>-460.831.486,08</b>  |
| <b>Total</b>                        | <b>217.916.819,00</b>  | <b>483.239.824,00</b>     | <b>944.071.310,08</b>      | -                          | -                     | <b>-460.831.486,08</b>  |

Fonte: SIAFI (em R\$).

**Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

| <b>Despesas Orçamentárias</b> | <b>Inscritos em Exercícios Anteriores</b> | <b>Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior</b> | <b>Liquidados</b> | <b>Pagos</b> | <b>Cancelados</b> | <b>Saldo</b>          |
|-------------------------------|---|--|-------------------|--------------|-------------------|-----------------------|
| Despesas Correntes            | -   | -  | -                 | -            | -                 | -                     |
| Despesas de Capital           | -   | 158.163.653,00   | -                 | -            | -                 | 158.163.653,00        |
| Inversões Financeiras         | -   | 158.163.653,00   | -                 | -            | -                 | 158.163.653,00        |
| <b>Total</b>                  | -   | <b>158.163.653,00</b>                                    | -                 | -            | -                 | <b>158.163.653,00</b> |

**Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados**

| <b>Despesas Orçamentárias</b> | <b>Inscritos em Exercícios Anteriores</b> | <b>Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior</b> | <b>Pagos</b>         | <b>Cancelados</b>     | <b>Saldo</b>          |
|-------------------------------|---|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas Correntes            | -   | -  | -                    | -                     | -                     |
| Despesas de Capital           | 702.658.397,95                            | 22.971.840,75  | 31.048.346,95        | 275.496.373,00        | 419.085.518,75        |
| Inversões Financeiras         | 702.658.397,95                            | 22.971.840,75  | 31.048.346,95        | 275.496.373,00        | 419.085.518,75        |
| <b>Total</b>                  | <b>702.658.397,95</b>                     | <b>22.971.840,75</b>                                     | <b>31.048.346,95</b> | <b>275.496.373,00</b> | <b>419.085.518,75</b> |

## Balanço Financeiro

|   | NE       | 2020                    | 2019                    |
|---|----------|-------------------------|-------------------------|
| <b>INGRESSOS</b>  |          |                         |                         |
| <b>Receitas Orçamentárias</b>                           |          | <b>944.071.310,08</b>   | <b>238.338.508,76</b>   |
| <b>Ordinárias</b>                                       |          | -                       | -                       |
| <b>Vinculadas</b>                                       |          | <b>1.847.457.794,46</b> | <b>515.435.365,48</b>   |
| Previdência Social (RPPS)                               |          | -                       | -                       |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |          | 1.847.457.794,46        | 513.357.139,11          |
| Outros Recursos Vinculados                              |          | -                       | 2.078.226,37            |
| <b>Deduções da Receita Orçamentária</b>                 |          | <b>-903.386.484,38</b>  | <b>-277.096.856,72</b>  |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas</b>             | <b>3</b> | <b>920.884.034,16</b>   | <b>305.969.294,03</b>   |
| Independentes da Execução Orçamentária                  |          | 920.884.034,16          | 305.969.294,03          |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP           |          | 31.048.346,95           | 30.950.663,68           |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais                     |          | 889.835.687,21          | 275.018.630,35          |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários</b>                  |          | <b>483.239.824,00</b>   | <b>230.729.095,18</b>   |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados            |          | 483.239.824,00          | 158.163.653,00          |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários                  |          | -                       | 72.565.442,18           |
| Demais Recebimentos                                     |          | -                       | 72.565.442,18           |
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>                      |          | <b>564.786.812,63</b>   | <b>253.882.861,69</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                           |          | 564.786.812,63          | 253.882.861,69          |
| <b>TOTAL</b>  |          | <b>2.912.981.980,87</b> | <b>1.028.919.759,66</b> |
| <b>DISPÊNDIOS</b>                                       |          |                         |                         |
| <b>Despesas Orçamentárias</b>                           |          | <b>483.239.824,00</b>   | <b>158.163.653,00</b>   |
| <b>Ordinárias</b>                                       |          | -                       | -                       |
| <b>Vinculadas</b>                                       |          | <b>483.239.824,00</b>   | <b>158.163.653,00</b>   |
| Operação de Crédito                                     |          | -                       | -                       |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |          | 483.239.824,00          | 158.163.653,00          |
| <b>Transferências Financeiras Concedidas</b>            | <b>3</b> | <b>903.386.484,38</b>   | <b>275.018.630,35</b>   |
| Independentes da Execução Orçamentária                  |          | 903.386.484,38          | 275.018.630,35          |
| Movimento de Saldos Patrimoniais                        |          | 903.386.484,38          | 275.018.630,35          |
| <b>Pagamentos Extraorçamentários</b>                    |          | <b>31.048.346,95</b>    | <b>30.950.663,68</b>    |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados                |          | 31.048.346,95           | 30.950.663,68           |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados            |          | -                       | -                       |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>                  |          | <b>1.495.307.325,54</b> | <b>564.786.812,63</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                           | <b>1</b> | 1.495.307.325,54        | 564.786.812,63          |
| <b>TOTAL</b>  |          | <b>2.912.981.980,87</b> | <b>1.028.919.759,66</b> |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

|   | 2020                    | 2019                   |
|---|-------------------------|------------------------|
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades das Operações</b>     | <b>191.862.033,74</b>   | <b>197.636.356,12</b>  |
| <b>INGRESSOS</b>  | <b>1.095.248.518,12</b> | <b>472.654.986,47</b>  |
| <b>Receitas de Serviços</b>                             | <b>133.679.658,26</b>   | <b>72.579.259,95</b>   |
| <b>Remuneração das Disponibilidades</b>                 | <b>40.684.825,70</b>    | <b>21.540.990,31</b>   |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias                 | -                       | -                      |
| <b>Outros Ingressos das Operações</b>                   | <b>920.884.034,16</b>   | <b>378.534.736,21</b>  |
| Transferências Financeiras Recebidas                    | 920.884.034,16          | 305.969.294,03         |
| Demais Recebimentos                                     | -                       | 72.565.442,18          |
| <b>DESEMBOLSOS</b>                                      | <b>-903.386.484,38</b>  | <b>-275.018.630,35</b> |
| Outros Desembolsos das Operações                        | -903.386.484,38         | -275.018.630,35        |
| Transferências Financeiras Concedidas                   | -903.386.484,38         | -275.018.630,35        |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>   | <b>738.658.479,17</b>   | <b>113.267.594,82</b>  |
| <b>INGRESSOS</b>  | <b>769.706.826,12</b>   | <b>144.218.258,50</b>  |
| Amortização de Empréstimos e Financiam. Concedidos      | 769.706.826,12          | 144.218.258,50         |
| <b>DESEMBOLSOS</b>                                      | <b>-31.048.346,95</b>   | <b>-30.950.663,68</b>  |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos               | -31.048.346,95          | -30.950.663,68         |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>  | <b>-</b>                | <b>-</b>               |
| <b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> | <b>930.520.512,91</b>   | <b>310.903.950,94</b>  |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>            | <b>564.786.812,63</b>   | <b>253.882.861,69</b>  |
| <b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>               | <b>1.495.307.325,54</b> | <b>564.786.812,63</b>  |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Contexto Operacional

As Demonstrações Contábeis – DCON do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200](#), de 25 de fevereiro de 1967, do [Decreto nº 93.872](#), de 23 de dezembro de 1986, da [Lei nº 10.180](#), de 6 de fevereiro de 2001, e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ([MCASP – 7ª edição](#)) e o [Manual SIAFI](#).

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

## Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** – a moeda funcional é o real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Créditos a curto prazo** – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros.
- **Ativo realizável a longo prazo** – compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.
- **Passivos circulantes e não circulantes** – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações

contábeis. O passivo circulante compreende as demais obrigações.

- **Apuração do Resultado** – nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
  - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas. Se o resultado for positivo, tem-se superávit patrimonial, caso contrário, déficit patrimonial.
  - **No Balanço Orçamentário**, é apurado o resultado orçamentário. O valor da coluna receitas realizadas menos a despesa empenhada, se for positivo, tem-se um superávit orçamentário e, caso contrário, um déficit orçamentário.
  - **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, é apurado o resultado financeiro, confrontando o saldo atual de caixa e equivalência de caixa menos o saldo anterior. Se for positivo, será um superávit financeiro, caso contrário, um déficit financeiro. Essa apuração no resultado financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os ativos financeiros menos os passivos financeiros. Nesse caso, se houver superávit, ele é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

## **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

A Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida Portaria, foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

## **Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis**

Além dos processos realizados mensalmente citados na Declaração do Contador, a Unidade Gestora encaminha a Declaração do Contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o Contador responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

## **Notas Explicativas**

### **Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

O item Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato evidenciados em moeda nacional.

Tendo em vista o Decreto nº 10.152/2019 e observada a Instrução Normativa STN nº 4,



de 30 de agosto de 2004, fica autorizada, pela Secretaria do Tesouro Nacional, a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes a operação com empresas.

O quadro abaixo mostra a composição:

### Quadro 13 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Valores em reais.

|   | 31/12/2020              | 31/12/2019            | AH%            |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------|
| CTU – Recursos da Conta Única Aplicados       | 920.048.636,26          | 436.786.530,68        | 110,64%        |
| Banco Conta Movimento - Recursos Fundos Const | 125.517.579,87          | 125.517.579,87        | -              |
| Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS | 449.741.109,41          | 2.482.702,08          | 1814,99%       |
| <b>Total</b>                                  | <b>1.495.307.325,54</b> | <b>253.882.861,69</b> | <b>488,98%</b> |

Fonte: SIAFI – Tesouro Gerencial.

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um saldo de quase R\$ 1,5 bilhão e crescimento de 488,98% com relação a 2019, quando apresentou saldo de R\$ 253,88 milhões.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e também na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### Nota 2 – Créditos a Receber

Os Créditos a Receber a Curto e Longo Prazos são valores registrados em Empréstimos e Financiamentos Concedidos, registrados pelo custo histórico mais a atualização mensal das transferências efetuadas aos agentes financiadores – Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal – das linhas de financiamentos do FDCO.

#### 2.1 – Créditos a Curto Prazo

### Quadro 14 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Valores em reais.

|  | 31/12/2020           | 31/12/2019            | AH%            |
|--|----------------------|-----------------------|----------------|
| <b>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b> | <b>54.183.775,82</b> | <b>153.059.522,35</b> | <b>-64,60%</b> |
| <b>Total</b>                                   | <b>54.183.775,82</b> | <b>153.059.522,35</b> | <b>-64,60%</b> |

Fonte: SIAFI.

#### 2.2 – Créditos a Longo Prazo

### Quadro 15 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Valores em reais.

|  | 31/12/2020              | 31/12/2019              | AH%            |
|--|-------------------------|-------------------------|----------------|
| <b>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b> | <b>1.047.892.241,58</b> | <b>1.797.772.395,71</b> | <b>-41,71%</b> |
| <b>Total</b>                                   | <b>1.047.892.241,58</b> | <b>1.797.772.395,71</b> | <b>-41,71%</b> |

Fonte: SIAFI.

Importante ressaltar que em Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo estão inclusos os valores liquidados dos contratos de financiamentos do FDCO com os agentes financiadores Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

A redução em empréstimos e financiamentos concedidos de curto prazo e longo prazo ocorreu em razão da liquidação total junto ao agente financiador, Banco do Brasil S.A., de operações das empresas ADM do Brasil Ltda. e Fibria Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.

No entanto, a conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos de Longo Prazo não demonstra a realidade pela falta de apropriação por competência de juros de operações de responsabilidade do agente operador Caixa Econômica Federal – CEF, devido à demora/não entrega de relatórios mensais.

### Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas (DVP)

#### Quadro 16 – Transferências e Delegações Recebidas

Valores em reais.

|  | 31/12/2020            | 31/12/2019            | AH (%)         |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------|
| <b>Transferências e Delegações Recebidas</b> | 920.884.034,16        | 305.969.294,03        | 200,97%        |
| Transferências Intragovernamentais           | 920.884.034,16        | 305.969.294,03        | 200,97%        |
| <b>Total</b>                                 | <b>920.884.034,16</b> | <b>305.969.294,03</b> | <b>200,97%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

#### Quadro 17 – Transferências e Delegações Concedidas

Valores em reais.

|   | 31/12/2020            | 31/12/2019            | AH (%)         |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b> | 903.386.484,38        | 275.018.630,35        | 228,48%        |
| Transferências Intragovernamentais            | 903.386.484,38        | 275.018.630,35        | 228,48%        |
| <b>Total</b>                                  | <b>903.386.484,38</b> | <b>275.018.630,35</b> | <b>228,48%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

Do valor total das Transferências Intragovernamentais Recebidas, R\$ 31.048.346,95 são referentes às liberações dos financiamentos concedidos, durante o exercício de 2020, às empresas HPE Automotores do Brasil LTDA e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. Já os R\$ 889.835.687,21 são devidos às retificações do código de recolhimento dos reembolsos recebidos pelos agentes financiadores que totalizaram, no exercício de 2020, o somatório de R\$ 903.386.484,38. Os recolhimentos de amortizações e juros deverão usar o código 40007-6 (FDCO-AMORTIZ.DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS). Para as amortizações, deve ser usado o campo “Valor Principal” e, para os juros, o campo “Juros/Encargos”. A razão da mudança é para que o novo código aproprie automaticamente no SIAFI o montante de 1,5% previsto na Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

A variação de mais de 200% deve-se ao recebimento das operações de financiamentos das empresas ADM do Brasil Ltda. e Fibria Celulose Sul Mato-Grossense Ltda. pela liquidação total de suas operações junto aos agentes operadores.

### Nota 4 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A desincorporação de ativos é composta pelos 2% do FDCO relativos à liberação de financiamentos.

#### Quadro 18 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Valores em reais.

|  | 31/12/2020        | 31/12/2019        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b> | 608.791,12        | 606.875,75        |
| Desincorporação de Ativos  | 608.791,12        | 606.875,75        |
| <b>Total</b>   | <b>608.791,12</b> | <b>606.875,75</b> |

Fonte: SIAFI.

### **5.3 – Normas Legais e Técnicas Adotadas**

As Demonstrações Contábeis – DCON da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001. Além disso, foram feitas em consonância, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 7ª Edição) e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

Para assegurar o controle e a garantia da confiabilidade, regularidade e abrangência dos registros e procedimentos contábeis, é realizado pelo Contador e/ou substituto o registro mensal da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial que consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI.

Os instrumentos de controles contábeis adotados são:

- Observância às normas legais, instruções normativas, resoluções;
- Segregação de funções;
- Sistemas de conferências, aprovação e autorização (realizado pelo conformista de registro de gestão, gestor financeiro e ordenador de despesa);
- Orçamento (acompanhamento orçamentário pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP);
- Patrimônio (acompanhamento pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS);
- Planilhas de conferências de cálculos.

### **5.4 – Localização dos Balanços, Demonstrações e Notas Explicativas**

Os balanços, demonstrações e notas explicativas foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Esses documentos e a Declaração do Contador estão disponíveis no item 6.1 do capítulo 6 – Anexos, apêndices e links. Além disso, eles podem ser consultados em sua íntegra no [site da Sudeco](#).

## **6 – Anexos, Apêndices e Links**

### **6.1 – Anexo referente ao Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis**

#### **Declaração do Contador**

O propósito desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicados ao setor público como a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP.

As Demonstrações Contábeis da Sudeco são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

A implantação do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços possibilitou o melhor controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais na Autarquia. O SIADS permite o registro e o cálculo automático da depreciação dos bens permanentes e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real.

#### **Ressalvas**

| <b>Restrição</b> | <b>Descrição</b>                              |
|------------------|---|
| 315              | Falta/Restrição Conformidade Registros Gestão |
| 657              | Convênios a Aprovar com data expirada         |
| 773              | TED a comprovar com data expirada             |

#### **Justificativas da permanência**

##### **Restrição 315**

Embora permaneça a restrição, observa-se uma redução na quantidade de ocorrências em comparação com o exercício anterior e a ausência de conformidade de registro de gestão em dezembro somente não foi registrada no dia 18.

### Restrição 657 e 773

- Insuficiência e/ou indisponibilidade de recursos humanos capacitados gerando dificuldades para execução;
- Atrasos no envio de documentação comprobatória para análise da prestação de contas.

### **Providências tomadas**

Alinhamento com os setores envolvidos, envidando esforços com o intuito de melhorar os processos internos a fim de evitar danos à Instituição. A título de exemplo, abertura de processo no SEI (nº 59800.000925/2018-15) específico para acompanhar as restrições contábeis no SIAFI dos registros de transferências voluntárias com a lista de todas as transferências com registro no SIAFI, evidenciando os que estão expirados e com saldos pendentes, a fim de auxiliar a análise das áreas finalísticas para regularização de eventuais pendências.

### **Declaração**

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do SIAFI: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

**Brasília, 25 de janeiro de 2021.**

Ana Yukie Nakandakari Ishihara

CRC nº 022152/O-DF

Contadora

## Demonstrações Contábeis

### Balanco Patrimonial

| ATIVO   | NE        | 2020                  | 2019                  |
|---|-----------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Ativo Circulante</b>                             |           | <b>9.593.268,52</b>   | <b>10.369.052,84</b>  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                       | 1         | 6.337.293,54          | 8.316.591,88          |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo             | 2         | 3.206.222,34          | 2.002.864,32          |
| Estoques  |           | 49.752,64             | 49.596,64             |
| <b>Ativo Não Circulante</b>                         |           | <b>8.052.574,14</b>   | <b>5.462.491,79</b>   |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>               |           | <b>2.886.966,57</b>   | <b>211.201,39</b>     |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo             |           | 2.886.966,57          | 211.201,39            |
| <b>Imobilizado</b>                                  | <b>3</b>  | <b>1.859.045,52</b>   | <b>1.944.728,35</b>   |
| Bens Móveis   |           | 1.859.045,52          | 1.944.728,35          |
| Bens Móveis   |           | 4.636.869,69          | 4.348.723,74          |
| (-) Depreciação de Bens Móveis                      |           | -2.777.824,17         | -2.403.995,39         |
| Intangível  | 4         | 3.306.562,05          | 3.306.562,05          |
| Softwares   |           | 3.306.562,05          | 3.306.562,05          |
| <b>Total do Ativo</b>                               |           | <b>17.645.842,66</b>  | <b>15.831.544,63</b>  |
| <b>PASSIVO</b>                                      | <b>NE</b> | <b>2020</b>           | <b>2019</b>           |
| <b>Passivo Circulante</b>                           | <b>5</b>  | <b>73.042.670,74</b>  | <b>66.218.539,98</b>  |
| Obrigações Trabalh. Previd. E Assist. a Curto Prazo |           | 632.987,98            | 1.026.492,32          |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo         |           | 625.425,37            | 217.808,36            |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                     |           | 71.784.257,39         | 64.974.239,30         |
| <b>Passivo Não Circulante</b>                       |           |                       | -                     |
| <b>Total do Passivo Exigível</b>                    |           | <b>73.042.670,74</b>  | <b>66.218.539,98</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                           |           |                       |                       |
| <b>Resultados Acumulados</b>                        |           | <b>-55.396.828,08</b> | <b>-50.386.995,35</b> |
| Resultado do Exercício                              | 6         | -9.843.585,07         | 8.713.758,39          |
| Resultados de Exercícios Anteriores                 |           | -50.386.995,35        | -79.422.701,99        |
| Ajustes de Exercícios Anteriores                    |           | 4.833.752,34          | 20.321.948,25         |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>                  | <b>6</b>  | <b>-55.396.828,08</b> | <b>-50.386.995,35</b> |
| <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>        |           | <b>17.645.842,66</b>  | <b>15.831.544,63</b>  |

Fonte: SIAFI (em R\$).

### Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

| Ativo                    | 2020                  | 2019                  | Passivo            | 2020           | 2019           |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Ativo Financeiro         | 6.338.420,87          | 8.316.591,88          | Passivo Financeiro | 296.156.866,23 | 289.619.990,13 |
| Ativo Permanente         | 11.307.421,79         | 7.514.952,75          | Passivo Permanente | 30.531.794,30  | 12.767.771,35  |
| <b>Saldo Patrimonial</b> | <b>309.042.817,87</b> | <b>286.556.216,85</b> |                    |                |                |

### Quadro de Compensações

| Ativo                                      | 2020                  | 2019                 | Passivo                                      | 2020                  | 2019                  |
|--|-----------------------|----------------------|--|-----------------------|-----------------------|
| Saldos dos Atos Potenciais Ativos          | 254.990.877,06        | 99.451.649,89        | Saldos dos Atos Potenciais Passivos          | 343.607.729,34        | 252.092.025,00        |
| Execução dos Atos Potenciais Ativos        | 254.990.877,06        | 99.451.649,89        | Execução dos Atos Potenciais Passivos        | 343.607.729,34        | 252.092.025,00        |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos | 254.989.227,17        | 99.450.000,00        | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos | 339.900.272,75        | 247.924.485,33        |
| Direitos Contratuais a Executar            | 1.649,89              | 1.649,89             | Obrigações contratuais a Executar            | 3.707.456,59          | 4.167.539,67          |
| <b>Total</b>                               | <b>254.990.877,06</b> | <b>99.451.649,89</b> | <b>Total</b>                                 | <b>343.607.729,34</b> | <b>252.092.025,00</b> |

### Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

| Destinação de Recursos                                 | Superávit/Déficit Financeiro |
|--|------------------------------|
| <b>Recursos Ordinários</b>                             | <b>-247.445.572,66</b>       |
| <b>Recursos Vinculados</b>                             | <b>-42.372.872,70</b>        |
| Seguridade Social (Exceto Previdência)                 | -3.092,62                    |
| Previdência Social (RPPS)                              | -192,64                      |
| Dívida Pública   | -47.431.621,60               |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos Órgãos e Programas | 4.343.442,16                 |
| Outros Recursos Vinculados                             | 718.592,00                   |
| <b>Total</b>   | <b>-289.818.445,36</b>       |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Demonstração das Variações Patrimoniais

|   | 2020                  | 2019                  |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                    | <b>161.132.510,74</b> | <b>120.040.865,77</b> |
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>        | <b>366.960,72</b>     | <b>408.839,15</b>     |
| Juros e Encargos de Mora                                      | 746,61                | 1.978,32              |
| Remun. de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras             | 366.214,11            | 406.860,83            |
| <b>Transferências e Delegações Recebidas</b>                  | <b>151.617.301,13</b> | <b>112.292.398,02</b> |
| Transferências Intragovernamentais                            | 151.617.301,13        | 112.292.398,02        |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas                  | -                     | -                     |
| <b>Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincorpor. de Passivos</b> | <b>369.167,89</b>     | <b>2.609.138,36</b>   |
| Ganhos com Incorporação de Ativos                             | 369.167,89            | 2.579.982,19          |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos                        | -                     | 29.156,17             |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>             | <b>8.779.081,00</b>   | <b>4.730.490,24</b>   |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas                  | 8.779.081,00          | 4.730.490,24          |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>                     | <b>170.976.095,81</b> | <b>111.327.107,38</b> |
| <b>Pessoal e Encargos</b>                                     | <b>11.586.921,57</b>  | <b>11.433.697,54</b>  |
| Remuneração a Pessoal   | 9.484.469,48          | 9.150.894,69          |
| Encargos Patronais  | 1.468.561,53          | 1.390.398,58          |
| Benefícios a Pessoal  | 633.890,56            | 702.808,82            |
| Outras Var. Patrim. Diminut. - Pessoal e Encargos             | -                     | 189.595,45            |
| <b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>             | <b>39.912,54</b>      | <b>2.637,00</b>       |
| Pensões   | 23.285,16             | -                     |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais             | 16.627,38             | 2.637,00              |
| <b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>        | <b>10.685.001,47</b>  | <b>13.578.925,92</b>  |
| Uso de Material de Consumo                                    | 32.017,76             | 1.029.013,85          |
| Serviços  | 10.279.154,93         | 12.032.097,94         |
| Depreciação, Amortização e Exaustão                           | 373.828,78            | 517.814,13            |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>         | <b>-</b>              | <b>5.988,06</b>       |
| Juros e Encargos de Mora                                      | -                     | 5.988,06              |
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b>                 | <b>129.041.909,08</b> | <b>82.670.445,42</b>  |
| Transferências Intragovernamentais                            | 86.391.826,17         | 42.681.436,26         |
| Transferências Intergovernamentais                            | 42.649.576,67         | 39.989.009,16         |
| Outras Transferências e Delegações                            | 506,24                | -                     |
| <b>Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorpor. de Passivos</b>  | <b>19.560.560,76</b>  | <b>3.469.417,15</b>   |
| Incorporação de Passivos                                      | 18.191.295,72         | 2.500.000,00          |
| Desincorporação de Ativos                                     | 1.369.265,04          | 969.417,15            |
| <b>Tributárias</b>  | <b>61.790,39</b>      | <b>71.308,83</b>      |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                   | 38.913,62             | 45.115,71             |
| Contribuições   | 22.876,77             | 26.193,12             |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>              | <b>-</b>              | <b>94.687,46</b>      |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas                   | -                     | 94.687,46             |
| <b>Resultado Patrimonial do Período</b>                       | <b>6</b>              | <b>-9.843.585,07</b>  |
|   |                       | <b>8.713.758,39</b>   |

Fonte: SIAFI (em R\$).



## Balço Orçamentário

### Receitas

| Receitas Orçamentárias              | Previsão Inicial    | Prev. Atualizada    | Rec. Realizadas       | Saldo                 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Receitas Correntes</b>           | <b>1.923.184,00</b> | <b>1.923.184,00</b> | <b>1.692.563,97</b>   | <b>-230.620,03</b>    |
| Receitas Tributárias                | -                   | -                   | -                     | -                     |
| Receitas de Contribuições           | -                   | -                   | -                     | -                     |
| <b>Receita Patrimonial</b>          | <b>997.499,00</b>   | <b>997.499,00</b>   | <b>365.180,85</b>     | <b>-632.318,15</b>    |
| Valores Mobiliários                 | 997.499,00          | 997.499,00          | 365.180,85            | -632.318,15           |
| <b>Outras Receitas Correntes</b>    | <b>925.685,00</b>   | <b>925.685,00</b>   | <b>1.327.383,12</b>   | <b>401.698,12</b>     |
| Demais Receitas Correntes           | 925.685,00          | 925.685,00          | 1.327.383,12          | 401.698,12            |
| <b>Receitas de Capital</b>          | <b>8.067.834,00</b> | <b>8.067.834,00</b> | <b>-</b>              | <b>-8.067.834,00</b>  |
| <b>Operações de Créditos</b>        | <b>8.067.834,00</b> | <b>8.067.834,00</b> | <b>-</b>              | <b>-8.067.834,00</b>  |
| Operações de Crédito Internas       | 8.067.834,00        | 8.067.834,00        | -                     | -8.067.834,00         |
| <b>Subtotal de Receitas</b>         | <b>9.991.018,00</b> | <b>9.991.018,00</b> | <b>1.692.563,97</b>   | <b>-8.298.454,03</b>  |
| Refinanciamento                     | -                   | -                   | -                     | -                     |
| <b>Subtotal com Refinanciamento</b> | <b>9.991.018,00</b> | <b>9.991.018,00</b> | <b>1.692.563,97</b>   | <b>-8.298.454,03</b>  |
| <b>Déficit</b>                      |                     |                     | <b>122.059.031,54</b> | <b>122.059.031,54</b> |
| <b>Total</b>                        | <b>9.991.018,00</b> | <b>9.991.018,00</b> | <b>123.751.595,51</b> | <b>113.760.577,51</b> |

### Despesas

| Despesas Orçamentárias              | Dotação Inicial       | Dotação Atualizada    | Despesas Empenhadas   | Despesas Liquidadas  | Despesas Pagas       | Saldo da Dotação      |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Despesas Correntes</b>           | <b>92.948.732,00</b>  | <b>33.000.918,00</b>  | <b>29.756.811,64</b>  | <b>20.494.286,46</b> | <b>19.687.991,76</b> | <b>3.244.106,36</b>   |
| Pessoal e Encargos Sociais          | 9.595.888,00          | 11.948.150,00         | 10.912.099,70         | 10.343.094,42        | 9.708.714,77         | 1.036.050,30          |
| Outras Despesas Correntes           | 83.352.844,00         | 21.052.768,00         | 18.844.711,94         | 10.151.192,04        | 9.979.276,99         | 2.208.056,06          |
| <b>Despesas de Capital</b>          | <b>59.428.389,00</b>  | <b>69.289.083,00</b>  | <b>93.994.783,87</b>  | <b>4.449.552,70</b>  | <b>4.449.552,70</b>  | <b>-24.705.700,87</b> |
| Investimentos                       | 59.428.389,00         | 69.289.083,00         | 93.994.783,87         | 4.449.552,70         | 4.449.552,70         | -24.705.700,87        |
| <b>Subtotal das Despesas</b>        | <b>152.377.121,00</b> | <b>102.290.001,00</b> | <b>123.751.595,51</b> | <b>24.943.839,16</b> | <b>24.137.544,46</b> | <b>-21.461.594,51</b> |
| <b>Subtotal com Refinanciamento</b> | <b>152.377.121,00</b> | <b>102.290.001,00</b> | <b>123.751.595,51</b> | <b>24.943.839,16</b> | <b>24.137.544,46</b> | <b>-21.461.594,51</b> |
| <b>Total</b>                        | <b>152.377.121,00</b> | <b>102.290.001,00</b> | <b>123.751.595,51</b> | <b>24.943.839,16</b> | <b>24.137.544,46</b> | <b>-21.461.594,51</b> |

**Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados**

| <b>Despesas Orçamentárias</b> | Inscritos em Exercícios Anteriores | Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior | Liquidados           | Pagos                | Cancelados           | Saldo                 |
|-------------------------------|------------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Despesas Correntes</b>     | <b>795.932,24</b>                  | <b>3.949.610,35</b>                               | <b>872.951,22</b>    | <b>872.903,22</b>    | <b>401.343,29</b>    | <b>3.471.296,08</b>   |
| Pessoal e Encargos Sociais    | -                                  | 1.777.719,37                                      | -                    | -                    | -                    | 1.777.719,37          |
| Outras Despesas Correntes     | 795.932,24                         | 2.171.890,98                                      | 872.951,22           | 872.903,22           | 401.343,29           | 1.693.576,71          |
| <b>Despesas de Capital</b>    | <b>138.944.273,84</b>              | <b>92.479.405,07</b>                              | <b>40.621.348,19</b> | <b>35.324.848,19</b> | <b>39.435.345,36</b> | <b>156.663.485,36</b> |
| Investimentos                 | 138.944.273,84                     | 92.479.405,07                                     | 40.621.348,19        | 35.324.848,19        | 39.435.345,36        | 156.663.485,36        |
| <b>Total</b>                  | <b>139.740.206,08</b>              | <b>96.429.015,42</b>                              | <b>41.494.299,41</b> | <b>36.197.751,41</b> | <b>39.836.688,65</b> | <b>160.134.781,44</b> |

**Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados**

| <b>Despesas Orçamentárias</b> | Inscritos em Exercícios Anteriores | Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior | Pagos                | Cancelados          | Saldos               |
|-------------------------------|------------------------------------|---|----------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Despesas Correntes</b>     | <b>24.178,71</b>                   | <b>848.675,40</b>                                 | <b>848.675,40</b>    | <b>-</b>            | <b>24.178,71</b>     |
| Pessoal e Encargos Sociais    | -                                  | 593.669,89  | 593.669,89           | -                   | -                    |
| Outras Despesas Correntes     | 24.178,71                          | 255.005,51  | 255.005,51           | -                   | 24.178,71            |
| <b>Despesas de Capital</b>    | <b>49.958.054,43</b>               | <b>2.617.183,13</b>                               | <b>12.488.012,48</b> | <b>3.705.141,51</b> | <b>36.382.083,57</b> |
| Investimentos                 | 49.958.054,43                      | 2.617.183,13                                      | 12.488.012,48        | 3.705.141,51        | 36.382.083,57        |
| <b>Total</b>                  | <b>49.982.233,14</b>               | <b>3.465.858,53</b>                               | <b>13.336.687,88</b> | <b>3.705.141,51</b> | <b>36.406.262,28</b> |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Balanço Financeiro

|   | NE | 2020                  | 2019                  |
|---|----|-----------------------|-----------------------|
| <b>INGRESSOS</b>  |    |                       |                       |
| <b>Receitas Orçamentárias</b>                           |    | <b>1.692.563,97</b>   | <b>1.005.663,88</b>   |
| Ordinárias  |    | -                     | -                     |
| Vinculadas  |    | 1.692.563,97          | 2.219.415,38          |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas         |    | 973.971,97            | 2.219.415,38          |
| Outros Recursos Vinculados                              |    | 718.592,00            | -                     |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária                    |    | -                     | -1.213.751,50         |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas</b>             |    | <b>151.617.301,13</b> | <b>112.292.398,02</b> |
| Resultantes da Execução Orçamentária                    |    | 18.878.623,51         | 22.200.372,43         |
| Repasso Recebido  |    | 18.488.623,51         | 22.200.372,43         |
| Sub-repasso Recebido                                    |    | 390.000,00            | -                     |
| Independentes da Execução Orçamentária                  |    | 132.738.677,62        | 90.092.025,59         |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP           |    | 132.701.136,86        | 88.872.539,03         |
| Demais Transferências Recebidas                         |    | 18.770,38             | -                     |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais                     |    | 18.770,38             | 1.219.486,56          |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários</b>                  |    | <b>104.397.017,42</b> | <b>101.427.242,39</b> |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados                |    | 806.294,70            | 863.517,46            |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados            |    | 98.807.756,35         | 96.429.015,42         |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados             |    | 6.287,06              | 6.884,16              |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários                  |    | 4.776.679,31          | 4.127.825,35          |
| Ordens Bancárias não Sacadas- Cartão Pagamento          |    | -                     | 2.232,54              |
| Arrecadação de Outra Unidade                            |    | 4.776.679,31          | 4.125.592,81          |
| Demais Recebimentos                                     |    | -                     | -                     |
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>                      |    | <b>8.316.591,88</b>   | <b>7.097.735,26</b>   |
| Caixa e Equivalente de Caixa                            |    | 8.316.591,88          | 7.097.735,26          |
| <b>TOTAL</b>  |    | <b>266.023.474,40</b> | <b>221.823.039,55</b> |
| <b>DISPÊNDIOS</b>                                       |    |                       |                       |
| <b>Despesas Orçamentárias</b>                           |    | <b>123.751.595,51</b> | <b>118.140.139,97</b> |
| Ordinárias  |    | 70.549.175,70         | 63.233.869,93         |
| Vinculadas  |    | 53.202.419,81         | 54.906.270,04         |
| Seguridade Social (Exceto Previdência)                  |    | 92.856,00             | -                     |
| Previdência Social (RPPS)                               |    | 13.000,00             | -                     |
| Receitas Financeiras                                    |    | -                     | 54.644.152,82         |
| Dívida Pública  |    | 51.194.069,28         | -                     |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |    | 1.902.494,53          | 262.117,22            |

|  |                       |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Transferências Financeiras Concedidas</b>   | <b>86.391.826,17</b>  | <b>42.681.436,26</b>  |
| Resultantes da Execução Orçamentária           | 50.160.091,26         | 6.337.393,21          |
| Repasse Concedido                              | -                     | -                     |
| Sub-repasse Concedido                          | 49.205.339,64         | 6.337.393,21          |
| Repasse Devolvido                              | 954.751,62            | -                     |
| Independentes da Execução Orçamentária         | 36.231.734,91         | 36.344.043,05         |
| Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 31.417.514,84         | 30.998.963,68         |
| Movimento de Saldos Patrimoniais               | 4.814.220,07          | 5.345.079,37          |
| <b>Pagamentos Extraorçamentários</b>           | <b>49.542.759,18</b>  | <b>52.684.871,44</b>  |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados       | 13.336.687,88         | 12.314.342,64         |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados   | 36.197.751,41         | 40.363.301,66         |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados    | 6.287,06              | 6.884,16              |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários           | 2.032,83              | 342,98                |
| Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento | 577,04                |                       |
| Valores Compensados                            | 1.127,33              |                       |
| Demais Pagamentos                              | 328,46                | 342,98                |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>         | <b>6.337.293,54</b>   | <b>8.316.591,88</b>   |
| Caixa e Equivalente de Caixa                   | 6.337.293,54          | 8.316.591,88          |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>266.023.474,40</b> | <b>221.823.039,55</b> |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

|   | 2020                   | 2019                   |
|---|------------------------|------------------------|
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades das Operações</b>     | <b>-33.132,06</b>      | <b>1.985.495,29</b>    |
| <b>Ingressos</b>  | <b>158.092.831,47</b>  | <b>117.430.538,87</b>  |
| Receitas Derivadas e Originárias                        | 1.692.563,97           | 1.005.663,88           |
| Remuneração das Disponibilidades                        | 365.180,85             | 398.788,13             |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias                 | 1.327.383,12           | 606.875,75             |
| Outros Ingressos das Operações                          | 156.400.267,50         | 116.424.874,99         |
| Ingressos Extraorçamentários                            | 6.287,06               | 6.884,16               |
| Transferências Financeiras Recebidas                    | 151.617.301,13         | 112.292.398,02         |
| Arrecadação de Outra Unidade                            | 4.776.679,31           | 4.125.592,81           |
| Demais Recebimentos                                     | -                      | -                      |
| <b>Desembolsos</b>                                      | <b>-158.125.963,53</b> | <b>-115.445.043,58</b> |
| Pessoal e Demais Despesas                               | -19.983.375,13         | -22.294.049,90         |
| Administração   | -19.959.512,93         | -22.296.282,44         |
| Previdência Social                                      | -23.285,16             | -                      |
| Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento      | -577,04                | 2.232,54               |
| Transferências Concedidas                               | -51.743.019,38         | -50.462.330,28         |
| Intergovernamentais                                     | -50.316.247,09         | -49.031.301,41         |
| A Estados e/ou Distrito Federal                         | -                      | -10.314.382,15         |
| A Municípios  | -50.316.247,09         | -38.716.919,26         |
| Intragovernamentais                                     | -1.426.772,29          | -1.431.028,8-7         |
| Outras Transferências Concedidas                        | -                      | -                      |
| Outros Desembolsos das Operações                        | -86.399.569,02         | -42.688.663,40         |
| Dispêndios Extraorçamentários                           | -6.287,06              | -6.884,16              |
| Transferências Financeiras Concedidas                   | -86.391.826,17         | -42.681.436,26         |
| Valores Compensados                                     | -1.127,33              | -                      |
| Demais Pagamentos                                       | -328,46                | -342,98                |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>   | <b>-1.946.166,28</b>   | <b>-766.638,67</b>     |
| <b>Desembolsos</b>                                      | <b>-1.946.166,28</b>   | <b>-766.638,67</b>     |
| Aquisição de Ativo Não Circulante                       | -288.145,95            | -391.071,34            |
| Outros Desembolsos de Investimentos                     | -1.658.020,33          | -375.567,33            |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>  | <b>-</b>               | <b>-</b>               |
| <b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> | <b>-1.979.298,34</b>   | <b>1.218.856,62</b>    |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>            | <b>8.316.591,88</b>    | <b>7.097.735,26</b>    |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>              | <b>6.337.293,54</b>    | <b>8.316.591,88</b>    |

Fonte: SIAFI (em R\$).

## Notas Explicativas

### Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Conforme já foi explanado, as Demonstrações Contábeis – DCON da Sudeco foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001. Além disso, foram feitas em consonância, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 7ª Edição) e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

### Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

São apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** – a moeda funcional é o real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Demais créditos e valores a curto prazo** – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.
- **Estoques** – compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.
- **Ativo realizável a longo prazo** – compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original.

- **Imobilizado** – o imobilizado é composto pelos bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis** – a base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Passivos circulantes e não circulantes** – as obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.
- **Apuração do Resultado** – nas demonstrações contábeis, são apurados os seguintes resultados:
  - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas. Se o resultado for positivo, tem-se superávit patrimonial, caso contrário, déficit patrimonial.
  - **No Balanço Orçamentário** é apurado o resultado orçamentário. O valor da coluna receitas realizadas menos a despesa empenhada, se for positivo, tem-se um superávit orçamentário e, caso contrário, um déficit orçamentário.
  - **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, é apurado o resultado financeiro confrontando o saldo atual de caixa e equivalência de caixa menos o saldo anterior. Se for positivo, será um superávit financeiro, caso contrário, um déficit financeiro. Essa apuração no resultado financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros. Nesse caso, se houver superávit, ele é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

## Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria, foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

## Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

Além dos processos realizados mensalmente citados na Declaração do Contador, a Unidade Gestora encaminha a Declaração do Contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o Contador responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

## Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

### Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa é praticamente composta pela Conta Única para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Tendo em vista o Decreto nº 10.152/2019 e observada a Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, fica autorizada, pela Secretaria do Tesouro Nacional, a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes à operação com empresas. Os recursos aplicados são receitas próprias referentes aos 2% previstos nas liberações do FDCO e as receitas de aplicações financeiras.

Visualiza-se a seguir sua composição:

### Quadro 19 – Caixa e Equivalentes de Caixa

|   | 31/12/2020          | 31/12/2019          | AH (%)         |
|---|---------------------|---------------------|----------------|
| CTU – Recursos da Conta Única Aplicados | 5.249.097,14        | 4.834.055,41        | 8,59%          |
| Limite de Saque com Vinculação de PGTO  | 280.274,88          | 2.631.184,11        | -89,35%        |
| Lim de Saque C/Vinc. PGTO – Ordem PGTO  | 807.921,53          | 851.352,36          | -5,10%         |
| <b>Total</b>                            | <b>6.337.293,54</b> | <b>8.316.591,88</b> | <b>-23,80%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um saldo de R\$ 6,34 milhões e decréscimo de 23,80% com relação a 2019, quando apresentou saldo de R\$ 8,32 milhões.



A conta Caixa e Equivalentes de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e também na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Nota 2 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

### Quadro 20 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Valores em reais.

|  | 31/12/2020          | 31/12/2019          | AH (%)        |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| Adiantamentos Concedidos                         | 2.451.562,62        | 250.268,04          | 879,57%       |
| Créditos por Danos ao Patrimônio                 | 133.958,54          | 133.958,54          | -             |
| Outros Créd. a Rec. E Valores – Adiantamento TED | 619.573,55          | 1.618.637,74        | -61,72%       |
| Tributos a Recuperar/Compensar                   | 1.127,33            | -                   | -             |
| <b>Total</b>                                     | <b>3.206.222,34</b> | <b>2.002.864,32</b> | <b>60,08%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

Na composição da conta de Outros Créditos a Receber e Valores – Adiantamento TED, são registrados os valores referentes à prestação de serviços abrangendo as atividades de gestão operacional para a execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pela Sudeco com a Caixa Econômica Federal.

## Nota 3 – Imobilizado

O valor nominal de bens móveis, registrados em 31/12/2020, equivale a R\$ 4,64 milhões e o valor contábil líquido a R\$ 1,86 milhão e estão distribuídos em itens patrimoniais conforme o quadro a seguir.

### Quadro 21 – Bens Móveis – Composição

Valores em reais.

|   | 31/12/2020          | 31/12/2019          | AH (%)        |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 187.322,90          | 187.322,90          | -             |
| Bens de Informática                             | 2.851.666,46        | 2.566.666,46        | 17,76%        |
| Móveis e Utensílios                             | 816.133,92          | 816.133,92          | 0,46%         |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 49.005,99           | 46.535,99           | 0,52%         |
| Veículos  | 562,31              | 286.260,59          | -99,80%       |
| Demais Bens Móveis                              | 731.502,16          | 445.803,88          | 64,09%        |
| Depreciação / Amortização Acumulada             | (2.777.824,17)      | (2.403.995,39)      | 27,45%        |
| <b>Total</b>                                    | <b>1.858.045,52</b> | <b>1.944.728,35</b> | <b>-6,12%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2020, foram realizadas algumas reclassificações de alguns itens patrimoniais, como também aquisição de novos itens. Em dezembro, ocorreu a movimentação de veículos de tração mecânica para a conta demais bens móveis (bens móveis a alienar), o que explica a redução de quase 100% da conta de veículos.

### Quadro 22 – Depreciação de Bens Móveis

| Bens Móveis      | Depreciação |
|------------------|-------------|
| R\$ 4,64 milhões | 59,9%       |

Todo o imobilizado é registrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de

Serviços, que permite o registro e o cálculo automático da depreciação de bens permanentes e amplia a automação do registro contábil ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real. O atual sistema de patrimônio atende às necessidades do setor de patrimônio na elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB. Esse método provocou uma redução nos ativos em 59,9%.

#### Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2020, totalizava R\$ 3,3 milhões e está distribuído conforme o quadro a seguir.

#### Quadro 23 – Intangível – Composição

|                                   | Valores em reais.   |                     |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                   | 31/12/2020          | 31/12/2019          |
| Software com Vida Útil Definida   | 124.312,05          | 124.312,05          |
| Software com Vida Útil Indefinida | 3.182.250,00        | 3.182.250,00        |
| <b>Total</b>                      | <b>3.306.562,05</b> | <b>3.306.562,05</b> |

Fonte: SIAFI.

Em 2020 não houve nenhuma movimentação no Intangível, composto por softwares com vida útil definida, sujeitos à amortização, e de vida útil indefinida. Salienta-se que não houve a amortização desses itens, o que causa uma superavaliação do Ativo na unidade.

#### Nota 5 – Passivo Circulante

A conta do Passivo Circulante é composta conforme o quadro abaixo.

#### Quadro 24 – Composição do Passivo Circulante

|   | Valores em reais.    |                      |               |
|---|----------------------|----------------------|---------------|
| PASSIVO CIRCULANTE                                  | 31/12/2020           | 31/12/2019           | AH (%)        |
| Obrigações Trabalh. Previd. E Assist. a Curto Prazo | 632.987,98           | 1.026.492,32         | -38,33%       |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo         | 625.425,37           | 217.808,36           | 187,14%       |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                     | 71.784.257,39        | 64.974.239,30        | 10,48%        |
| <b>Total</b>  | <b>73.042.670,74</b> | <b>66.218.539,98</b> | <b>10,30%</b> |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

O saldo com Obrigações Trabalhistas corresponde a provisão de remunerações, férias a pagar e encargos sociais a pagar. A conta Fornecedores e Contas a Pagar apresentou um saldo de R\$ 625 mil, todos classificados a curto prazo, dos quais 78,39% correspondem à liquidação de empenhos referentes aos contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal. O item Demais Obrigações a Curto Prazo é composto praticamente pelas contas Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Financeiras a Comprovar – TED.

#### Nota 6 – Resultado Patrimonial

#### Quadro 25 – Resultado Patrimonial

|                        | Valores em reais. |              |          |
|------------------------|-------------------|--------------|----------|
|                        | 31/12/2020        | 31/12/2019   | AH (%)   |
| Resultado do Exercício | -9.843.585,07     | 8.713.758,39 | -212,97% |

Fonte: SIAFI.

## Quadro 26 – Variações Patrimoniais Quantitativas

Valores em reais.

| <b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b> | <b>31/12/2020</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>AH (%)</b> |
|---|-------------------|-------------------|---------------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas         | 161.132.510,74    | 120.040.865,77    | 34,23%        |
| Variações Patrimoniais Diminutivas          | 170.976.095,81    | 111.327.107,38    | 53,58%        |
| Resultado Patrimonial                       | -9.843.585,07     | 8.713.758,39      | -212,97%      |

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

O resultado patrimonial de 2020 reduziu em torno de 213% em relação a 2019. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs.

Das VPAs, o item significativo foi Transferências e Delegações Recebidas, especialmente as Transferências Intragovernamentais, que representaram 94,09%, correspondente ao montante de R\$ 151,61 milhões. Elas compreendem as variações decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária e valores recebidos para pagamento de restos a pagar (recursos extraorçamentários).

Das VPDs, o item que apresentou o maior montante foi o de Transferências e Delegações Concedidas, com destaque para as Transferências Intragovernamentais Concedidas e Transferências Intergovernamentais Concedidas. Em termos percentuais, essas transferências correspondem a 75,47%.

Conforme demonstrado no Balanço Patrimonial, a Sudeco encerrou o exercício de 2020 com um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) da ordem de R\$ 55,39 milhões, um acréscimo de 9,94% em relação ao exercício de 2019 (R\$ 50,38 milhões).

Com relação às transferências e delegações recebidas e concedidas, elas são resultado da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar. Elas variam de um ano para outro de acordo com a Lei Orçamentária Anual e os limites definidos no Decreto de Programação Financeira.